



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia PPG/CASA

Mestrado Acadêmico

GERSICA DA CONCEIÇÃO SILVA

**AS GARIS-VASSOUREIRAS:
TRABALHO NOTURNO EM AMBIENTE URBANO DO CENTRO HIS-
TÓRICO DE MANAUS**

Manaus – AM
2022

Gersica da Conceição Silva

**AS GARIS-VASSOUREIRAS:
TRABALHO NOTURNO EM AMBIENTE URBANO DO CENTRO HIS-
TÓRICO DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais sob orientação da Profa. Dra. Elenise Faria Scherer.

Manaus – AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586g Silva, Gersica da Conceição
As garis-vassouzeiras : trabalho noturno em ambiente urbano do Centro Histórico de Manaus / Gersica da Conceição Silva, Elenise Scherer. 2022
144 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Elenise Faria Scherer
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho. 2. Garis-vassouzeiras. 3. Limpeza pública. 4. Ambiente urbano. I. Scherer, Elenise. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Aprovada em 14 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Elenise Faria Scherer
Orientadora
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Katia Helena S. C. Schweickardt
Examinadora
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Marcia Regina Calderipe Farias Rufino
Examinadora
Universidade Federal do Amazonas

Profa. Dra. Artemis de Araújo Soares
Examinadora
Universidade Federal do Amazonas

AGRADECIMENTOS

Esta fase da minha vida foi muito especial, não posso deixar de agradecer a Deus por ter me dado força, coragem e principalmente saúde para ter alcançado meu objetivo depois de um período atípico, devido à pandemia do Corona Vírus que deixou muitos em casa, impossibilitados de realizar seus sonhos.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Nelson Paulo Fernandes da Silva e Maria Lúcia da Conceição Silva, que me apoiaram de todas as formas durante a minha jornada acadêmica. Aos meus irmãos Geovany da Conceição Silva e Crisdeli da Conceição Silva com incentivos de seguir no caminho da educação. A meu namorado Aroldo Carneiro Cruz que se fez presente em todos os momentos, me ajudando e dando assistência no que precisasse.

A minha orientadora Profa. Dra. Elenise Faria Scherer, pela orientação e colaboração nesta pesquisa, intervindo quando necessário e também me deixando livre para tomar minhas decisões sempre quando possível e principalmente pela conclusão desta dissertação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) que mesmo distante me levaram ao caminho do conhecimento sobre Sustentabilidade, Amazônia e Produção Científica. Aos funcionários do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas (CCA-UFAM), em especial ao Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva (Tijolo), que sempre me ajudou em momentos de dúvida e assuntos relacionados a secretaria, com sua presteza e respeito.

Aos meus colegas que estiveram comigo, em todas as aulas *on-line*, durante esses dois anos e que não tive a oportunidade de conhecer pessoalmente, mas que se fizeram gentis e companheiros.

Ao secretário e subsecretário da SEMULSP, além do coordenador geral, o senhor Eraldo Guedes e coordenador noturno Fábio Barroso da sede *Garaginha* e principalmente a todos os trabalhadores da limpeza pública, em especial aos *garis-carreiros* e *garis-vassouzeiras* que estiveram participando dessa jornada com a ajuda na construção desta pesquisa.

À CAPES pela bolsa de pesquisa, que me ajudou muito em meus estudos, pesquisas e nos momentos que mais precisei de apoio.

Enfim, a todos que me ajudaram direta ou indiretamente durante essa etapa da minha vida acadêmica.

RESUMO

Com o aumento populacional ocorrido em Manaus, aumentou também a demanda por infraestrutura urbana, afetando a organização do espaço e trazendo consigo problemas socioambientais que se materializam em espaços públicos como ruas e praças, entre elas as localizadas no Centro Histórico de Manaus (CHM), em que os resíduos sólidos são parte integrante/acessória da paisagem. A pesquisa teve como objetivo a caracterização do trabalho das mulheres *Garis-vassoureiras* que estão cotidianamente na limpeza pública e no serviço de coleta de resíduos sólidos, no período noturno no CHM, no território de trabalho localizado entre a Praça da Matriz até a Praça da Polícia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, apoiada na pesquisa documental e de campo. As *garis-vassoureiras* são mulheres oriundas de contextos sociais fragilizados, onde as questões familiares e financeiras têm sido evidenciadas em função da sua baixa escolaridade e que encontraram na varrição de ruas e praças a estabilidade financeira, mesmo que sem terem completado seus estudos, mas que diariamente enfrentam as incertezas quanto aos seus direitos trabalhistas. Além disso, a categoria adota denominações distintas para homens e mulheres, as funções exercidas por ambos também se diferenciam e afetam diretamente em seus ganhos mensais. A questão dos resíduos sólidos produzidos no CHM é intensificada por ações de moradores de rua e catadores informais de materiais recicláveis, assim como por lixeiras públicas que não comportam a quantidade de resíduos gerados pela população, prejudicando o trabalho das *garis-vassoureiras* e causando problemas ambientais. As condições de trabalho tem sido um problema para as *garis-vassoureiras*, sendo que não há uma regularidade na distribuição de EPIs e os materiais de trabalho não possuem qualidade e sua disponibilidade deixa a desejar, afetando o trabalho de varrição e principalmente a saúde dessas mulheres. Enfim, as *garis-vassoureiras* desconhecem o significado do termo sustentabilidade, uma vez que não possuem conhecimento sobre o assunto, tampouco o mesmo não é tratado no âmbito institucional.

Palavras-chave: Trabalho; Garis-Vassoureiras; Limpeza pública; Ambiente urbano.

ABSTRACT

With the population increase occurred in Manaus, also increased the demand for urban infrastructure, affecting the organization of space and bringing with it socio-environmental problems that materialize in public spaces such as streets and squares, including those located in the Historic Center of Manaus (CHM), in which solid waste is an integral /accessory part of the landscape. The research aimed to characterize the work of Garis-vassoureiras women who are daily in public cleaning and solid waste collection service, at night in the CHM, in the work territory located between Matrix Square and police square. This is a qualitative, descriptive and exploratory research, supported by documentary and field research. The garis-vassoureiras are women from fragile social contexts, where family and financial issues have been evidenced due to their low schooling and who have found financial stability in the sweeping of streets and squares, even if they have not completed their studies, but who daily face uncertainties regarding their labor rights. In addition, the category adopts distinct denominations for men and women, the functions performed by both also differ and directly affect their monthly earnings. The issue of solid waste produced in the CHM is intensified by the actions of homeless people and informal waste pickers of recyclable materials, as well as by public waste dumps that do not contain the amount of waste generated by the population, harming the work of garis-vassoureiras and causing environmental problems. Working conditions have been a problem for the garis-vassoureiras, and there is no regularity in the distribution of EPIs and the work materials lack quality and their availability leaves to be desired, affecting the sweeping work and especially the health of these women. Finally, the garis-vassoureiras are unaware of the meaning of the term sustainability, since they do not have knowledge about the subject, nor is it treated in the institutional sphere.

Keywords: Work; Garis-Vassoureiras; Public cleaning; Urban environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Divisão Centro de Manaus	25
Figura 2- Abandono de prédios e casarões históricos	26
Figura 3-MAPA DO CENTRO DE MANAUS	27
Figura 4- MAPA DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	28
Figura 5- Localização do espaço de estudo	29
Figura 6- Apenada do semiaberto na limpeza da Praça da Polícia.	31
Figura 7- Trecho da Av. Sete de Setembro com pouca iluminação	31
Figura 8- Gari-Vassoureira trabalhando na Av. 7 de Setembro	32
Figura 9- Gari-vassoureira na Av. Eduardo Ribeiro: dificuldade na varrição de paralelepípedos	33
Figura 10- Iluminação pública da Praça da Matriz	34
Figura 11- Iluminação pública da Praça da Polícia	34
Figura 12-Camelôs da rua Henrique Martins	37
Figura 13- Camelôs Av. Floriano Peixoto	37
Figura 14- Concentração dos TLP terceirizados na Praça Terreiro Aranha	38
Figura 15- Caminhão dos fiscais no CHM (dia e noite)	39
Figura 16- Sede dos trabalhadores da limpeza pública no Centro - Garaginha	40
Figura 17- Carrinho de um catador de materiais recicláveis	42
Figura 18- Arborização da Praça da Matriz	43
Figura 19- Arborização da Praça da Polícia	44
Figura 20- Pouca Arborização da Praça da Terreiro Aranha	44
Figura 21- Lixo em Vaso de planta durante o dia	45
Figura 22- Lixo em Vaso de planta durante a noite	46
Figura 23- Bueiro entupido da Av. Eduardo Ribeiro	46
Figura 24 - Bueiro da rua Marechal Deodoro	47
Figura 25-Embalagens de produtos comercializados durante o dia	47
Figura 26- Descarte de Resíduos na Praça Terreiro Aranha	50
Figura 27 - Lixeira da Praça Terreiro Aranha	51
Figura 28- Lixeira de plástico Av. Sete de Setembro	52
Figura 29- Lixeira de ferro Praça da Matriz	53
Figura 30- Gari-vassoureira varrendo a frente das lojas na Marechal Deodoro	54
Figura 31- Catador de resíduos sólidos a noite	55

Figura 32- Catadores de resíduos sólidos de dia.....	55
Figura 33- Lixo nas esquinas – Praça Terreiro Aranha	56
Figura 34- Serviço de Coleta Diferenciada no Centro de Manaus.....	58
Figura 35- Resíduos sólidos destinados a coleta seletiva.....	59
Figura 36- Tipos de resíduos sólidos do CHM	59
Figura 37-Depósito da Garaginha.....	66
Figura 38- Momento da oração na sede da Garaginha.....	67
Figura 39- Trabalho de Varrição	69
Figura 40-Vassoureira e carreiro no trabalho de varrição noturna	73
Figura 41- Ocupação e uso do espaço Marechal Deodoro de dia.....	85
Figura 42- Marechal Deodoro durante a noite	86
Figura 43- Ocupação e uso do espaço Praça Terreiro Aranha – dia.....	87
Figura 44- Ocupação e uso do espaço Praça Terreiro Aranha – noite.....	87
Figura 45- Árvore vandalizada na Praça da Matriz	89
Figura 46- Gari-vassoureira retirando resíduos em canteiros da Praça da Matriz	89
Figura 47- Escassez de árvores na Praça Terreiro Aranha.....	90
Figura 48- Monumento histórico utilizado como moradia	91
Figura 49- Vassouras com identificação e ajuste de tamanho com cano de PVC.....	100
Figura 50- Materiais de trabalho recém chegados da SEMULSP	100
Figura 51- Material reserva a disposição dos trabalhadores da limpeza pública	102
Figura 52- Uniforme gari terceirizada.....	103
Figura 53- Uniforme Vassoureira SEMULSP.....	103
Figura 54- Uso parcial do uniforme.....	104
Figura 55- Caixa de força do coreto da praça Sete de Setembro	109
Figura 56- Bebedouro Garaginha	110
Figura 57- Banheiro químico SEMULSP / dia.....	111
Figura 58- Perigo de atropelamento	117
Figura 59- Trabalhadores da limpeza pública em evento no Teatro Amazonas	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Competências – Varredor de Rua.....	71
Quadro 2- Perigos durante o trabalho noturno	120
Quadro 3- Situações de constrangimentos durante o trabalho	124
Quadro 4- Estranhamento social e reconhecimento das garis-vassoureiras	125
Quadro 5- A percepção que as garis-vassoureiras tem sobre seu trabalho e o meio ambiente	129
Quadro 6- Conservação ambiental e práticas de sustentabilidade	131
Quadro 7- Principais hábitos sustentáveis das garis-vassoureiras.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de servidores da varrição noturna na área de estudo.....	39
Tabela 2- Frequência e turnos de coleta domiciliar e pública	50
Tabela 3- Setores da varrição noturna, rota Pinga.....	67
Tabela 4- Setores da varrição noturna, rota Central.	68
Tabela 5- Duração do Percurso trabalho/casa	70
Tabela 6- Modelos trabalhistas adotados pela SEMULSP	77
Tabela 7- Perfil das Garis-vassoureiras	92
Tabela 8- Trabalho anterior e tempo de serviço na SEMULSP	93
Tabela 9 - Principais doenças.....	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASM	Auxiliares de Serviço Municipal.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBMAM	Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.
CBO	Código Brasileiro de Ocupações.
CCP	Centros de Compras Populares.
CEDOLP	Comissão Especial de Divulgação da Política de Limpeza Pública.
CEDPHA	Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.
CGPM	Comando Geral da Polícia Militar.
CHM	Centro Histórico de Manaus.
Ciamp	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.
CIEAM	Centro da Indústria do Estado do Amazonas.
CIOPS	Centro Integrado de Operações de Segurança.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CMR	Catadores de Materiais Recicláveis.
DEMULP	Departamento Municipal de Limpeza Pública.
DETRAN-AM	Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas.
DOU	Diário Oficial da União.
EPC	Equipamento de Proteção Coletivo.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LOMMAN	Lei Orgânica do Município de Manaus.
ManausMed	Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus.
MAO	Manaus.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MPAM	Ministério Público do Amazonas.

MTur	Ministério do Turismo.
NR	Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho.
ONGs	Organizações Não Governamentais.
PCERP	Pesquisa das Características Étnico-raciais da População.
PDMRS	Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus.
PEVs	Pontos de Entrega Voluntária.
PMM	Prefeitura Municipal de Manaus.
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos.
PP	Percentual de Produtividade.
PSR	Pessoas em Situação de Rua.
PVC	Policloreto de Vinila.
RDA	Regime de Direito Administrativo.
RS	Resíduos Sólidos.
SCD	Serviço de Coleta Diferenciada.
SEC-AM	Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.
SEDECTI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas.
Semasc	Secretaria Municipal da Mulher e da Assistência Social e Cidadania.
Semosb	Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico.
SEMUSLP	Secretaria Municipal de Limpeza Pública.
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
SSP-AM	Secretaria de Segurança Pública do estado do Amazonas.
Suasa	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego.
TLC	Termo de Livre Consentimento.
TLP	Trabalhadores da Limpeza Pública.
UES CENTRO	Unidade de Estruturação Urbana Centro.
UES CENTROANTIGO	Unidade de Estruturação Urbana Centro Antigo.
UFMs	Unidades Fiscais do Município.

Sumário

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – O CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS E O AMBIENTE URBANO/QUESTÃO AMBIENTAL E LIMPEZA PÚBLICA	19
<i>1.1 O Centro Histórico de Manaus.</i>	<i>19</i>
<i>1.2 Do trajeto da Praça da Matriz a Praça da Polícia.....</i>	<i>28</i>
<i>1.3 Os resíduos sólidos, ambiente urbano e a limpeza pública.</i>	<i>48</i>
CAPÍTULO II - OS GARIS, AS GARIS E A LIMPEZA PÚBLICA E O AMBIENTE URBANO.....	61
<i>2.1 Os garis, as garis: um pouco de história da existência dessa categoria no trabalho de limpeza pública.</i>	<i>61</i>
<i>2.2. O trabalho de varrição noturna.</i>	<i>64</i>
<i>2.3 As condições trabalhistas dos garis-carreiros e das garis-vassoureiras.</i>	<i>74</i>
<i>2.4 Os garis e as garis: a divisão sexual do trabalho.....</i>	<i>78</i>
<i>2.5 Percepção do espaço de trabalho em ambiente noturno.</i>	<i>82</i>
CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS GARIS-VASSOUREIRAS EM AMBIENTE NOTURNO.....	91
<i>3.1 As Garis-Vassoureiras.</i>	<i>91</i>
<i>3.2 Os materiais de trabalho e Equipamentos de Proteção Individual – EPI.....</i>	<i>98</i>
<i>3.3 O Ambiente e a Saúde das Garis-Vassoureiras.....</i>	<i>108</i>
<i>3.4 Violência no trabalho.....</i>	<i>116</i>
<i>3.5 Reconhecimento/(in)visibilidade em ambiente noturno.....</i>	<i>121</i>
<i>3.6 Sobre a Visão e Hábitos Sustentáveis.....</i>	<i>128</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Manaus, a capital do estado do Amazonas já foi historicamente conhecida como a “Paris dos Trópicos” e posteriormente como a “capital da Zona Franca”, devido ao seu Polo Industrial. Ao longo de sua história sofreu várias intervenções em seu espaço geográfico, sendo que com o aumento populacional ocorrido na cidade a demanda por infraestrutura urbana também aumentou na mesma proporção, o que não só causou segregação social, mas também afetou a sua organização espacial e trouxe consigo problemas socioambientais no qual se materializam, principalmente, em espaços públicos.

Desses espaços públicos podemos mencionar as ruas e as praças, entre elas, aquelas localizadas no Centro Histórico de Manaus (CHM), locais de grande movimentação de pessoas, de comércio e de veículos e é onde encontramos com bastante facilidade os resíduos sólidos¹, como parte integrante/acessória da paisagem, uma vez que já se tornaram comuns no cotidiano urbano da cidade. Tal situação é fruto de um processo de descarte incorreto que vem ocorrendo gradativamente ao longo do tempo, a vista de todos e com poucas ações do poder público municipal, revelando a questão do lixo urbano como um dos principais entraves que afetam a qualidade de vida e a conservação do meio ambiente na cidade da floresta.

Esses Resíduos Sólidos (RS) são recolhidos cotidianamente pelos trabalhadores da limpeza pública (TLP), denominados popularmente de garis². Tal denominação, cabe esclarecer desde já, advém desde o período imperial, quando o empreendedor francês Pedro Aleixo Gary³ introduziu a primeira empresa de coleta de lixo no Brasil, como explicaremos com mais detalhes no item 2.1, no capítulo II desta dissertação. Desse modo, os TLP compõem o mundo do trabalho entre as multiplicidades de formas de labor existentes no centro histórico da cidade. São homens e mulheres que trabalham na conservação do meio ambiente, pois, organizam e recolhem os RS das ruas, das praças, na tentativa de deixar as vias da cidade limpas e organizadas, dando vitalidade aos logradouros públicos e proporcionando condições de

¹ Lei 12.305 do PNRS, capítulo II, inciso XVI conceitua-se como resíduos sólidos todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

² Pessoas que trabalham na área da limpeza urbana de uma determinada cidade e que é responsável por manter e conservar as vias públicas limpas, ou seja, varredores de ruas.

³ Pedro Aleixo Gary, ficou conhecido por ser o fundador da primeira empresa de coleta de lixo nas ruas do Rio de Janeiro, em 1876. (PMVC, 2020)

trafegabilidade aos seus frequentadores.

De acordo com Oliveira (2020), a limpeza urbana começou a passar por processo de institucionalização no final do século XIX, frente ao surgimento do que se caracterizou como noção de “saúde pública e de saneamento do meio” que se apresentava como um discurso dominante na época. Nesta perspectiva, o “problema-lixo” era definido como um quesito de saúde pública e de saneamento e a limpeza urbana como um serviço de controle das condições de “higiene e salubridade” da cidade. Atualmente, o órgão público responsável pela limpeza urbana na cidade Manaus é a Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMUSLP), instituição do município que possui em seus quadros funcionais, tanto trabalhadores terceirizados quanto com vínculos diretos.

Chamados de garis, homens e mulheres, que embora façam parte das várias formas de ofício no CHM, estando presentes em diferentes ruas e praças, parecem ser invisíveis na história social do trabalho na cidade, pois, passam despercebidos em meio à multidão de transeuntes que circulam por ali. Essa invisibilidade é colocada por De Lourdes Martins et al. (2019) como sendo uma invisibilidade social atribuída ao âmbito do trabalho e tem relação com o modelo consumista de bens e serviços, que exclui os mais vulneráveis economicamente em decorrência da natureza de sua atividade econômica, ou seja, profissões desprovidas de *status* ou reconhecimento social e sem uma alta remuneração financeira, sendo assim “invisibilizados”.

Raramente percebidos – ainda que suas vestimentas de cor laranja sejam chamativas – quando a sujeira se espalha demasiadamente no CHM e começa a afetar os vários segmentos vinculados ao comércio e ao ambiente urbano, em geral, são as mulheres e os homens garis, respectivamente conhecidos em seu meio laboral como *vassouzeiras* e *carreiros* (denominação informal criada pelos responsáveis pela categoria e utilizada, principalmente, entre os TLP com vínculo direto com a SEMUSLP), que varrem e recolhem os RS das vias e praças públicas e organizam os resíduos para que sejam coletados pelo caminhão da limpeza pública.

As *garis-vassouzeiras*, especialmente aquelas que laboram no horário noturno⁴ e que fizeram parte desta pesquisa são trabalhadoras com vínculo empregatício direto com a SEMUSLP, sendo que possuem contrato de trabalho por tempo “determinado”, ou seja, temporário, mas que já estão na função há mais de 15 anos. No entanto, as novas admissões celebradas pela SEMUSLP se baseiam na contratação de trabalhadores por meio da terceirização do

⁴ Optou-se em pesquisar sobre as *garis-vassouzeiras* do horário noturno a partir de conversas com o coordenador geral de limpeza pública da área central de Manaus, que ressaltou a importância do estudo, com base nos desafios e riscos que a categoria enfrenta cotidianamente durante a jornada de trabalho a noite, bem como enfatizou a experiência das trabalhadoras em função dos anos de trabalho pelas ruas da cidade e que contribuiriam de forma significativa para a elaboração desta dissertação.

serviço, através de empresas especializadas em limpeza urbana, mediante processo de licitação. Pode-se dizer que a terceirização tem sido vista como um modelo de gerenciamento fundado pelo poder empresarial diante de relações sociais ocorridas em função de situações sucedidas entre capital e trabalho, que são ocultadas diante da conexão do que se chamou de “interempresas”, no qual se baseia em negociações por tempo determinado, flexíveis e que seguem o movimento definido pela empresa responsável pelo contrato de trabalho, resultando em fatos que desestruturam a classe trabalhadora, bem como o tempo gasto com o ofício e com a vida, além das condições de trabalho, saúde física e emocional. (ANTUNES, 2018).

Nossa pesquisa com as *garis-vassouzeiras* foi realizada no espaço urbano do CHM, nos logradouros públicos entre as Praças da Matriz e da Polícia (Heliodoro Balbi), considerado nosso território de trabalho⁵, ambiente carregado de histórias, vivências e experiências daqueles ou daquelas que vivem as ruas e as praças e dos que se movimentam e vivificam a cidade e onde as mulheres *garis-vassouzeiras* estão cotidianamente em busca de ganhos para a sua sobrevivência. Segundo Heller (2000), a vida diária possui aspectos que influenciam a participação do homem em vários setores de sua trajetória pessoal e profissional, considerando como “heterogenia” as situações ligadas a organização do trabalho e da dinâmica privada, bem como seus momentos de descontração e repouso, das relações interpessoais, de troca e retificação. Onde a sua posição representa as mudanças específicas em função das diferentes estruturas econômico-sociais. Assim, a movimentação frequente que ocorre no espaço de trabalho das *garis-vassouzeiras*, engloba uma série de modalidades de trabalho e lazer, tanto na área do comércio quanto na área de serviços e também na área do turismo, mas, essa movimentação tem seu custo, pois gera todos os dias, uma grande quantidade de lixo – RS – e quando não descartado de forma correta acaba se acumulando pelos logradouros. O ambiente e a paisagem ficam visualmente comprometidos.

A pesquisa com as *garis-vassouzeiras* foi realizada entre os anos de 2020 e 2022 em meio a pandemia de Corona Vírus e com todas as dificuldades de deslocamento e observação de campo que o período requeria. A mesma faz parte do subprojeto de Pesquisa *Vozes do trabalho e Imagem na cidade de Manaus* coordenado pela professora Dra. Elenise Faria Scherer⁶, bem como teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me concedeu a bolsa de estudo. Teve como objetivo geral: a caracterização do

⁵ “Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia ente lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefina a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.” (SANTOS, 2006, p.88)

⁶ . Este subprojeto faz parte do Projeto *Desigualdades Desmedidas na Amazônia* – UFAM-CNPq, coordenado pela professora Dra. Elenise Faria Scherer, minha orientadora. E líder do Grupo de Pesquisa: *Políticas Públicas, Trabalho e Ambiente na Amazônia*. UFAM/CNPq.

trabalho das mulheres *Garis-Vassoureiras* que estão cotidianamente na limpeza pública e no serviço de coleta de resíduos sólidos, no período noturno, no CHM, especialmente no território de trabalho localizado entre a Praça da Matriz até a Praça da Polícia, conforme mostraremos por meio dos mapas e figuras no capítulo 01. Os objetivos específicos foram: verificar e analisar as condicionantes sociais e ambientais das condições de trabalho da limpeza pública: resíduos sólidos, equipamentos de proteção e conservação do meio ambiente; analisar o trabalho das *garis-vassoureiras* na perspectiva da divisão sexual do trabalho; dar visibilidade e reconhecimento as *garis-vassoureiras* pela sua importância para a saúde ambiental e ao ambiente urbano.

Em tempos de pandemia por Corona vírus, o nosso estudo passou por inúmeras dificuldades, principalmente no deslocamento ao campo como já mencionado, em virtude do risco de contágio e também em respeito as medidas de distanciamento social, o que impossibilitou a utilização de livros e documentos físicos. A dificuldade de contato com os responsáveis institucionais de interesse do tratado foi outro fator que prejudicou o acesso aos trabalhadores, no qual muitos estavam em *home office*, sendo as questões burocráticas dependentes de documentos oficiais, mas que foram sanadas a tempo e a pesquisa foi conduzida e hoje apresentada na íntegra, mesmo diante de todas as adversidades.

Por se tratar de investigar homens e mulheres, portanto, a pesquisa foi conduzida numa abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, buscando a caracterização do objeto em seu ambiente de trabalho quase que diariamente, em que observamos e tentamos acompanhar, já no ano de 2021, o incansável trabalho das *garis-vassoureiras* em seu horário noturno. Chizzotti (2003) revela que o termo qualitativo resulta do compartilhamento das vivências com pessoas, fatos e locais de modo a de extrair seus significados escondidos e visíveis que só podem ser identificados mediante um processo de observação mais aprofundada que após o aprendizado faz com que o pesquisador busque elucidar e transpor graficamente as suas percepções, frente a atributos expostos e envoltos do seu objeto de pesquisa.

Além disso, utilizamos o diário de campo para registro das características socioambientais e do trabalho de varrição noturna, assim como a descrição e interpretação dos fatos ocorridos no cotidiano de trabalho das mulheres *garis-vassoureiras*.

A pesquisa qualitativa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO,1994).

Os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados referentes às *garis-vassoureiras* foram: a pesquisa documental e a pesquisa de campo através de entrevista com

formulário semiestruturado, além das observações no local de estudo, mediante aceite do Termo de Livre Consentimento (TLC), sendo aplicada respeitando o cronograma diário de trabalho das *garis-vassouzeiras* que participaram deste estudo. Entretanto, em função da pandemia de Covid-19 e respeitando as normas de distanciamento social, realizamos o acompanhamento cotidiano e as entrevistas com apenas cinco (05) de um universo de 46 *garis-vassouzeiras* que realizam o serviço de varrição noturna dos logradouros públicos do CHM.

A escolha pela *gari-vassouzeira* a ser entrevistada se deu a partir de conversas com os fiscais, no qual nos apresentou as *garis-vassouzeiras* que trabalhavam na área de estudo, diante disso houve o acompanhamento contínuo das *garis-vassouzeiras* em seus locais de trabalho e com isso passamos a desenvolver laços de confiança que resultaram no convite de uma *gari-vassouzeira* por setor de trabalho para responderem a entrevista. Ressalta-se que esta fase ocorreu em comum acordo com as *garis-vassouzeiras* e com os responsáveis pelo trabalho das *garis* na SEMUSLP, por meio do Núcleo de Limpeza do Centro ou informalmente denominado como “*Garaginha*”, situado na Rua Ramos Ferreira, S/N, Centro de Manaus.

A organização, interpretação e avaliação das informações coletadas nas entrevistas em campo, foram distribuídas de modo a responder as prerrogativas referentes aos objetivos desta pesquisa, bem como foram analisados dados que emergiram do campo, considerados relevantes para a investigação. Assim, Gomes in Minayo (1994) nos mostram que as categorias são empregadas para se estabelecer classificações e revela que cronologicamente, a análise de conteúdos pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos dados obtidos e interpretação dos resultados.

O convívio que tive desde a minha graduação com a temática ambiental, participando de projetos de extensão relacionados ao tema, com foco em RS e coleta seletiva, influenciaram positivamente na tomada de decisão quanto ao estudo da categoria dos TLP, em especial as mulheres *garis-vassouzeiras*, pois, ao conviver com Catadores de Materiais Recicláveis (CMR), percebi que existe um sentimento de invisibilidade social comum nas falas destes profissionais com quem conversei. Ao iniciar as leituras bibliográficas sobre as mulheres *garis* também foi percebido o mesmo comportamento, ou seja, elas são trabalhadoras essenciais para a conservação do meio ambiente urbano e mesmo assim sofrem com a discriminação e pelo pouco reconhecimento, de algumas pessoas, quanto a importância do seu trabalho para a conservação ambiental nas cidades.

Além do mais, esta pesquisa considerou a importância do tema para a cidade de Manaus, como uma forma de dar visibilidade as mulheres que se dedicam a limpeza pública, não só das que trabalham no horário noturno, mas também das que laboram durante o dia, pois,

percebemos que esse ainda é um tema pouco explorado na cidade⁷, o que revisita a necessidade de se compreender melhor o ofício dessas mulheres.

Diante disso, destacamos que nossa pesquisa se limita ao estudo das mulheres garis que trabalham como *vassouzeiras* no período noturno nos logradouros públicos do CHM, no trecho que compreende a Praça da Matriz até a Praça da Polícia, onde compreendemos que as condições de trabalho e os desafios enfrentados por elas cotidianamente, fazem parte de um conjunto de fatores que bem relacionados contribuem de forma significativa para o equilíbrio do meio ambiente urbano da cidade de Manaus.

Assim, esta dissertação está constituída de três capítulos, além da introdução. O capítulo 01 caracteriza o CHM, historicamente e visualmente, revelando aspectos que são referentes ao ambiente urbano e as questões ambientais, que exercem uma função contraditória do que inicialmente foi concebido, bem como demonstra os fatores ligados aos RS, degradação do ambiente urbano e a limpeza pública na área de estudo. O capítulo 02 busca trazer a história da existência da categoria dos trabalhadores da limpeza urbana, dos aspectos trabalhistas dos TLP da área em estudo e da divisão do trabalho entre a categoria, assim como descreve o trabalho de varrição e a percepção das *garis-vassouzeiras* em/sobre o ambiente urbano noturno. No capítulo 03 apresentaremos o perfil de nossas entrevistadas, as condições de trabalho e saúde no cotidiano de trabalho das *garis-vassouzeiras*, as questões de reconhecimento/invisibilidade em ambiente noturno e a sua visão ambiental e sustentável sobre o ambiente natural e de trabalho. Por fim, nas Considerações Finais serão apresentadas a conclusão da presente pesquisa e as sugestões para estudos futuros.

CAPÍTULO I – O CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS E O AMBIENTE URBANO/QUESTÃO AMBIENTAL E LIMPEZA PÚBLICA

1.1 O Centro Histórico de Manaus.

Historicamente, Manaus teve sua criação datada nos anos de 1669, onde passou por vários processos de ressignificação político-administrativa até chegar à condição de capital amazonense, sendo a primeira fase desse processo marcada pela construção de um forte militar. Segundo Costa (2006, p.46), “a Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José

⁷ Os estudos que se referem as mulheres garis da cidade de Manaus, geralmente se firmam na questão da saúde no ambiente de trabalho, como podemos notar em (ABINADER E PEREIRA, 2015), entretanto, (PANTOJA, 2017) aborda questões com base nas relações de gênero, família e qualificação educacional e profissional, a partir das memórias dessas mulheres.

do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – em lugar adequado, resguardando o Rio Negro das incursões consideradas inimigas.”

Castro (2006) revela que nesse período a ocupação do território, se deu de forma desestruturada, não havendo nenhum tipo de planejamento, no qual as moradias se espalharam de modo desordenado por toda a orla, além das áreas mais distantes do rio, onde não consideraram os elementos naturais do lugar como o relevo acidentado e os inúmeros igarapés. Estas características de urbanização se repetem até os dias atuais, no qual o crescimento populacional acelerado se instalou nas periferias da cidade e que atualmente vem se estendendo para as divisas com outros municípios, tendo como fator negativo o desmatamento de florestas e a poluição de cursos d’água.

Segundo Araújo (2009), muitos anos após ser fundada, Manaus não apresentou um crescimento representativo em sua infraestrutura urbana, sendo comparada a outras vilas. Sendo assim, a falta de desenvolvimento urbano se estendeu por quase dois séculos e só terminaria por volta de 1870, com o início da economia da borracha, que resultou em uma grande expansão demográfica e evolução na estruturação econômica de toda a região amazônica, mas que a longo prazo acabou revelando uma considerável segregação social e urbana, resultando num processo contraditório que pode ser identificado até os dias atuais.

Neste sentido, a cidade de Manaus ao longo do tempo passou por diversas mudanças na sua infraestrutura urbana e na ocupação do seu espaço, já que a cidade primeiramente se desenvolveu entre dois igarapés, o da Cachoeira Grande (São Raimundo) até o igarapé da Cachoeirinha (Educandos), após a sua elevação à categoria de província em 1850, em que se passou a pensar numa melhor organização do espaço urbano.

Em 1850, D. Pedro II, referendado pelo ministro do império, Visconde de Monte Alegre, e pela Lei n.º 592, de 5 de setembro de 1850, elevou a Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província, passando a capital a se chamar Cidade de Manaus, homenagem lembrando os índios Manáos (que significa “mãe dos deuses”). (COSTA, 2006, p.52)

Outro fator importante observado por Matos (2017, p.343) é que após o início dessas modificações no espaço urbano da cidade, as casas que tinham características indígenas deveriam ser padronizadas de acordo com o estabelecido pelas novas leis da época, essa era uma política que pretendia “retirar o elemento indígena, e suas práticas, do meio urbano, configurava-se como ferramenta de branqueamento da população. Ou seja, essas habitações remetiam a um passado indígena que deveria ser abolido.” Nessas condições, Mesquita (2005, p.148) faz uma análise sobre o *Código de posturas municipais de Manáos*, que a seu ver possui dois pontos cruciais:

As intervenções pretendiam promover a civilização, o que, em outras palavras, significava um processo de “branqueamento”, no qual a imagem da cidade ganhava destaque especial. Por outro lado, compreende-se que essa normatização visava atender a exigências naturais do crescimento dos centros urbanos e à necessidade de reduzir as possibilidades dos devastadores incêndios, propiciados pelas construções em palha e madeira, constituindo-se tal fato numa medida de segurança para a sociedade.

Dessa forma, Mesquita (2005, p.13) nos traz a sua visão sobre o novo cenário da Manaus a partir das práticas de Embelezamento:

Naquele momento, a imagem de uma cidade urbanizada e embelezada atendia às aspirações de uma elite ávida por demonstrar seu status perante a situação de prosperidade iniciada algumas décadas antes. A configuração da cidade fora definida pelo Plano de Embelezamento implantado na última década do século XIX e graças aos excedentes econômicos provenientes da comercialização da borracha foi possível concretizar os projetos. Assim, surgiram as obras arquitetônicas mais significativas do período, que, posteriormente, viriam a se impor como referências da cidade.

Uma dessas obras iniciou-se com o aterramento de vários igarapés da cidade, em especial no centro da cidade, resultando na retirada de várias famílias de suas casas. Castro (2017), aborda o assunto e enfatiza a questão da modernização da área central de forma a primeiramente realocar as classes mais baixas para outros bairros em função da construção da Av. Eduardo Ribeiro, que aterrou o igarapé do Espírito Santo. Logo, Mesquita (2005) relata que as medidas de reorganização do espaço urbano, apresentadas por Eduardo Ribeiro, se davam por meio do aterramento e da regularização dos cursos d’água, além da instalação de pontes sobre os igarapés de maior volume e do nivelamento das áreas irregulares, pois, sem essas ações seriam impossíveis a criação de um traçado regular e retilíneo para a cidade de Manaus. Portanto, “a realização de tais obras apagava, em definitivo, não apenas os vestígios das primeiras construções históricas, mas extinguiu praticamente todas as referências ao traçado urbano mais tradicional da cidade” (MESQUITA, 2005, p.187).

A infraestrutura urbana de Manaus tem seu apogeu com a construção de vários prédios que tinham como características suas grandes proporções, como, por exemplo, o Teatro Amazonas, neles estavam inscritos os sinais que marcaram a sociedade mais privilegiada da época, demonstrando a riqueza e a modernidade diante de um povo que ainda vivia no passado. Mesquita (2005, p.222) descreve a percepção espacial em relação à grandiosidade das obras realizadas na parte central da cidade, como sendo fruto de uma visão esplendorosa daquele lugar, pois “mesmo que o edifício ainda não estivesse concluído, sua aparência já produzia um forte contraste com o entorno, composto por terrenos baldios e ruas inacabadas.” O que significa dizer que tais obras ressaltavam a noção de contradição e inadequação com o espaço no qual estavam inseridas, sendo interpretadas como um desejo muito além das possibilidades de uma população que ainda estava se desenvolvendo estrutural e socialmente.

Nesse sentido, podemos dizer que os melhoramentos realizados na cidade tinham objetivos que se contrapunham quando analisados como um todo, visto que a modernidade do espaço urbano excluía os mais pobres, realocava os que se encontravam em meio ao perímetro das novas construções e intervenções públicas e principalmente obrigava o povo a adotar costumes distantes de sua realidade, renunciando ao seu modo de vida, baseado em aspectos típicos da região amazônica.

Sobre esta nova condição da Cidade, reformulada para dar sustentáculo ao poderio econômico, criou-se por longo tempo, no imaginário de muitos, a ideia de que na Manaus da borracha havia um estado de graça e riqueza, compartilhado pelos ricos comerciantes estrangeiros, bem como pelos seus habitantes que viviam em situação invejável. Era fato completamente infundado, já que, por trás da modernidade aparente, ampla parcela da população não se beneficiou das melhorias urbanas implantadas e, ao contrário, passou a sofrer as medidas discriminatórias formadas especificamente para conter os efeitos de sua presença. (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2003, p. 50-51)

Outros elementos de contradição se externalizaram em Manaus com a queda da economia da borracha, onde muitos dos que migraram para a região não conseguia voltar para as suas casas, principalmente pela falta de dinheiro, mas a elite da época rapidamente abandonou tudo que tinha e se dirigiu para outros estados do país, sendo que o setor comercial já se encontrava em um processo contínuo de declínio econômico. Essa situação modificou a percepção espacial da cidade, uma vez que grande parte dos grandiosos prédios se encontrava abandonados. “Já na periferia da cidade ocorria justamente o contrário, ela crescia cada vez mais, muito embora, a população mais pobre tivesse que se juntar para morar no mesmo lugar e, assim, dividir as despesas.” (BENTES, 2008, p.52)

Em outro momento da história de Manaus, Costa (2006) descreve como se encontrava a vida da população no período após a Segunda Guerra Mundial, onde novamente houve a introdução do látex no cenário global, mas que ao término do confronto novamente ergueu-se uma crise econômica que retoma as dificuldades vivenciadas na primeira crise como desemprego, abandono, doenças e condições precárias de vida. “Como consequência da crise foram surgindo a beira do igarapé do Educandos, a ‘cidade flutuante’, evidenciando ainda mais as condições socioeconômicas da cidade.” (CASTRO, 2006, p.61)

Para reverter essa situação Oliveira, (1995) relata que foram necessárias novas estratégias no contexto de gerenciamento territorial que resultaram na política econômica do regime militar pós – 1964, no qual tinha como objetivo a integração territorial e o desenvolvimento econômico, surgindo a Zona Franca de Manaus. Com a promessa de criação do polo industrial, a cidade passou a ser preparada para receber a nova matriz econômica da região, com a criação de novos bairros mais distantes do centro, onde este recebeu reformas de praças e asfaltamento

de ruas. Como explica Oliveira, (2008, p.35):

A partir desse evento, Manaus ampliou seus domínios espaciais, com a interiorização pelas “terras firmes”, num modelo de ocupação mista, entre as intervenções planejadas pelo Estado (conjuntos habitacionais) e ocupações espontâneas. A malha urbana expandiu-se para longe das margens do rio Negro, esparramando-se pelos extensos platôs no sentido norte e leste.

Diante deste novo arquétipo econômico criado para a Região Amazônica e consolidado na cidade de Manaus, Araújo (2009, p.41) afirma que “houve de fato uma grande urbanização, industrialização, progresso do setor de serviços, ao passo que aumentou a demanda por esses serviços, bem como por infraestrutura urbana.” Entretanto, novamente eis que surge o fator de exclusão social, visto que assim como ocorreu na economia da borracha, no modelo ZFM também havia uma população financeiramente estável e outra que possuía poucos ou quase nenhum rendimento, morando em péssimas condições de moradia e sem saneamento básico. Condição social e urbana que tem se intensificando ao longo do tempo e agravada atualmente em função da Pandemia do Covid-19, afetando principalmente os mais pobres e desempregados que são obrigados a buscar moradias mais baratas e afastadas do centro da cidade.

Manaus, como de resto outras cidades, tem, de um lado, as ocupações, as moradias insalubres debaixo das pontes, nos igarapés e nas favelas, e do outro, os condomínios de luxo. A cidade separa e expulsa, mas também junta numa contradição fragmentária e articulada que resulta em lutas diversas para o exercício da cidadania e do lúdico, de acordo com os interesses de diferentes sujeitos. (OLIVEIRA, 2011, p.12).

A criação de bairros e moradias planejadas, bem como de investimentos na malha viária da cidade e outros melhoramentos na infraestrutura urbana, foram significativos para a instalação das fábricas na ZFM. Entretanto, tais melhoramentos incentivaram a vinda em massa de moradores do interior do estado, em busca de trabalho no polo industrial, onde acabaram se instalando a beira dos igarapés e em ocupações irregulares nas periferias da cidade. Este cenário produziu um excedente de mão de obra que tinha como características a baixa qualificação e a inexperiência com as técnicas de produção do Distrito Industrial que no que lhe concerne oferecia baixos salários. (WEIL; PINHEIRO 2013).

A cidade de Manaus cresce silenciosamente em meio à grande floresta, e do ‘porto de lenha’ referenciado nas canções locais, nasce uma metrópole. As políticas de desenvolvimento impõem novos padrões urbanos para a cidade, com elas surgem as migrações de pessoas, aglomerando-se em bairros denominados ‘mutirões’ ou ‘invasões’, que em pouco tempo recebem um nome religioso ou de um político local. Ali elas convivem com um baixo índice de qualidade de vida, quase sempre condenadas à miséria absoluta. (ARAÚJO E SCHOR, 2008, p.2)

Foi criado então um exército fabril de reserva, pois, de acordo com Scherer (2004), no auge das atividades da ZFM, houve uma grande absorção de trabalhadores em seu parque industrial, porém, outros não foram contratados, sendo obrigados a buscar seu sustento no

trabalho informal. A autora em questão revela que o desemprego e o trabalho precário não eram novidades no contexto histórico da cidade de Manaus, em razão de processos de exclusão social vivenciados em períodos anteriores. Além disso, Scherer (2004, p.129) descreve que nas indústrias da ZFM grande parte dos operários tinham como características serem “trabalhadores desqualificados, jovens, dóceis, predominantemente do sexo feminino de acordo com a exigência do processo produtivo na época.”

Os trabalhadores excluídos do processo produtivo e engajados atualmente na informalidade trazem consigo as formas persuasivas e de captura de sua subjetividade no espaço fabril. Para eles, ainda que suas demissões tenham sido justificadas pela necessidade de redução de quadro de pessoal, percebem que o desemprego está relacionado com a introdução de novas tecnologias, portanto, das transformações no mundo da fábrica. (SCHERER, 2004, p.134)

Assim, as transformações econômicas na cidade de Manaus, alavancaram o processo de urbanização e trouxeram para a área central um desenvolvimento voltado às diversas atividades financeiras, sendo que muitas comercializavam e ainda comercializam bens produzidos pela ZFM. Entretanto, Castro (2006), nos informa que os estabelecimentos comerciais se inseriram no Centro Antigo, sem considerar as diretrizes que deveriam ser adotadas à adaptação dos prédios históricos ao novo uso, resultando em problemas como a descaracterização das fachadas pelo excesso de placas publicitárias e perda de partes da estrutura física, como esquadrias, que facilitavam na visibilidade e no acesso dos clientes aos produtos, dentre outras situações. De acordo com Oliveira (2020), o patrimônio edificado que se encontra no centro demonstra aspectos da fundação e evolução urbana da nossa capital, ou seja, é fruto de um passado que, enquanto evidencia os fatores paisagístico e urbanístico, também retrata a visão histórica e pré-histórica do lugar e que atualmente representa o patrimônio natural e cultural da região, mas que está se perdendo do contexto urbano da cidade em função do abandono e da degradação.

O tombamento do CHM como patrimônio material e imaterial ocorreu, na esfera federal, em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo considerado nesse processo apenas a área entre a orla do rio Negro e o entorno do Teatro Amazonas, além dos aspectos simbólicos e densos de realizações artístico-constructivas (Portal eletrônico IPHAM, 2012). Na esfera estadual, o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas (CEDPHA) é quem trata da preservação do patrimônio material e imaterial do Amazonas (Portal SEC-AM) e na esfera municipal, mediante lei orgânica do município de Manaus de 1990 que em seu n Art. 235 e 342 delimita Sítio Histórico e Centro Antigo da seguinte forma:

§ 1º. Considerar-se-á como "em torno" uma área mínima de 150 m (cento e cinquenta metros), circunvizinha ao imóvel tombado como patrimônio histórico, por qualquer das esferas administrativas. § 2º. Tem-se por Sítio Histórico da cidade o trecho

compreendido entre a Avenida Sete de Setembro até a orla do Rio Negro, inclusive Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Pedro II, Ruas da Instalação, Frei José dos Inocentes, Bernardo Ramos, Av. Joaquim Nabuco, em toda a sua extensão, Visconde de Mauá, Almirante Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcante e Governador Vitório. (LOMMAN, 1990, p. 92)

Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta Lei, o centro antigo da cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a orla fluvial, limitado esse espaço, à direita, pelo igarapé de São Raimundo e, à esquerda, pelo igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamin Constant. § 1º - Incluem-se, no trecho tombado, os igarapés e a orla fluvial, que deverão ser recuperados com vistas a se transformarem em vias de respiração e circulação da cidade. (LOMMAN, 1990, p. 125)

Figura 1- Divisão Centro de Manaus



Fonte: Decreto n.º 2436/13 - Manual de placas do UES CENTRO e UES CENTRO-ANTIGO

Na perspectiva de Blach *et al.* (2020) a questão da percepção da população sobre os monumentos históricos do centro de Manaus aponta que são locais relevantes, por representarem uma lembrança do passado, porém, seus aspectos emblemáticos e tradicionais se perderam com o tempo, com parte de sua estrutura física. O cenário atual reflete processos que vão desde a descaracterização de alguns prédios históricos, em função do uso e da apropriação social e econômica, sendo que em outros, predomina o aspecto da decadência, estando total ou parcialmente em ruínas ou que já perderam partes de seus elementos originais. É dessa forma que

podemos perceber o fator da contradição no espaço urbano da cidade de Manaus, visto que em tempos atrás esses prédios foram construídos para modernizar a cidade de acordo com a arquitetura europeia e inserir a população ao contexto europeu imposto durante a economia da borracha e que beneficiava os mais abastados da época. Entretanto, atualmente muitos desses prédios, considerados como patrimônio cultural e histórico da cidade, se encontram abandonados, em péssimas condições de uso, sofrendo vandalismo constante e sem expectativas de restauração ou reformas por meio dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, tendo como seus novos moradores: animais e pessoas, estes geralmente abaixo da linha da pobreza.

O que um dia foi o novo substituindo o ultrapassado, hoje é patrimônio de difícil manutenção dos quais muitos descaracterizaram-se quase por completo, encontrar um contexto histórico provável desses é tão difícil quanto mantê-los longe da depredação e da degradação. (PEREIRA, 2017, p.19)

De acordo com Hermida (2016, p.04), a infraestrutura urbana que caracteriza o passado histórico da cidade de Manaus vem se perdendo gradualmente, dando lugar a “fachadas descaracterizadas, cartazes e placas de lojas em excesso, calçadas desniveladas, camelôs em todas as partes e um constante odor de urina são algumas das mazelas que atingem a área”. Entretanto, Manaus assim como em outras cidades brasileiras, não soube dar o devido cuidado a suas heranças históricas, visto que é comum o abandono de prédios e casarões históricos (Fig.2) trazendo a esta área uma sensação constante de insegurança, principalmente à noite, sendo que estes espaços além de abrigar animais e Pessoas em Situação de Rua (PSR), também vem sendo bastante frequentado por usuários de drogas, assim como se tornam locais de descarte incorreto de RS e dejetos humanos que propiciam o aparecimento de doenças.

Figura 2- Abandono de prédios e casarões históricos



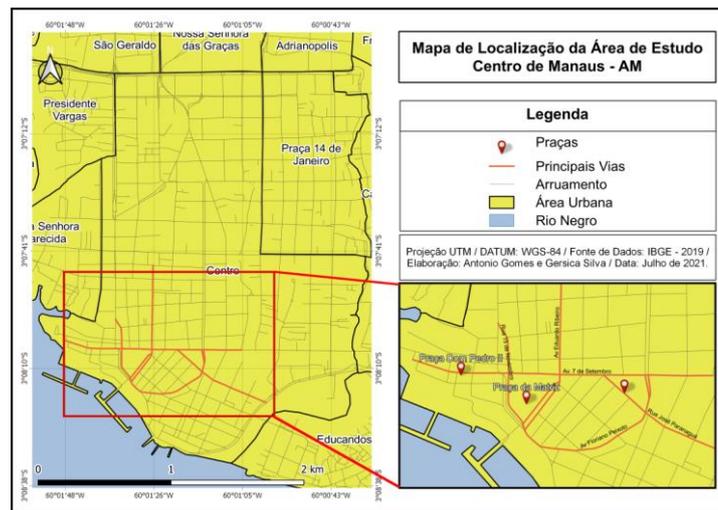
Fonte: Silva, G. C. 2021.

Em outras palavras, é perceptível que as modificações no espaço urbano, advindas da

má conservação do passado arquitetônico da cidade, demonstram o descaso com o futuro dessas instalações, muitas já irreconhecíveis e sem expectativas de recuperação. É a partir desse cenário que a transformação do espaço afeta a vida das pessoas que convivem com essas estruturas, dado que a deterioração que vem ocorrendo continuamente com os aspectos originais destes espaços resulta em uma gradativa perda de identidade, de um passado que se apaga todos os dias e que dá lugar a outra paisagem urbana, a do esquecimento.

Assim, o CHM é considerado como a região mais antiga do município, situado na Zona Sul, no bairro centro (Fig.2), com aproximadamente 39 228 habitantes, tendo como característica paisagística uma grande variedade de prédios históricos, juntamente com um significativo número de museus e praças, de acordo com informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (SEDECTI, 2017).

Figura 3-MAPA DO CENTRO DE MANAUS



Fonte: Damasceno, 2020.

Atualmente é característico do CHM, atividades ligadas ao comércio e serviços, com grande fluxo comercial e turístico, onde trabalhadores, turistas e consumidores oriundos de várias localidades internas e externas ao estado fazem deste espaço, locais de trabalho, estudo, compras, visitação, entre outros. Segundo portaria publicada na edição n.º 141/2021, do Diário Oficial da União (DOU), o Ministério do Turismo (MTur), aprovou em 28 de julho de 2021, um novo tombamento do CHM, agora como patrimônio histórico e cultural, onde foi incluído na lista das cidades históricas do Brasil, mas isso não significou que o centro tenha passado por melhoramentos, no que se refere a promoção de espaços e eventos culturais para a população, principalmente à noite, visto que as ações são concentradas geralmente no Teatro Amazonas e em Museus, sendo ocasionais/raras em logradouros públicos, como nas praças inseridas na área de estudo.

Em função dessa nova portaria o CHM foi inserido no programa de crescimento econômico e social “Mais Manaus”, de responsabilidade da prefeitura de Manaus, que tem como uma das ações a construção do parque Mirante da Ilha, que vai abrigar um complexo de lazer e negócios, com foco no turismo. No entanto, a concretização do programa ainda é incerta, visto que as obras descritas acima nem saíram do papel, o que nos mostra que podem até existirem políticas públicas destinadas a valorizar a infraestrutura urbana do CHM, porém, sua execução geralmente é falha.

Hoje o centro de Manaus é um lugar de convívio passageiro, onde trabalhadores formais e informais interagem com a população que faz compras no comércio popular e utiliza serviços diversos. Não é mais um espaço voltado para a elite econômica da cidade, uma vez que seus moradores nem sequer conseguem usufruir dos espaços públicos, ficando trancados em casa principalmente à noite, dando lugar a população de rua, bêbados, pessoas com problemas mentais, marginais, traficantes e profissionais do sexo. Além disso, é nesses territórios que também encontramos as trabalhadoras conhecidas como as *garis-vassoureiras*, o que nos dá uma visão do que vem sendo a nova configuração socioespacial do CHM, evidenciada tanto durante o dia quanto a noite e é onde nos inserimos para realizar esta pesquisa.

1.2 Do trajeto da Praça da Matriz a Praça da Polícia.

Esta pesquisa teve como local de estudo o CHM e compreendeu ao perímetro (Fig.4) que se estendeu desde a Rua 15 de Novembro, a Av. Floriano Peixoto e Av. 7 de Setembro, onde se concentram as principais e tradicionais ruas de comércio da cidade de Manaus, tendo como ponto inicial a Praça da Matriz e ponto final a Praça da Polícia (Praça Heliodoro Balbi).

Figura 4- MAPA DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO



Fonte: Damasceno, 2020.

Nossa pesquisa teve início com a visita e observação desses espaços públicos

compreendidos dentro do perímetro de estudo, ou seja, da Praça da Matriz até a Praça da Polícia, onde podemos identificar durante o período noturno as características físicas, sociais e ambientais do lugar. Fazendo assim, um breve comparativo com o período diurno, em que a jornada cotidiana das *garis-vassouzeiras* do CHM é descrita a partir dos riscos e desafios que os logradouros públicos trazem ao exercício de sua função em ambiente noturno. Desta forma, Rocha e Ercket (2003), relatam que a observação dos lugares públicos, como a rua, através de seu funcionamento em diferentes horários, do comportamento das pessoas nos diversos ambientes sociais, como: esquinas, bares e bancos de praças, criam cenários propícios para a visão do pesquisador ao longo de sua investigação.

Portanto, foram selecionadas como espaço de estudo (Fig.5) as ruas que se encontram entre a rua 15 de Novembro até a Av. 07 de setembro, totalizando um quantitativo de sete (07) vias, dentre as quais também se inclui a Av. Eduardo Ribeiro, Rua Guilherme Moreira, Rua Marcílio Dias, Rua Doutor Moreira e Av. Floriano Peixoto. Nestes logradouros, durante o dia, existem muitas atividades econômicas, tanto comerciais como de serviços, onde em alguns deles também podemos encontrar espaços turísticos, hotéis e áreas de lazer, conferindo a paisagem do CHM múltiplas funcionalidades, que se ocultam durante a noite dando lugar a outros tipos de finalidades como a marginalidade urbana, o comércio ilegal de entorpecentes e serviços noturnos.

Figura 5- Localização do espaço de estudo



Fonte: Google Maps, 2021.

De acordo com Oliveira, Guimarães e Maia (2020, p.278), “a Avenida Sete de Setembro por ser uma das principais vias de acesso ao Centro Histórico, tem seu início no Sítio Histórico, dentro dos limites do Centro Antigo de Manaus, local considerado o marco zero da cidade.” Esta mesma avenida possui 2.430 metros de extensão, onde encontramos prédios conservados e outros menos preservados oriundos da memória dos tempos da economia da

borracha, sendo que esta avenida começa ao lado do edifício do Paço da Liberdade e prossegue até encontrar a Avenida Castelo Branco, no bairro da Cachoeirinha.

A Praça Heliodoro Balbi é um dos logradouros públicos mais conhecidos da cidade de Manaus, segundo a SEC-AM, ela foi construída no período do Império e ficou conhecida popularmente como Praça da Polícia por ser palco de apresentações da banda da Polícia Militar e também por ter abrigado o Comando Geral da Polícia Militar (CGPM). A mesma conta com duas piscinas ornamentais, árvores de várias espécies, quiosques de alimentação, bebidas e livrarias de livros usados. Muito frequentada por turistas e pela população Manauara apresenta também grande concentração de pessoas em situação de rua (PSR), pedintes, drogaditos, prostitutas, etc., estando presentes de forma tímida no ambiente durante o dia, mas que durante a noite se apropriam e se aglomeram no espaço. Costa (2019) faz um relato sobre a situação das (PSR) nesta praça após a sua reforma, onde durante o dia são impedidos de estarem circulando por ela, sendo coagidos pelos seguranças que tomam conta do espaço.

Mas embora esses espaços higienizados pelo Estado sejam desocupados temporariamente pelas PSR, isso é uma situação temporária. Elas são expulsas, ocupam outras áreas menos visadas, mas com a diminuição da vigilância nos locais revitalizados retornam gradativamente a ocupar os logradouros públicos. (COSTA, 2019, p.150)

Em função da grande quantidade de sujeira, gerada naturalmente pelas folhas que caem das árvores, assim como os resíduos que são produzidos por seus frequentadores e pedestres todos os dias, a Praça da Polícia possui um serviço de limpeza pública, específico, sendo a atividade realizada por *apenados* do regime semiaberto de várias unidades do sistema prisional da cidade, que fazem a limpeza e a manutenção de parques e praças de Manaus que são administradas pelo Governo do Amazonas. O projeto no qual estão inseridos chama-se “Praças Limpas” e integra o programa “Trabalhando pela Liberdade”, é coordenado pelas secretarias de Cultura e Economia Criativa (SEC-AM) e de Administração Penitenciária (SEAP). Os *apenados*, que utilizam tornozeleira eletrônica, trabalham 8 horas por dia, de segunda a sexta-feira e recebem um salário mínimo, vale-alimentação e vale-transporte, além do benefício da remição da pena (Fig.6).

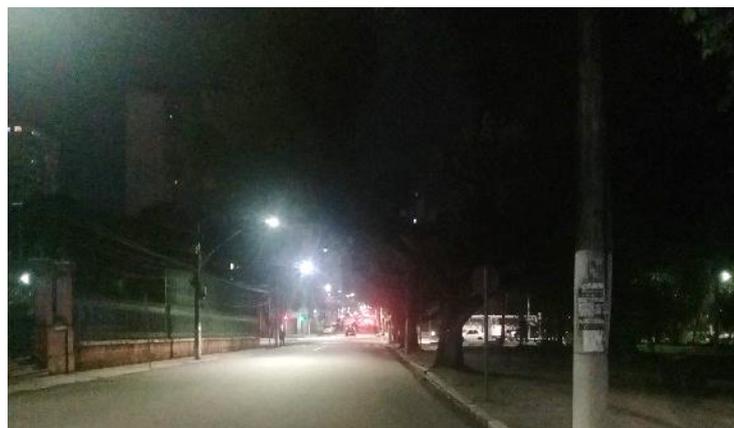
Figura 6- Apenada do semiaberto na limpeza da Praça da Polícia.



Fonte: Silva, G. C. 2020.

O cenário diurno da Av. 7 de Setembro é representado pelo vai e vem de pessoas que fazem do espaço um território de trabalho, de compras e serviços, bem como de encontro e reencontro, de cultura, de descanso e de esperança. Tais aspectos fazem da avenida um dos lugares mais frequentados do CHM durante o dia, mas que muda radicalmente durante a noite. A noite da Av. 7 de Setembro não se diferencia das demais ruas do CHM, pois, o silêncio, o abandono, a sujeira e a violência são aspectos visíveis e vivenciados, principalmente pelos TLP que estão ali todos os dias. Nesta avenida uma das características marcantes do período noturno é a pouca ou a falta de iluminação pública em alguns trechos, sendo a frente da Praça da Polícia o de maior escuridão (Fig.7). A iluminação pública é um dos requisitos mais importantes para que o serviço de varrição seja feito com eficácia, de forma a melhorar a visão das *garis-vassoureiras* na identificação de resíduos perigosos.

Figura 7- Trecho da Av. Sete de Setembro com pouca iluminação



Fonte: Silva, G. C. 2022

É também neste território de trabalho que as *garis-vassoureiras* encontram grande concentração de RS (Fig.8), advindos das lojas, restaurantes e demais estabelecimentos do lugar, assim como os resíduos encontrados na Av. Eduardo Ribeiro, na Av. Floriano Peixoto e no

entorno da Praça da Matriz que formam os setores de varrição de maior demanda de trabalho da limpeza pública noturna no CHM.

Figura 8- Gari-Vassoureira trabalhando na Av. 7 de Setembro



Fonte: Silva, G. C. 2021

A Av. Eduardo Ribeiro é uma das vias mais conhecidas de Manaus, por possuir um dos principais centros comerciais da capital, porém, é nesta área que também se caracteriza o comércio clandestino de aparelhos celulares de procedência duvidosa, assim como camelôs e vendedores ambulantes. Tornou-se, ao longo do tempo, uma referência comercial, cultural, turística e econômica da cidade de Manaus, onde se pode encontrar todo tipo de produto ou serviço, além de haver prédios históricos, hotéis, restaurantes, praças, bares, bancos, entre outros, considerada como a avenida de maior circulação de pessoas no CHM.

Na Avenida Eduardo Ribeiro [...] encontra-se o Teatro Amazonas, ícone histórico e que tem uma movimentação intensa de turistas nacionais e internacionais. Existe uma grande diversidade de comércio e serviços que são oferecidos nessa via e por isso a movimentação é sempre intensa, possuindo grande fluxo de turistas a passeio, pedestres e veículos durante o horário comercial. Aos domingos a rua é fechada para receber a tradicional Feira do Artesanato da Av. Eduardo Ribeiro, reunindo artesãos que comercializam suas artes ressaltando a cultura local, além da gastronomia (oferecida no café da manhã e almoço) tipicamente regional, de modo geral, a feira movimenta um grande fluxo de turistas e residentes. (OLIVEIRA, GUIMARÃES E MAIA 2020, p.278).

Nesta avenida podemos identificar características que simbolizam a infraestrutura urbana utilizada na cidade em meados do século XIX, onde em 2015 a PMM, realizou a retirada do asfalto e recolocou a pavimentação original, com o uso de pedras de Lioz⁸ e paralelepípedos ao longo da Av. Eduardo Ribeiro. Em outras palavras, Castro (2017) nos explica que a recolocação do piso histórico se estendeu por toda a avenida, mas que no cruzamento entre a Av. 7 de Setembro até a Av. Floriano Peixoto, o novo pavimento foi posto apenas nas calçadas e meio fio e que as calçadas dos quarteirões do Teatro Amazonas e Palácio da Justiça não sofreram

⁸ Tipo de calcário que ocorre em Portugal.

alterações. No entanto, essa mudança na infraestrutura de ruas e calçadas da av. Eduardo Ribeiro trouxe as *gari-vassouzeiras* não apenas um novo desafio para se realizar a limpeza dos espaços, mas também comprometeu a qualidade do serviço, logo deve-se fazer mais esforço físico para a retirada dos RS de frestas e buracos, dobrando o tempo de trabalho na área. Além disso, pode afetar a saúde dessas mulheres, uma vez que se curvam com mais frequência e por mais tempo, em razão da grande quantidade de lixo que fica presa entre os paralelepípedos (Fig.9).

Figura 9- Gari-vassouzeira na Av. Eduardo Ribeiro: dificuldade na varrição de paralelepípedos



Fonte: Silva, G. C. 2022

Um fato que pode ser notado entre as praças das Av. Eduardo Ribeiro e Av. 7 de Setembro, é que na Praça da Matriz os refletores de luz estão sempre ligados (Fig.10), enquanto na Praça da Polícia, como já mencionado anteriormente, a iluminação é deficiente. Esta situação estimula as pessoas em situação de rua a se concentrarem em maior quantidade nos espaços mais iluminados, onde a maioria busca abrigo em bancos de praças e de igrejas, fugindo da violência urbana. Em consequência disso podemos perceber que a Praça da Matriz é a única praça do nosso campo investigativo que possui uma expressiva movimentação durante a noite.

Figura 10- Iluminação pública da Praça da Matriz



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Já na Praça da Polícia a falta de iluminação (Fig.11) é resultado de furtos constantes de fios de energia, trazendo ao local grande escuridão, o que dá margem a aglomeração de malfeitores, usuários de droga e moradores de rua que por ser um ambiente escuro se escondem em meio as árvores para praticar atos ilícitos ou se abrigar. Entretanto, os serviços de segurança que foram identificados durante a noite nestes dois territórios são geralmente de origem terceirizada, sendo que guardam a integridade física apenas do patrimônio público e privado, ou seja, da Igreja da Matriz, do Comando Geral da Polícia Militar e de lojas do entorno, mas que nada podem fazer quanto aos aspectos relacionados ao comportamento humano.

Figura 11- Iluminação pública da Praça da Polícia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

De acordo com a legislação vigente, a segurança pública advém de um serviço integrado que envolve vários órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM) e que possuem relações entre si, como descrito na lei delegada nº 79, de 18 de maio de 2007, que se refere a SSP-AM, onde o artigo primeiro relata que a coordenação geral das atividades setoriais do órgão é composto por um sistema que envolve Polícias Civil e Militar,

pelo Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas (CBMAM) e pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas (DETRAN-AM) e tem como objetivo garantir o livre exercício dos poderes constituídos e a segurança física e patrimonial dos cidadãos mediante atuação integrada e presente desses organismos junto à comunidade. No entanto, os preceitos abordados nesta lei estão longe de serem a realidade do CHM, uma vez que o órgão identificado no período noturno é apenas o da Polícia Militar, sendo comum a ausência tanto do DETRAN, presente somente durante o dia e esporadicamente durante a noite quanto do CBMAM, que não é visto nem sequer durante o dia e muito menos a noite. Nessas condições, podemos dizer que a atuação da SSP-AM não é integrada tampouco presente nas noites do CHM.

A Rua Marechal Deodoro é um lugar de grande representatividade do comércio popular da cidade de Manaus, possui vários estabelecimentos que oferecem, principalmente, produtos do setor de vestuário, calçados e de cama, mesa e banho. Popularmente conhecida como a rua do “bate palma”⁹, é nela que o barulho se torna vantagem, pois, os gritos e as palmas dos vendedores, mais os altos falantes resultam em mais vendas e maior lucro para as lojas que são administradas por comerciantes descendentes de árabes, palestinos, turcos e mais recentemente por asiáticos nativos. No entanto, todo o comércio, a gritaria e o bate palma que acontecem durante o dia dá lugar ao silêncio e ao mercado ilegal de entorpecentes durante a noite. Oliveira, Guimarães e Maia (2020), reforçam a ideia de que a Rua Marechal Deodoro é uma via totalmente comercial, tendo em vista que nela podemos encontrar todo tipo de empreendedor, de natureza formal e informal. Durante o dia esta rua recebe um grande fluxo de pessoas que vão em busca de produtos com preços mais em conta do que nos *shoppings* e estabelecimentos de bairro, bem como é um dos principais pontos de compras de moradores do interior do estado do Amazonas.

Quanto às ruas Guilherme Moreira, Marcílio Dias e Dr. Moreira têm como características principais o comércio no atacado e no varejo, no ramo de eletrônicos, vendedores ambulantes, alguns hotéis, áreas de alimentação e venda de acessórios importados. Oliveira, Guimarães e Maia (2020, p. 279) destacam “o aspecto negativo dessa área é que ao anoitecer, os espaços são tomados por moradores de ruas, mendigos, prostituição, dentre outros que se refugiam nesses logradouros”.

Já na Av. Floriano Peixoto além do comércio de eletrônicos e instrumentos musicais encontramos também a maior concentração de paradas de ônibus que atendem a toda a população manauara, desde os bairros próximos aos mais distantes do CHM, em que a avenida sofre

⁹ Forma como os vendedores chamam a atenção de clientes.

influência direta do intenso fluxo do transporte coletivo que sai das ruas do terminal Central, porém, nessas vias é onde mais ocorrem acidentes por atropelamento durante a noite. Podemos perceber que nesta avenida o lixo toma conta de toda a sua extensão, sendo perceptível a quantidade excessiva de RS espalhados em função da ação de moradores de rua e catadores informais de materiais recicláveis, visto que buscam por resíduos recicláveis como plásticos, papelão e latinhas, deixando exposto no ambiente os RS que não possuem valor de mercado, contribuindo ativamente para a sujeira da cidade.

Além das características comerciais das avenidas e ruas mencionadas, no CHM, durante o dia, concentram-se um dos maiores segmentos da classe trabalhadora manauara: os vendedores das lojas de confecções, calçados e acessórios, ou seja, os chamados comerciários. Acresça-se, também, os trabalhadores do setor bancário, os vendedores informais, fixos e ambulantes, representados pelos camelôs, revendedores de frutas e hortaliças, entre tantos outros que fazem parte desse intenso espaço de trabalho. De acordo com Antunes (2018, p.104) os trabalhadores informais tradicionais são aqueles que visam obter renda apenas para a sua sobrevivência individual e familiar, sendo esta categoria dividida em duas subcategorias, os trabalhadores informais ocasionais e os temporários, “que desenvolvem atividades informais quando se encontram desempregados, enquanto esperam uma oportunidade para retornar ao trabalho assalariado.” Entretanto, o mesmo autor também aborda sobre os proletariados informais assalariados sem registro, ou seja, aqueles que trabalham sem carteira assinada, bem como os autônomos, que laboram oferecendo serviços e produtos por conta própria.

Quanto ao setor de serviços encontra-se o de alimentação e bebidas, em geral, de saúde, de comunicação, de turismo, de beleza, de monitor/flanelinha¹⁰ de estacionamento, entre outros e que convivem com os transeuntes do espaço urbano para comercializar e oferecer seus produtos e serviços. Registre-se, também escolas, bibliotecas e cursos de qualificação.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Manaus (PMM), os camelôs da área comercial do CHM passaram por processo de realocação em 2014, por meio do projeto “Viva Centro Galerias Populares”, quando deixaram as ruas e ocuparam os “Centros de Compras Populares” (CCP). O projeto tinha como objetivo a requalificação e o reordenamento do CHM, bem como a reposição de 2.082 camelôs, visto que foram identificados e cadastrados pela PMM, a iniciativa deveria promover novas oportunidades e melhores condições de trabalho aos vendedores de rua. No entanto, é comum ver que ainda existem camelôs nas ruas do centro comercial que

¹⁰ Pessoas que trabalham organizando o fluxo de estacionamento diariamente em algumas vias do centro de Manaus, de forma formal, por meio do programa Zona Azul e informal, homens e mulheres que trabalham na irregularidade.

não foram realocados (Fig.12), o que nos mostra que as ações realizadas para a obtenção do objetivo do projeto não ocorreram da forma como foram programadas.

Figura 12-Camelôs da rua Henrique Martins



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Outro problema observado no projeto “Viva Centro Galerias Populares” é que com o passar do tempo grande parte dos ambulantes foram abandonando os CCP e acabaram voltando para as ruas do centro comercial, alegando perda de ganhos e falta de clientes em função das galerias populares serem distantes dos locais de maior concentração comercial e onde o fluxo de consumidores é superior e constante. Deste modo, durante o dia, o trabalho dos camelôs que antes foram realocados para os CCP agora ocorre no âmbito da informalidade nas diversas vias do CHM. Pode-se observar na imagem abaixo um dos antigos camelôs vendendo seus produtos de forma improvisada na calçada da Av. Floriano Peixoto, contudo, uma das características observadas é que todos os itens comercializados são de fácil locomoção, o que contribui para fugir da fiscalização municipal, caso ela apareça (Fig.13).

Figura 13- Camelôs Av. Floriano Peixoto



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Durante o processo de realocação a SEMULSP recolheu mais de 300 boxes que foram deixados pelos ambulantes que atuavam no CHM após a entrega das primeiras Galerias Populares, dos quais passaram por reforma para serem reutilizados. Pedacos de ferro, alumínio, grades e lonas que compõem as bancas foram úteis para a fabricação de lixeiras para uso da população e placas de sinalização e atenção para o cuidado com o meio ambiente, sendo espalhadas por toda a cidade. (SEMULSP, 2014).

No CHM pode ser encontrada na Av. Floriano Peixoto, especificamente na Praça Terreiro Aranha o comércio de artesanato regional, como mostra a (Fig. 14). Ali, também durante o dia existe um mini núcleo da SEMULSP. É nesse lugar que os TLP terceirizados se organizam para o trabalho durante o dia. Nesse mesmo ambiente estão disponíveis os instrumentos de trabalho, a água para beber, o local de alimentação e também fica estacionado o caminhão que armazena os carrinhos coletores e o ônibus que faz a rota¹¹ de todos os trabalhadores desse horário, trazendo e levando estes para a sede, conhecida como “*Garaginha*”, que fica na rua Ramos Ferreira s/n Centro.

Figura 14- Concentração dos TLP terceirizados na Praça Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

No período noturno, não existe esta infraestrutura e as *garis-vassouzeiras* são deixadas no seu setor/território de trabalho pela rota e recebem água somente quando o caminhão dos fiscais passa pelas imediações onde estão varrendo (Fig.15), bem como circular pelos logradouros realizando o acompanhamento do serviço de varrição. As *garis-vassouzeiras* iniciam o trabalho as 20:30 e terminam as 22:30, como descreveremos no capítulo 2.

¹¹ Denominação atribuída ao meio de transporte que encaminha funcionários de uma determinada empresa para seu local de trabalho e para seu local de residência.

Figura 15- Caminhão dos fiscais no CHM (dia e noite)



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Vale ressaltar que existem diferenças entre as garis que trabalham no período diurno e noturno, sendo que durante o dia a prioridade do serviço de limpeza fica a cargo de uma empresa terceirizada, pois, estes trabalhadores por serem mais jovens suportam mais facilmente as condições climáticas da nossa região, porém, uma equipe de garis subordinados à SEMULSP dá apoio ao serviço durante a tarde. Entretanto, no período noturno a varrição dos logradouros do CHM é primeiramente realizada pelas *garis-vassouzeiras* da SEMUSLP, em função da idade e do tempo de trabalho nas ruas da cidade e que afetam, de alguma forma, suas condições de saúde, visto que a maioria já possui alguma comorbidade ou apresenta sintomas de doenças relacionadas com o ofício da varrição. Assim, as *garis-vassouzeiras* da SEMULSP realizam a varrição de todos os logradouros do CHM. O excedente fica para os TLP terceirizados que iniciam suas atividades às 22h.

Ao longo da pesquisa percorremos lado-a-lado com *garis-vassouzeiras* todo o percurso de varrição noturna, conforme apresentamos na tabela 1.

Tabela 1- Número de servidores da varrição noturna na área de estudo

SETOR	Quant. de vassouzeiras no setor	Quant. de carreiros no setor
Av. Eduardo Ribeiro e Praça do Relógio	03	03
Av. Floriano Peixoto e Av. 07 de Setembro	02	01
R. Marechal Deodoro R. Marcílio Dias R. Dr. Moreira R. Guilherme Moreira	06	03

Praça Terreiro Aranha		
R. 15 de Novembro, Terminal Central igreja da Matriz.	03	03

Fonte: SEMULSP, 2021.

A divisão de tarefas nos logradouros em análise é feita a partir de uma escala já definida pelo fiscal encarregado no momento da entrada dos TLP na sede da *Garaginha* (Fig.16), onde cada gari tem seu setor definido, mas que pode sofrer alterações dependendo da disponibilidade diária de funcionários. Quando uma *gari-vassoureira* não comparece ao trabalho e não tem como transferir por outra de outro setor, os garis-carreiros fazem o serviço de varrição. Contudo, é importante frisar que as *garis-vassoureiras* não realizam a função de gari-carreiro, somente os homens podem fazer os dois serviços: de varrição e de ensaque de RS. Nos finais de semana, em geral, a quantidade de RS aumenta, daí a necessidade de um quantitativo maior de *garis-vassoureiras*.

Figura 16- Sede dos trabalhadores da limpeza pública no Centro - *Garaginha*



Fonte: Silva, G. C. 2021.

As ruas que estão localizadas entre a Praça da Matriz e a Praça da Polícia representam o território de trabalho das mulheres *garis-vassoureiras* no qual realizamos as entrevistas. Observamos que esse ambiente reúne relações que envolvem poder, oportunidade e vulnerabilidade, dado que o serviço de varrição, tanto durante o dia quanto a noite, está ligado a aspectos sociais, econômicos e políticos que vão de encontro com a questão da percepção do espaço vivido por aqueles que fazem da área central sua moradia, seu local de trabalho, lazer, estudo e dentre outros usos e que tem relação com a geração, o descarte e o tratamento dos RS no ambiente urbano da cidade.

No período noturno podemos ver um contraste visual e espacial que o CHM possui.

Durante o dia, o centro possui uma movimentação constante de pessoas indo e vindo, com os trabalhadores do comércio e alto-falantes. A noite é o espaço da escuridão, de um aparente vazio social, é quando emergem outros segmentos sociais, como as pessoas em situação de rua (PSR) e a intensificação da violência urbana. Nesse sentido, Costa (2019, p.37) em sua tese sobre a invisibilidade das pessoas em situação de rua, nos descreve o seguinte:

Trata-se de uma população que vive principalmente nas ruas do centro de Manaus, que ora se caracteriza como marginal, mas que é vista predominante pelo público em geral como agrupamento de desclassificados, de bandidos, de desvalidos, loucos, errantes; outrora, igualmente, podem tender a ser caracterizados como dignos de compaixão, posto terem sido negligenciados pelas famílias e pelo Estado, e por isso são famintos de existência social.

As modalidades de trabalho existentes a noite são voltadas para o comércio de bebidas alcoólicas, ao entretenimento adulto, a venda de guloseimas, bebidas e alimentação pelos camelôs e a comercialização de frutas, hortaliças e acessórios pelos vendedores ambulantes, sem mencionar no comércio de entorpecentes, que, é bastante ativo na região, geralmente camuflado nas conversas nas esquinas de bares, nos jogos de baralho, num passeio com o cachorro, dentre outras situações.

No setor de serviços encontramos durante a noite, os vigias das ruas comerciais e das praças da Polícia e da Matriz que resguardam, principalmente, o patrimônio histórico. O serviço de limpeza pública que ocorre tanto durante o dia quanto a noite. Observamos também a presença do voluntariado que auxilia a população de rua, realizado por igrejas e ONGs.

Além dos trabalhadores oriundos do Amazonas e de estados do restante do país, podemos identificar pessoas de outras nacionalidades, em sua maioria constituída por imigrantes venezuelanos, colombianos e haitianos que trabalham em vários setores do comércio e serviços no CHM. A noite é percebida a presença de um certo número de haitianos que trabalham como ambulantes na venda de frutas e hortaliças. Pode-se dizer que a busca pelo labor formal tem sido difícil aos imigrantes que chegam à Manaus, em virtude da falta de oportunidades no mercado de trabalho, isso faz com que muitos se voltem para as ruas do CHM, como uma forma de gerar sua própria renda e ajudar no sustento familiar, mesmo que na condição de informais. Portanto, “o trabalho informal caracteriza-se como uma das expressões da questão social na atualidade, uma vez que seu crescimento evidencia a ausência de oportunidades de emprego e consequentemente a precarização do mercado de trabalho” (WEIL; PINHEIRO, 2013, p.01).

Cavalcante, Oliveira e Tonhati (2015), relatam que em outros estados brasileiros ocorrem a mesma situação descrita acima, em vista que grande parte dos imigrantes apresenta qualificação adequada para o mercado de trabalho formal. No entanto, na busca pelo trabalho com carteira assinada passa a ter uma certa dificuldade, uma vez que acabam descendo de posição

tanto profissionalmente como socialmente, sendo obrigados a se colocarem em empregos inferiores à sua capacitação profissional, formação acadêmica e a sua experiência em trabalhos anteriores.

No CHM podemos verificar durante o dia muitas crianças e adolescentes vendendo produtos diversos ou pedindo ajuda em bares, lanchonetes, bancos, praças. Elas estão em todos os lugares lutando pela sua sobrevivência. Durante a noite, elas desaparecem dando lugar aos pedintes mais velhos. As avenidas, ruas e praças do CHM são tomadas por moradores de rua, mendigos, pessoas com problemas psicológicos, meliantes, prostituição, dentre outros. É comum também encontrar muitos catadores de resíduos sólidos, alguns só com uma sacola – os que mais sujam a cidade – e outros bem equipados, com carrinhos limpos e organizados (Fig.17).

Figura 17- Carrinho de um catador de materiais recicláveis



Fonte: Silva, G. C. 2021.

No percurso entre as Praças da Matriz até a da Polícia podemos evidenciar a questão da presença expressiva da arborização no ambiente urbano, todavia não conseguimos falar o mesmo quando chegamos a Praça Terreiro Aranha, onde se nota a deficiência da cobertura vegetal que possa trazer bem-estar a seus frequentadores, o que impossibilita o surgimento de relações com a natureza e o convívio social, sendo associado apenas como local de passagem e não vivenciado em sua plenitude. Pensando na questão do relacionamento entre homem e natureza, mediante o uso socioafetivo do espaço urbano, Mansano (2016, p.53) nos fala que “o espaço urbano ganhou relevância e tornou-se, ao mesmo tempo, um campo problemático desafiador e uma oportunidade para colocar em curso um exercício político de debates, enfrentando as dificuldades advindas das relações socioafetivas e da relação com o meio ambiente urbano.”

Nesse sentido, a praça se torna o lugar que proporciona o convívio socioambiental no espaço urbano da cidade, sendo sua vegetação e arborização aspectos essenciais para o processo de ligação e interação entre pessoas e entre o homem e o ambiente natural, através das diversas relações existentes nela. Dessa forma, Silva (2003, p.30) destaca que:

Os espaços verdes têm o potencial de amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais urbanos. Os parques urbanos contribuiriam para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações, da criação de um sentimento de tranquilidade.

Na Praça da Matriz (Fig.18) as árvores são geralmente de grande a médio porte e necessitam de bastante espaço entre uma e outra para se desenvolverem, ficam localizadas, principalmente, dentro do terreno da igreja da Matriz, fora dela existem apenas pequenos arbustos e uma ou outra árvore de tamanho mediano. Por muito tempo esta praça foi ponto de encontro de amigos, de namorados e de pessoas que descansavam ou lanchavam depois de percorrerem as ruas do comércio, dos que frequentavam a Igreja da Matriz, enfim de indivíduos que apreciavam estar ao ar livre, mas que atualmente vem sendo ocupada por moradores de rua e outros grupos diversificados, que fazem desses locais sua moradia e seu ambiente de trabalho. Dessa forma, a praça passou a ser apenas local de passagem, ligando o Terminal Central as demais vias de compras e serviços. Tal situação se agrava durante a noite.

Figura 18- Arborização da Praça da Matriz



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Podemos dizer que a Praça da Polícia (Heliodoro Balbi) é a que possui maior arborização, com ampla variedade de espécies de grande, médio e pequeno porte. Neste espaço podemos identificar que há um cuidado com o paisagismo do lugar, pois, existe a manutenção realizada pelo projeto “Praças Limpas” e, também, a limpeza dos chafarizes inseridos no local, realizado por uma empresa terceirizada especializada. Sendo que assim como na Praça da Matriz na Praça da Polícia também encontramos o mesmo cenário de vulnerabilidade social e insegurança durante o dia e principalmente à noite, porém, ainda podemos visualizar relações socioafetivas no espaço. Além disso, é um dos locais que os TLP ligados à SEMULSP do horário da tarde se reúnem para iniciar as atividades de varrição (Fig.19).

Figura 19- Arborização da Praça da Polícia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Nos estudos de Schuch (2006), no que refere ao planejamento urbano, o papel de praças e parques se destina a áreas de lazer e descanso, uma vez que tomam para si a responsabilidade em agradar e estimular as pessoas que frequentam estes locais, ou seja, a arborização nesses espaços tem a função de suavizar a paisagem do ambiente citadino, com a interação entre estética e beleza, que causam em seus frequentadores uma sensação de bem-estar. Desta forma, quando nos deslocamos para a Praça Terreiro Aranha, localizada entre as ruas Theodoro Solto e Floriano Peixoto, identificamos que é quase inexistente a arborização no local, o que predomina no ambiente é o concreto e a má conservação do espaço. Ainda assim, todo o ambiente é ocupado pelo comércio de artesanato, incluindo os vendedores ambulantes, o que impossibilita as relações entre humano/natureza (Fig.20), mas reforça a ligação do homem amazonense com suas origens indígenas.

Figura 20- Pouca Arborização da Praça da Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

A deficiência de arborização também pode ser encontrada nas demais vias em estudo, visto que nos logradouros onde o comércio é intenso, o concreto prevalece e os poucos espaços verdes se transformaram em depósitos de lixo. Assim, “a arborização viária é essencial na composição do verde urbano e desempenha importante papel na manutenção da qualidade ambiental das cidades, influenciando significativamente nas condições microclimáticas.” (SCHUCH, 2006, p.11) Essa situação pode ser constatada quando nos deparamos com os vasos espalhados ao longo das vias do CHM, uma tentativa de propagar o verde no espaço urbano, contribuindo para o embelezamento da cidade, mas que é interrompida diante da ação humana, pois se tornam alvos do desrespeito com a natureza, dando a esses jarros outras funcionalidades, como de lixeiras públicas, o que incentiva o descarte incorreto de resíduos (Fig.21).

Figura 21- Lixo em Vaso de planta durante o dia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

O mesmo se estende ao ambiente noturno, nesse período as condições dos vasos são ainda mais degradantes, muito são vandalizados, feitos de lixeira e esconderijo de drogas, o que afeta significativamente a paisagem e a infraestrutura urbana do espaço. (Fig.22)

Figura 22- Lixo em Vaso de planta durante a noite



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Os desafios encontrados na Av. Eduardo Ribeiro se referem a grande quantidade de RS em locais de difícil acesso, o que dificulta o trabalho de varrição no CHM, uma vez que influencia na sua remoção, como evidenciado na (Fig.23), característica comum aos bueiros do CHM que se encontram obstruídos, em razão do acúmulo de RS descartados de forma incorreta ao longo de um dia inteiro de vendas do comércio local. Os RS não são somente encontrados nos bueiros, mas também em buracos de galerias, frestas de paralelepípedos, canteiros de árvores, entre outros locais de difícil acesso.

Figura 23- Bueiro entupido da Av. Eduardo Ribeiro



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Em outra via do CHM, na Marechal Deodoro, podemos encontrar novamente bueiros entupidos (Fig.24), sendo que além dos resíduos que chegam a esses lugares naturalmente, por meio da chuva ou vento, mas também é comum ver pessoas jogando objetos e sacolas de lixo doméstico ou dos estabelecimentos comerciais dentro desses locais, demonstrando um total

desrespeito com a questão dos problemas gerados com as enchentes e os alagamentos das vias e lojas que já se tornaram frequentes no centro da cidade.

Figura 24 - Bueiro da rua Marechal Deodoro



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Outro fator característico de todos os logradouros do CHM é que devido ao intenso número de frequentadores, a gestão dos RS fica prejudicada, visto que durante o dia a atividade comercial lida com uma grande demanda de produtos, que geralmente vem acompanhado de embalagens (Fig.25) e que são dispostos em vias públicas irregularmente, sendo apenas retirados durante a noite por meio da varrição noturna e do caminhão de coleta.

Figura 25-Embalagens de produtos comercializados durante o dia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Nessas condições, cabe aos agentes públicos envolvidos que busquem alternativas para diminuir a quantidade de resíduos gerados na cidade através de operações integradas, como o

descrito no artigo 3, inciso X da PNRS, que trata da administração dos RS com base nas diretrizes do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos que existem em cada município, onde sejam priorizadas as “ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010).

1.3 Os resíduos sólidos, ambiente urbano e a limpeza pública.

Manaus, assim como outras cidades brasileiras, surgiu de contextos habitacionais precários, sem saneamento básico, sem tratamento de seus rejeitos, em que a visão da cidade estava relacionada a sujeira e a calamidade pública. A poluição do ambiente é muito comum em aglomerados urbanos que possuem péssimas condições de infraestrutura, sendo aspectos como moradias insalubres e com pouca higiene, geralmente associadas a propagação de doenças e epidemias. Esse cenário poderia comprometer a segurança sanitária das cidades, uma vez que colocaria em risco de vida toda a população em pouco espaço de tempo. Assim, iniciou-se a preocupação com a higiene e o saneamento dos espaços urbanos que passaram a ser foco de debates de autoridades interessadas no setor da saúde pública. (MESQUITA, 2005)

Diante do acúmulo de lixo nas vias de Manaus em meados do século XIX, em razão do descarte irregular dos moradores e pela ineficiência dos serviços de limpeza pública por parte da empresa responsável, Matos (2017) em seus estudos sobre o “*aformoseamento*” da cidade nos mostra que em 1893 Eduardo Ribeiro tinha uma grande preocupação com a higiene e a saúde coletiva do Amazonas, de modo que criou a lei n.º 23 do código municipal, que ficou conhecida como “Códigos de Postura” no qual tratava: da água utilizada pela população, sendo proibido o despejo nas ruas, do destino de entulhos que obstruíam os igarapés que cortavam Manaus, entre outros resíduos que prejudicassem o fluxo das águas, sua qualidade e disponibilidade.

As questões de saneamento e higiene públicos passavam a assumir maior importância, sendo reivindicadas pela parcela mais esclarecida da sociedade, ganhando espaço e relevância cada vez maiores nos discursos de políticos e administradores públicos, sendo essas propostas tidas como necessidades urgentes. (MESQUITA, 2005, p.51)

Além disso, foi criado um relatório que atestava um programa de higiene para Manaus, composto por vários capítulos, sendo que no primeiro eram abordados cinco artigos que davam ênfase ao saneamento, esgotos, águas pluviais e abastecimento de água, bem como solicitavam serviços de drenagem do solo, arborização de praças, calçadas regulares, lavagens das ruas e aterros de igarapés, além da remoção e destruição de lixo e limpeza pública. A vacinação e a

erradicação de enfermidades eram as principais preocupações na época, causadas pela falta de limpeza dos espaços públicos, recaindo a culpa sobre os cortiços que eram vistos como obstáculo para o controle social dos mais pobres, estes mais propensos a contrair doenças. Outro aspecto importante tratado no relatório é a remoção do Hospital de Caridade, a demolição do cemitério de S. José e a construção de novos hospitais, de modo a manter longe as pessoas doentes e deixando a cidade mais bonita. (MATOS, 2017)

O aspecto urbanístico da cidade passava a ganhar maior espaço nos documentos oficiais (relatórios, mensagens e outros) e, muitas vezes, as obras são detalhadas e exaustivamente discutidas, demonstrando maior grau de importância. Apesar das limitações de ordem técnica e material, os administradores investem e implementam as obras públicas. Entretanto, a rigidez das medidas empregadas nas intervenções, caracteriza como autoritária a atuação do Estado. Na prática, desfavoreciam as camadas mais pobres da população, pois, ao “sanear” seus territórios, expulsava-as para fora de suas áreas tradicionais. (MESQUITA, 2005, p.98-99)

No entanto, essa preocupação com a limpeza pública e com a higiene dos espaços urbanos tem sido negligenciada desde o advento do modelo ZFM, visto que o grande contingente de indivíduos vindo de outros lugares, fez crescer expressivamente a produção de lixo na cidade, causando problemas ambientais, ou seja, “o processo de crescimento demográfico urbano acelerado, ocorrido na cidade de Manaus a partir da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, agravou a problemática dos resíduos sólidos urbanos.” (SILVA, 2008, p.36)

Nessas condições, um dos ambientes que mais geram resíduos em Manaus é, com certeza, o comércio do centro da cidade que tem como característica a intensa movimentação de mercadorias, pessoas e veículos e quando não descartado de forma correta acabam se acumulando pelos logradouros, prejudicando a área, tanto visualmente como ambientalmente. É o que podemos visualizar na (Fig.26), em que uma grande quantidade de lixo, inclusive eletrônicos, são amontoados sem qualquer cuidado ou organização, afetando a paisagem urbana do lugar, uma vez que este se acumula em uma praça, local que deveria ser para uso social e recreativo, mas que adquire uma nova função, a de lixeira viciada. De acordo com Siqueira e Moraes (2009, p.2118), “os resíduos sólidos urbanos gerados pela sociedade em suas diversas atividades resultam em riscos à saúde pública, provocam degradação ambiental, além dos aspectos sociais, econômicos e administrativos envolvidos na questão.”

Figura 26- Descarte de Resíduos na Praça Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

O Decreto n.º 1349, de 9 de novembro de 2011 que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus (PDMRS), nos mostra que todos os RS produzidos no Município de Manaus, públicos e privados, são de responsabilidade da SEMULSP, através de seu ordenamento e administração. A classificação dos RS adotada pela SEMULSP em suas operações e medições respeita a origem dos excedentes gerados e apresenta a seguinte terminologia e definição: “resíduos da coleta domiciliar, resíduos da remoção mecânica, resíduos da remoção manual, resíduos da coleta hospitalar, resíduos da coleta seletiva e resíduos de terceiros.” (PDMRS, 2011, p.12)

Assim, a PMM deveria fiscalizar a frequência com que a atividade de coleta é realizada nas ruas da cidade, na intenção de garantir a eficiência e a qualidade do deslocamento dos RS, sendo que o serviço é feito regularmente no período diurno e noturno, logo a população tem de ser informada sobre o horário de recolhimento definido. Nas zonas de maior movimentação é recomendável que a remoção seja noturna, no caso Centro de Manaus e adjacências, bem como nas principais avenidas, devido ao grande fluxo de veículos e pessoas no período diurno (PMGIRS, 2015). A organização do serviço de coleta na cidade de Manaus está descrita da seguinte forma:

Tabela 2- Frequência e turnos de coleta domiciliar e pública

Roteiro	Turno	Horário	Considerações
Diurno	8h	das 6 às 14horas	Os maiores trechos deverão ser efetuados neste turno.
Intermediário	8h	das 14 às 22horas	Para este turno os menores trechos deverão ser demandados, sempre que possível.
Noturno	8h	das 22 às 6horas	Este turno deverá ser privilegiado nos grandes centros, micro centros e áreas

			adjacentes.
--	--	--	-------------

Fonte: (SEMULSP, 2015)

Quando delimitamos a área de estudo pensamos no intenso fluxo de pessoas que frequentam o CHM que, de alguma forma, teriam influência no descarte de RS de maneira irregular neste local. Inicialmente, o labor das *garis-vassouzeiras* ajuda na organização e retirada desses resíduos das vias e praças, mas não ameniza os impactos do excesso de lixo no meio ambiente, como podemos perceber nos mutirões de limpeza realizados nos igarapés da cidade, sendo cruciais ações de sustentabilidade ambiental nos grandes centros urbanos. De modo a identificar a relação existente entre sociedade, trabalho e meio ambiente, ligados não só à limpeza pública, mas também ao bem-estar da população.

Podemos dizer que durante o dia o descarte incorreto dos RS acontece não só pelas pessoas que visitam o centro, mas principalmente pelos comerciantes, de modo que o serviço de varrição é realizado com foco a não deixar que os resíduos se acumulem nos logradouros públicos. Assim, são organizadas várias equipes de trabalho (da manhã, do intermediário e a da tarde) que coletam os resíduos provenientes do comércio, das praças e das vias do CHM. É possível identificar que em alguns setores a presença das lixeiras públicas (Fig.27) auxilia na execução do trabalho de varrição, como um meio das pessoas descartarem corretamente o seu lixo, porém, elas muitas vezes se encontram com avarias ou já chegaram a sua capacidade máxima. São raras as boas lixeiras, colocadas timidamente na cidade.

Figura 27 - Lixeira da Praça Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

É notório que a capacidade das lixeiras públicas do CHM tem sido um dos motivos do descarte incorreto dos RS, visto que não são adequadas para o quantitativo de resíduos que a área gera ao longo do dia, muitas ficam totalmente cheias e transbordam, contribuindo para espalhá-los pelas vias. Assim como colaborar para a proliferação de doenças. No CHM existem

dois tipos de lixeiras públicas: de ferro e de plástico. Entretanto, o estado das lixeiras, mais a falta de conscientização da população, não só pela busca por uma lixeira próxima, tem gerado vandalismo, deixando muitas sem condições de uso.

Quanto as lixeiras de plástico, podemos ver na (Fig.28) que ela ainda está em boas condições de uso — momento raro que conseguimos registrar — em vista que a maioria delas se encontra deteriorada e em péssima situação. Como destacado mais acima as lixeiras do centro da cidade, geralmente são pequenas e não suportam a quantidade de lixo que é produzida na área, ao olharmos a imagem verificamos que a lixeira recebeu recentemente o cuidado de uma profissional da limpeza pública. É fácil identificar qual categoria dos TLP estiveram no espaço ao observar a cor dos sacos plásticos encontrados nas vias do CHM, onde os de cor amarela são de uso exclusivo dos TLP terceirizados, enquanto os utilizados pelos TLP da SEMULSP são pretos.

Figura 28- Lixeira de plástico Av. Sete de Setembro



Fonte: Silva, G. C. 2021.

As lixeiras de ferro, mais resistentes, são recentes nos logradouros públicos do CHM, porém, também sofrem com os mesmos problemas que as de plástico. O vandalismo é o fator principal para a sua deterioração, uma vez que são fixas ao chão sendo quase que impossível de serem retiradas, mas que devido à origem e ao valor econômico de seu material, acabam sendo destruídas. Entretanto, novamente temos a questão da capacidade total de RS que essa lixeira recebe e que mais uma vez é insuficiente para a dinâmica diária do CHM. O tamanho pequeno das lixeiras de ferro gera ao ambiente urbano a noção de descaso com os RS, por ser comum o acúmulo de lixo ao seu redor (Fig.29).

Figura 29- Lixeira de ferro Praça da Matriz



Fonte: Silva, G. C. 2021.

No período da noite os principais responsáveis pelo descarte incorreto dos resíduos são os comerciantes que até fazem a limpeza de seus estabelecimentos, ao final de um dia de trabalho, sendo que não levam o lixo para um ponto de coleta, geralmente nas esquinas das vias. Dessa forma, os RS acabam rasgados por animais, moradores de rua e catadores informais de recicláveis, se espalhando em frente às lojas. Assim, o problema não é só dos comerciantes, mas aumenta com a inserção de novos atores que agem dessa maneira, resultado da ausência de uma política de limpeza pública eficaz, de lixeiras adequadas, da falta de sinalização das mesmas, da inexistência de uma educação ambiental, etc. Segundo a lei N.º 2295, de 08 de janeiro de 2018, existe multa para quem for flagrado jogando lixo nas ruas da cidade, sendo que o valor representa 10 Unidades Fiscais do Município (UFMs), ou seja, R\$ 1.017,80. (MAO, 2018). Entretanto, não há relatos do cumprimento dessa lei nas ruas do CHM, tampouco de informações de multa aplicada a alguém nesse espaço.

Diante dessas situações, o meio mais eficaz de se manter o CHM limpo é com o serviço das *garis-vassouzeiras* que fazem a limpeza de frentes de loja, varrendo e acumulando os resíduos em trechos estratégicos para que posteriormente o carro coletor o leve para o aterro. Como podemos ver na imagem abaixo (Fig.30):

Figura 30- Gari-vassoureira varrendo a frente das lojas na Marechal Deodoro



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Novamente retornamos aos que afetam a eficácia do trabalho destas mulheres, ou seja, as pessoas em situação de rua e os catadores de recicláveis que rasgam os sacos que já foram organizados e espalham os resíduos pelos logradouros da área. Ao se referir ao catador Oliveira (2020) nos fala que é um ofício realizado por pessoas que não tiveram muitas oportunidades de qualificação profissional e educacional. Dessa forma, trabalhar com a coleta de resíduos recicláveis tem sido uma das formas de ganhar dinheiro e sobreviver, sendo que em muitas ocasiões passam por situações de insalubridade e precariedade. É importante salientar que no CHM a catação é uma das principais atividades identificadas no horário noturno, que, enquanto recolhem os resíduos recicláveis também sujam a cidade, o que se torna um processo contraditório quando se pensa na sustentabilidade urbana.

A sustentabilidade urbana está relacionada aos aspectos capazes de dar durabilidade à integridade do urbano, na medida em que a cidade é vista em sua perspectiva tecno-material de continuidade dos fluxos e estoques de recursos e rejeitos; na perspectiva da promoção da qualidade de vida através do direito às condições saudáveis de existência, de cidadania e identidade do espaço local; e da legitimação das políticas urbanas no tempo, para promover a capacidade política e institucional de intervenção local. (MARTINS, 2012, p.82)

A catação dos recicláveis ocorre em todas as vias do CHM. Entretanto, grande parte dos RS podem ser encontrados nas principais ruas do espaço, pois, são organizados e levados pelos garis-carreiros em carrinhos de mão até as vias em que ocorre a coleta pelos caminhões da limpeza pública, onde é obrigatório ensacar os resíduos. No entanto, estes sofrem ruptura com a ação dos catadores e moradores de rua, esta situação tem prejudicado o meio ambiente, principalmente os cursos d'água que vão em direção ao Rio Negro. Assim, é comum ver a ação dos Catadores (Fig.31) nas avenidas do CHM, uma vez que sempre estão próximos aos TLP, mas que mesmo assim desorganizam os RS em busca de papelão, latinhas, dentre outros

materiais de valor comercial.

Figura 31- Catador de resíduos sólidos a noite



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Durante o dia os catadores (Fig.32) são mais discretos, pois, circulam pelas vias sem os carrinhos que geralmente são seus companheiros a noite. Nesse caso, muitos deles utilizam sacos grandes para se locomoverem em meio aos pedestres. Por outro lado, a situação dos moradores de rua em relação a sua ligação com os RS nas vias da cidade e em especial no CHM, é geralmente associada ao ato de revirar o lixo em busca de alimento e objetos de valor que estejam em bom estado de conservação. Apropriados para seu uso ou comercialização em locais de venda de drogas. Além disso, Costa (2019, p.205) revela que as pessoas em situação de rua trabalham informalmente nas ruas do Centro de Manaus, uma vez que se encaixam em serviços diversos como “guardadores de carro, vendedores de água, bala ou apetrechos em sinais de trânsito; são catadores de materiais recicláveis (latinhas de alumínio), carregadores de porto, vendedores de resto de feira (sacolão) e os biqueiros em serviços domésticos e na área da construção civil.”

Figura 32- Catadores de resíduos sólidos de dia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

As ruas Guilherme Moreira, Marcílio Dias e Dr. Moreira por serem estreitas necessitam de um coletor específico que possa retirar os RS desta região. Assim, as *garis-vassouzeiras* apenas varrem os resíduos para as esquinas das mesmas, sem nenhum tipo de tratamento pelo carreiro, ou seja, os materiais são dispostos em um local acessível para o coletor e ficam soltos em meio às vias públicas, o que facilita a prática dos moradores de rua e dos catadores, sendo que espalham ainda mais os RS pela área (Fig.33).

Figura 33- Lixo nas esquinas – Praça Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

A PMM tenta promover a intensificação da mudança de hábito da população, com base no futuro do meio ambiente e na busca pela sustentabilidade, em que órgãos ligados a limpeza pública, ao meio ambiente, ao turismo e ao ordenamento urbano, fazem campanhas de conscientização ambiental e contra o problema gerado pela produção de lixo nas cidades. No entanto, essas campanhas ocorrem de forma esporádica, ou melhor dizendo, sempre em datas comemorativas ligadas ao meio ambiente e a sustentabilidade. O que demonstra o descaso com o meio ambiente urbano, por parte dos gestores municipais e órgãos relacionados ao tema, resultado de uma deficiente política de sustentabilidade urbana. As ações ambientais realizadas no CHM são geralmente feitas durante uma semana ou um dia de alguns meses do ano, onde recebe uma programação voltada a esta temática. Tais ações ocorrem sempre nas imediações da praça da Matriz e/ou percorrendo os logradouros públicos da área, com conscientização ambiental, oferta de serviços à população, como, por exemplo, corte de cabelo, atendimentos socioassistenciais e distribuição de mudas de árvores.

Sustentabilidade é saber suprir as necessidades presentes sem interferir nas gerações futuras, pois, a adoção de práticas sustentáveis resulta a médio e longo prazo numa nova perspectiva de vida para nossos sucessores e lhes garantirão a manutenção dos recursos naturais necessários para uma melhor qualidade de vida. A continuidade e a sobrevivência da espécie humana estão totalmente dependentes da conservação dos recursos naturais. (GONÇALVES, 2017, p.07)

A sustentabilidade faz com que a noção de consumo excessivo seja deixada de lado e se concentre nos processos a longo prazo que relacionam com o meio ambiente e a sociedade, visto que pode ser exercida individual ou coletivamente. Isso pode ser percebido a partir do modelo de desenvolvimento econômico no qual estamos inseridos que resulta em problemas como “o crescimento do nível de degradação dos recursos naturais, aumento da poluição ambiental e aumento nos níveis de desigualdade social e de concentração de riqueza.” (MARTINS, 2012, p.37)

Podemos pensar a sustentabilidade também no contexto urbano, sendo que o homem possui relação com e dentro da cidade, pois, quanto mais as cidades se desenvolvem e crescem em um ritmo cada vez mais acelerado, o meio ambiente passa por agressões na mesma velocidade, tendo como consequência os impactos ambientais. Logo, o ambiente sem cuidado se torna sujo como conseguimos ver nitidamente nas ruas de Manaus. Então, compete ao poder público a criação de políticas públicas para a cidade, porém, em Manaus é costume das autoridades primeiro se instalar os impactos ambientais para depois pensar em resolvê-los, sendo que muitas vezes esses problemas são revertidos em ganho econômico. Cenário no qual se desenvolveu grande parte da periferia da cidade que desmata áreas verdes, polui igarapés e convive com a falta de infraestrutura urbana e serviços básicos adequados, para quem sabe após alguns anos se pensar em haver uma regularização habitacional precária pelos governantes. Dado que mesmo vivendo em locais de difícil acesso e com itens básicos ruins tem o dever de pagar o IPTU.

A sustentabilidade urbana almejada a partir da definição de políticas públicas deve levar em consideração os problemas urbanos no contexto das questões prioritárias. Isso significa que a cidade deve ser um espaço que consegue atender às necessidades de sua população; para isso, necessita da legitimação das políticas públicas urbanas como forma de equilibrar suas ofertas em termos de serviços às demandas sociais que surgem com o crescimento urbano. (MARTINS, 2012, p. 65)

Assim, para amenizar a questão da grande quantidade de RS gerados pelo comércio, a SEMULSP, oferece desde março de 2013, o Serviço de Coleta Diferenciada (SCD) no centro da cidade, que consiste na remoção de materiais recicláveis na área comercial com 4 carros coletores menores, adaptados para percorrerem vias estreitas. As ações de sensibilização, são realizadas pela Comissão Especial de Divulgação da Política de Limpeza Pública (CEDOLP), através de reuniões com os empresários do comércio, reforçando a responsabilidade com a separação do lixo reciclável e da importância dos resíduos para o trabalho das cooperativas de catadores regularizados ali das proximidades. Nesse sentido, Castro, Santos e Santos (2018), afirmam que a PNRS estabelece a obrigatoriedade das prefeituras de atuarem na administração

e na regulação dos RS tendo agora como base a questão da responsabilidade compartilhada, no âmbito público ou privado.

No início do SCD, a Prefeitura havia implantado quatro Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) na Rua Miranda Leão, na Rua Sérgio Pessoa, na Rua dos Barés com a Rua Barão de São Domingos e na Rua Leovegildo Coelho. Com o decorrer dos anos os pontos passaram a apresentar problemas como vandalismo, aglomeração de PSR, acumulação de RS não recicláveis, bem como se transformaram em locais de descarte de lixo doméstico, o que fez com fossem extintos. No Brasil, os PEVs são os responsáveis pela maior parte da coleta seletiva no país, visto que consistem em locais situados próximos a residências ou instituições, oferecendo o serviço de entrega dos resíduos segregados para posterior retirada pelo poder público que encaminham os materiais as cooperativas de catadores de RS. Geralmente os materiais coletados são transportados para centrais de triagem, onde são separados e posteriormente vendidos para indústrias de reciclagem (MMA, 2018).

Tudo indica que o restou desse serviço foram os quatro mini coletores (Fig.34), dois de resíduos recicláveis e dois de resíduo orgânico, que percorrem as ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira, Dr. Moreira, Marcílio Dias, Avenida Sete de Setembro, Avenida Getúlio Vargas, Avenida Eduardo Ribeiro, Floriano Peixoto, Saldanha Marinho, Lobo D'Almada, Joaquim Sarmiento, Rua da Instalação, Rui Barbosa, Rua Barroso e Henrique Martins, coletando os substratos praticamente na porta dos estabelecimentos uma vez ao dia, a partir das 15h até as 19h e encaminham os remanescentes para uma cooperativa de materiais reutilizáveis, localizada também no centro da cidade.

Figura 34- Serviço de Coleta Diferenciada no Centro de Manaus



Fonte: SEMULSP, 2015.

Pelo fato de não existir um contêiner apropriado para a coleta seletiva na área central, principalmente próximos às áreas mais ativas do comércio, os comerciantes deixam os RS em frente as lojas para serem coletados pelos carros coletores, que tem um horário certo para passar

em cada via. No entanto, alguns não respeitam esse horário e deixam o lixo em frente as lojas, muito antes dos carros coletores passarem, o que faz com que fiquem em meio aos clientes, causando desconforto e péssimas condições de trafegabilidade aos pedestres (Fig.35). De acordo com a entrevista realizada com o coordenador noturno da *Garaginha*, os comerciantes que não respeitam o horário de coleta são notificados e caso insistam em colocar seus RS em horários fora do estabelecido são multados. Como descrito anteriormente, não se tem dados de casos que resultaram em penalidades.

Figura 35- Resíduos sólidos destinados a coleta seletiva



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Assim, os RS mais comuns no território de trabalho das *garis-vassouzeiras* do CHM são plásticos, em geral, papelão, papel, vidro, folha de árvores, cascas de frutas, alimentos, ferro, eletrônicos e seus componentes, entre outros que quando não vão para a coleta diferenciada/coletiva, acabam se espalhando, sujando a cidade e poluindo o meio ambiente (Fig.36). Siqueira e Moraes (2009, p.2119), relatam que “a incorreta disposição final do lixo urbano, além de provocar poluição do solo, colabora para a poluição das águas e do ar.”

Figura 36- Tipos de resíduos sólidos do CHM



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Podemos perceber que o tipo de RS e a sua disposição pode causar ao ambiente urbano, problemas ambientais que a longo prazo irão interferir na qualidade de vida das pessoas que moram e frequentam o CHM, sendo a poluição dos rios a mais preocupante. Causando efeitos negativos não só na área onde ocorre, mas também tende a se estender a outras localidades, mediante processos que envolvem a movimentação natural dos resíduos por arrastamento, entre outros.

A destinação do “lixo” tornou-se, assim, um dos principais desafios que dizem respeito ao próprio andamento da sociedade como um todo, constituindo-se em "sério fator de poluição ambiental" decorrente da "problemática do desenvolvimento" (urbano, industrial, etc.), uma vez que este último é fator de agravamento dos problemas relativos à geração, coleta e destinação dos resíduos sólidos. (OLIVEIRA, 2020, p.185)

Outro fato importante que afeta a vida da população como um todo é a contaminação do ar, uma vez que existem RS que emitem gases que podem ser prejudiciais à saúde. Nesse caso, esse tipo de poluição é muito frequente no ambiente de trabalho das *gari-vassouzeiras* do CHM, pois, o cheiro de alimentos estragados, de urina e de animais em decomposição são muito comuns durante a noite. Além disso, a dificuldade em retirar os RS tem sido um dos problemas verificados no território de trabalho das *gari-vassouzeiras*, visto que se acumulam em espaços impróprios e de difícil acesso, como valas, bueiros e frestas, o que diminui a eficácia do serviço e aumenta o risco da poluição urbana.

Diante disso, temos o relato sobre o incômodo com o lixo coletado:

As pessoas deixam o lixo em locais difíceis de tirar e eu não coloco minha mão em lixo nenhum. Muitos bueiros estão entupidos daí não tem como tirar o lixo, sem contar com animais podres que aparecem quando chove. (Gari-vassouzeira 5, dez./2021)

Portanto, Manaus sempre conviveu com o problema da acumulação de lixo pelas ruas da cidade, o que tem sido comprovado a cada dia, principalmente em vias de grande fluxo de pessoas como no CHM. É comum que os RS sejam vistos espalhados pelos logradouros da cidade, retrato do descarte incorreto, das péssimas condições das lixeiras públicas, da ação de pessoas que rasgam os sacos de lixo, da falta de infraestrutura urbana e da ineficiência das políticas públicas de limpeza pública que prejudica não só o trabalho dos TLP, mas também o meio ambiente.

CAPÍTULO II - OS GARIS, AS GARIS E A LIMPEZA PÚBLICA E O AMBIENTE URBANO

2.1 Os garis, as garis: um pouco de história da existência dessa categoria no trabalho de limpeza pública.

Presentes no cotidiano de algumas cidades e em determinadas vias e espaços públicos, os TLP trabalham diariamente para manter o serviço de limpeza e higienização da cidade, com foco na saúde ambiental e sanitária, proporcionando melhores condições de vida a população citadina. No ambiente urbano a higiene e a conservação desses espaços são feitas por homens e mulheres que convivem com os desafios da profissão desde os primeiros passos da civilização humana, sendo que o serviço é considerado essencial a sociedade.

Desde as primeiras inquietações da percepção humana, no que diz respeito ao que fazer com os remanescentes de seus resíduos e o destino de seus dejetos, que o homem vem aderindo às práticas que fazem dos menos favorecidos social e financeiramente alvos de atribuições ligadas a trabalhos considerados inferiores, de caráter preconceituoso ou que causem exclusão dentro da coletividade. Foi o que ocorreu ao longo do tempo no serviço de limpeza pública. Eigenheer (2009, p. 20) observa que “de alguma forma permanece ainda hoje a prática segundo a qual os ‘socialmente inferiores’ devem se encarregar desses serviços”.

Pode-se dizer que as diversas civilizações humanas em todo o mundo, desenvolveram modelos de gerenciamento dos RS e que não só encontraram uma forma de se ver longe do lixo que geravam como também criaram mecanismos de diferenciação social e de trabalho, em que alguns se perpetuam atualmente. Como exemplo, temos a invisibilidade dos que trabalham com a limpeza pública. Araújo e Silva (2018) relatam que o conceito de invisibilidade social tem sido aplicado a seres humanos que estão à margem da sociedade, socialmente invisíveis, seja pelo preconceito, pela indiferença, classe econômica ou nível de escolaridade.

Para Eigenheer (2009), os registros sobre povos como sumérios, babilônicos, assírios, hindus, egípcios e principalmente, os gregos, israelitas e romanos, por haverem exercido papel relevante para a limpeza urbana ocidental, demonstram que a preocupação com o lixo surgiu a partir da fixação do homem em aldeias e cidades, cerca de 4.000 a.C. Dessa forma, a administração deste serviço, nesse período, era feita pelos sacerdotes e militares, e executado por escravos e prisioneiros, estes lidavam com os resíduos e os dejetos da população sem nenhum tipo de cuidado com a saúde.

Na idade média, conforme Eigenheer (2009) descreve, a limpeza estava

frequentemente subordinada ao carrasco da cidade e aos seus auxiliares. É neste período que surge, pela primeira vez, a figura da mulher no trabalho da limpeza pública, pois, as prostitutas e prisioneiras eram designadas para o serviço de higienização das ruas, dando continuidade à atividade que era feita pelos prisioneiros, sendo que estas trabalhavam com correntes ligadas a carroças. O que caracteriza uma atividade desumana.

No Brasil, segundo Basile (2020), a preocupação com o remanescente das práticas humanas veio com os primeiros habitantes do país, os índios, que já trabalhavam a questão do lixo e dos mortos e que hoje seus resíduos e cerâmicas são utilizados em estudos científicos para se conhecer a sua história. Em outro momento da história do Brasil, Basile (2020), destaca que em 1830, houve um decreto imperial que tinha como objetivo o que chamou de “desempachamento” das ruas da cidade, ou seja, a lei obrigava a retirada do lixo e determinava que as passagens fossem livradas dos mendigos, loucos e até dos animais. Sendo os negros os responsáveis pela coleta dos resíduos e dejetos das residências de seus senhores.

Basile (2020) também comenta que ao longo do tempo, já no Segundo Reinado de D. Pedro II a limpeza pública ganha um caráter formal, com a contratação dos serviços do francês Aleixo Gary para a manutenção das ruas da capital, em 11 de outubro de 1876. Coube à sua empresa o transporte do lixo produzido no Rio de Janeiro para a ilha de Sapucaia, na Baía da Guanabara. Surgiu, então, a primeira empresa de coleta de lixo da cidade. Seu contrato durou até 1891 e no ano seguinte — já na República — instituiu-se a Superintendência de Limpeza Pública e Particular da Cidade. (Basile, 2020)

Nesse período, Basile (2020) descreve que os responsáveis pelo serviço de limpeza da cidade eram os escravos conhecidos como “tigres” que todas as noites, após as 22 horas, transportavam em suas cabeças, tonéis de madeira com os resíduos e dejetos das casas de seus senhorios. Saíam pelas ruas em direção ao mar ou alguma lagoa para despejá-los, vê-se aí já a questão da poluição dos cursos d’água. Nas instituições públicas da época o serviço era realizado pelos prisioneiros da corte, porém, foi logo após a contratação da empresa de Aleixo Gary que as pessoas que trabalhavam na limpeza pública passaram a ser chamadas, a princípio como “os meninos de Gary”, ao passar dos anos a palavra foi adaptada ao nosso idioma, ficando grafada como *gari*, nome que acabou se popularizando em todo o Brasil e que ainda é utilizado até hoje em homenagem ao empresário.

Assim, os que se dedicavam ao serviço de limpeza pública sempre eram pessoas que não tinham domínio de suas vontades, por serem escravos, prisioneiros, ou algo do tipo. Atualmente, o serviço de limpeza pública tem sido feito por pessoas que por algum motivo durante suas vidas não tiveram oportunidades de trabalho, devido à baixa escolaridade, o que culminou

em obstáculos para alcançar postos de trabalhos mais elevados. Esta condição pode ser confirmada em campo durante a pesquisa com os trabalhadores, sendo que grande parte dos TLP que estão no CHM, homens e mulheres, possuem somente o ensino fundamental, alguns nem sequer o concluíram, como mostraremos mais adiante.

Em praticamente todas as cidades brasileiras, existe o serviço de limpeza pública. Feitos por garis, conforme os estudos realizados em obras como de Meire, Costa e Amaral (2019) que descrevem a trajetória profissional, as expectativas e os motivos que levaram os garis de Vitória da Conquista, na Bahia, a escolherem tal profissão, como de Mota e Borges (2016) que retratam as condições de trabalho no contexto gerencial, em Belo Horizonte (MG), em Leão e Araújo (2018) com a análise da compreensão dos Garis sobre si e a percepção da população sobre os profissionais no cotidiano da atividade, também em Belo Horizonte (MG), Brussi (2017) que faz ponderações, reflexões e análises sobre o serviço realizado pelas garis em Brasília (DF) e Costa (2007) que retrata a situação de laboral dos coletores de lixo domiciliar do Município do Rio de Janeiro, Bandeira e Almeida (2015) relatam sobre as dinâmicas e o estado, a partir de diversos marcadores sociais, de uma categoria considerada desprezada e desvalorizada socioeconomicamente, em diversas regiões administrativas do Distrito Federal (DF).

Araújo e Silva (2018) que em seus estudos sobre o fenômeno da invisibilidade social no trabalho de garis, relatam que em uma sociedade capitalista marcada por preconceitos e desigualdades sociais, o sujeito que não possui *status*, um bom nível econômico, passa despercebido em meio aqueles que possuem profissões admiráveis. É comum que os TLP se sintam inferiorizados, pois, sua profissão por si só já os põe nessa situação, uma vez que possui um histórico de exclusão social e mesmo que existam pessoas que os veem de forma diferente, frente à relação com a limpeza e a saúde pública na cidade, existem as que não se atentam as trajetórias de vida destes trabalhadores, visto que, por algum motivo, foram privados de oportunidades de crescimento profissional.

Em Manaus, a aprovação da Lei nº 761, de 04 de maio de 2004, criou o serviço de limpeza pública na cidade e era de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento Básico (Semosb), em seu Departamento Municipal de Limpeza Pública (DEMULP). De acordo com esta lei, a nova secretaria receberia o nome de Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos (SEMULSP), mas foi com a criação da Lei Delegada nº 19 de 2013 que foram descritas a estrutura organizacional, suas finalidades e competências, ou seja, a SEMULSP seria responsável por formular e implementar a política de limpeza pública através de métodos de coleta convencional e seletiva nas áreas de atuação municipal e destinação final, bem como manter jardins, logradouros e cemitérios, preservando a saúde coletiva e o meio

ambiente. (MAO, 2013)

Segundo informações disponibilizadas no relatório de gestão da SEMULSP (2019) os serviços de Limpeza Pública são realizados diretamente pela Secretaria e, também, por uma empresa contratada por licitação, conforme descrevemos acima. Vale ressaltar que os serviços de Limpeza Pública compreendem: varrição, capinação e roçagem, jardinagens, poda e corte de árvore, pintura de guias, limpeza de igarapés, terminais rodoviários, galerias populares e banheiros públicos. Lembrando que vamos nos atentar, neste trabalho, apenas ao serviço de varrição.

Na cidade de Manaus os serviços de varrição manual são executados diariamente por 685 varredores (entre homens e mulheres), inclusive aos sábados, domingos e feriados, no período diurno e noturno. Determinadas vias, por definição da Prefeitura, são varridas não só uma vez ao dia, mas quantas vezes forem necessárias durante o turno de trabalho da equipe designada (SEMULSP, 2019). São encontrados, geralmente, nas vias principais dos mais diversos bairros da cidade e locais de grande movimentação de pessoas e geração de resíduos como feiras, terminais e praças, ou seja, eles não estão em toda a cidade e sim onde o poder econômico é mais forte e fluido. Entretanto, no CHM são ao todo 78 garis ligados diretamente a SEMULSP. Destes 32 são garis-carreiros e 46 são *garis-vassouzeiras*, que percorrem cerca de 1,38 km por dia, em aproximadamente 20 setores que tem início próximo ao terminal de Integração 1 (T1), na Av. Constantino Nery, Zona Centro-Sul de Manaus e se estendem pelo CHM até o porto de Manaus, conforme a Figura 2 da página 26 do capítulo I.

2.2. O trabalho de varrição noturna.

Segundo Alves (2005), o trabalho hoje é uma atividade complexa, bastante familiarizada por uma sociedade humana cada vez mais social (no sentido de uma complicada divisão técnica funcional). Assim, o trabalho de varrição se caracteriza como uma tarefa voltada para a limpeza urbana das cidades, sendo destinado exclusivamente para a higienização de logradouros públicos, de forma que os RS, naturais ou produzidos pelos homens, não se acumulem e nem causem danos ao meio ambiente e a saúde da população.

A Lei 11.445/2007 define limpeza urbana e manejo de RS como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e dos resíduos originários da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas. No artigo 7º desta mesma lei o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades: I - coleta, transbordo e transporte dos resíduos, II - triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por

compostagem, e de disposição final dos resíduos e III - varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana. Lembrando que estas atividades são realizadas de forma a se inter-relacionarem, uma vez que a varrição e a coleta são visualizadas nas ruas da cidade, enquanto a movimentação relacionada a reciclagem é feita por programas de coleta seletiva em parceria entre prefeitura e associações de materiais recicláveis. Contudo, não contempla toda a cidade.

A coordenação do trabalho de limpeza pública no CHM fica a cargo do supervisor geral, que comanda a sede da *Garaginha*, situada na rua Ramos Ferreira, S/N, Centro de Manaus, e delega funções para supervisores em dois turnos, diurno e noturno. O supervisor do turno noturno dá orientações ao pessoal do administrativo, bem como a uma encarregada, que geralmente gerencia a distribuição dos materiais de trabalho. Dois fiscais se encarregam de organizar o território de trabalho da varrição noturna, fazem as escalas, distribuem ou redistribuem as *garis-vassouzeiras* e os *garis-carreiros* pelos setores e são eles que fiscalizam o serviço de cada um em seu ambiente laboral. Além disso, ficam em deslocamento pelas vias do CHM em caminhões, onde levam água para abastecer as garradas de água dos trabalhadores e instrumentos de trabalho caso precisem ser trocados.

Como mencionado acima, os fiscais são os responsáveis pela distribuição dos trabalhadores em seus territórios de trabalho e rotas correspondentes, que ocorre desde a chegada do trabalhador a *Garaginha*, a partir das 19:00 horas, sendo que já existe uma escala fixa, com todos os nomes definidos em cada setor e a rota que precisam pegar para chegar a seu espaço de trabalho. Entretanto, todos os dias essa escala é conferida assim que os TLP começam a chegar. Caso alguma *gari-vassouzeira* falte, esteja doente ou entre de férias, será prontamente substituída por uma reserva, porém, na ausência desta a solução adotada será identificar o setor que estiver com maior número de *garis-vassouzeiras* disponíveis, no qual uma deverá ser escolhida para que seja encaminhada ao trecho ocioso. Na inexistência destas duas, um *gari-carreiro* deverá ser escolhido para a substituição. É importante lembrar que durante a semana somente os *garis-carreiros* podem fazer o trabalho das *garis-vassouzeiras*, sendo que estas, só são autorizadas para trabalhar como *garis-carreiros* aos domingos, visto que a quantidade de lixo no centro é menor e não requer muito esforço.

As escalas de domingo são feitas com base em quem se disponibiliza vir trabalhar, uma vez que geralmente aos domingos é considerado folga, o que contaria como hora extra e mais possibilidade de aumentar seu percentual de produtividade. Assim, todos os domingos são escolhidos 25 *garis*, entre *vassouzeiras* e *carreiros*, para limparem apenas os logradouros principais do centro.

Os TLP já vêm de suas casas utilizando o uniforme, alguns chegam somente trajando as calças da SEMULSP e com uma blusa pessoal e só quando vão para seus territórios de trabalhos que vestem a parte superior do fardamento, já que na *Garaginha* não existem armários para guardar os pertences pessoais dos trabalhadores. Nessas condições, alguns deixam seus pertences no depósito de materiais de trabalho e consumo diário, que armazenam, por exemplo, sacolas e luvas plásticas, vassouras e macacões de proteção para utilização em galerias durante os períodos de cheia, bem como ventiladores, galões de água mineral, produtos de higiene e limpeza. (Fig.37)

Figura 37-Depósito da *Garaginha*



Fonte: Silva, G. C. 2021

Os trabalhadores, os que geralmente retornam para a *Garaginha* ao final do seu expediente para esperarem a rota para irem para suas casas, ao guardarem seus pertences no referido depósito devem solicitar a encarregada a retirada dos mesmos, dado que somente ela fica responsável pelo local. Em se tratando de armários, podemos ver na figura acima que existe somente um armário, sendo utilizado para guardar arquivos e relatórios. Outro armário pode ser encontrado na sala da coordenação que é utilizado pelos trabalhadores da administração e empregado para guardar documentação e material de consumo do escritório.

Os trabalhadores da varrição noturna iniciam sua jornada de trabalho as 19:00 horas com a sua chegada à sede da *Garaginha*, onde assinam o ponto e pegam a rota para chegarem as ruas e praças onde laboram. Descrevendo mais detalhadamente, o horário de 19:00 até as 19:30 fica reservado para a assinatura do ponto, entre as 19:30 até as 20:30 existe o momento de oração, pois, muitos são evangélicos e todos os dias homens e mulheres falam de suas vidas, suas angústias, da palavra de Deus e oram em conjunto (Fig.38). Após a oração tem o lanche, preparado a partir do sistema de *cooperar* entre os trabalhadores, porém, não ocorre todos os

dias, visto que nem todos têm como ajudar diariamente. Entretanto, os que não participam da oração ficam do lado de fora da *Garaginha*, conversando e esperando o momento de a rota sair.

Figura 38- Momento da oração na sede da *Garaginha*



Fonte: Silva, G. C. 2021

Às 20:30 pegam a rota em duas direções distintas: são duas rotas específicas, a primeira conhecida como *Pinga* (tabela 3), que deixa os trabalhadores nas feiras e praças distantes da área comercial do centro. Possui esta denominação em função de ir de feira em feira, já que estas apresentam percursos maiores entre si. A segunda é a rota *Central* que leva os TLP para o local de nosso estudo.

Tabela 3- Setores da varrição noturna, rota *Pinga*

Rota	Setor Varrição Noturna	N de servidores
Pinga	Mercado municipal	9
	Feira da Panair	6
	Feiras itinerantes (Centro, Pres. Vargas, Praça 14, N. SR. das Graças e Cachoeirinha)	6
	Praça da SEFAZ	2
	Praça Santos Dumont e Praça Nossa Senhora Auxiliadora	6
	Praça Dom Pedro	4

Fonte: SEMULSP/*Garaginha*, 2021.

Na Rota Central além da nossa área de estudo também existem outros setores nos quais os TLP fazem o serviço de varrição durante a noite, nela existe uma maior quantidade de trabalhadores, a maioria, mulheres, que se espalham por diversas ruas e praças, sendo território de trabalho chamado de “*Calçadão*” o que possui um grande número de servidores, em função do

intenso volume de RS deixados nas vias após o fechamento do comércio, como podemos constatar na (tabela 4) a seguir:

Tabela 4- Setores da varrição noturna, rota Central.

Rota	Setor Varrição Noturna	N de servidores
Centro	Aparecida- Praça da Bandeira	4
	Rua Monsenhor Coutinho	3
	Av. Eduardo Ribeiro e Praça do Relógio	4
	Rua Lobo D’Almada, Rua Joaquim Sarmiento e Rua José Clemente	4
	Av. Floriano Peixoto e Av. Sete de Setembro	3
	Rua Barroso	3
	Calçadão: ruas Marechal Deodoro, Marcílio Dias, Guilherme Moreira e Praça Terreiro Aranha	8
	Mundurucus	6
	Av. Miranda Leão, Rua dos Andradas e Praça dos Remédios	4
	Av. Epaminondas	5
	Rua Luiz Antony	3
	Rua Silva Ramos e Praça Silva Ramos	4

Fonte: SEMULSP/Garaginha, 2021.

Observamos que homens e mulheres trabalham juntos, dentro do mesmo território de trabalho, nele existe no máximo 3 *garis-carreiros* e 5 *garis-vassouzeiras*. As *garis-vassouzeiras* apenas varrem e organizam os resíduos (Fig.39), os *carreiros* varrem algum resíduo que tenha ficado para trás, ensacam o que foi organizado e deixam pronto para o carro coletor levar até o aterro sanitário da cidade. Assim, o trabalho entre as mulheres, é dividido de forma que cada uma fica em um lado específico da rua ou praça, sendo que o *carreiro* recolhe os resíduos

revezando entre os dois lados da via e nas praças de forma aleatória, resultando em mais agilidade e rapidez na conclusão do serviço.

Figura 39- Trabalho de Varrição



Fonte: Silva, G. C. 2021

Existem determinados territórios de trabalho que são considerados pelas *garis-vassoureiras* como sendo muito extensos. Elas reclamam de que precisam de mais pessoas no setor para melhorar a qualidade do serviço, sendo que ficam sobrecarregadas com a quantidade de lixo que existe no local. A sobrecarga de trabalho é sentida com maior frequência entre as *garis-vassoureiras* mais velhas e que já possuem algum tipo de enfermidade, uma vez que não dão conta de realizarem a atividade de varrição por completo, pois ficam cansadas, diminuindo o ritmo de trabalho. Quando isso ocorre tanto os *garis-carreiros* quanto as outras *garis-vassoureiras* do mesmo setor ajudam as *garis-vassoureiras* que tem mais dificuldades, assim conseguem concluir a varrição com mais rapidez.

De acordo com Brussi, (2017, p.34), a relação com o outro, principalmente com a colega de trabalho, é um elemento muito importante para que o serviço seja realizado de modo prazeroso. O trabalho é pesado e cheio de exigências, as trabalhadoras que têm uma relação mais próxima com as companheiras de labor demonstraram sentir uma maior “leveza” e mais alívio nas tarefas da limpeza. A cooperação entre os trabalhadores da varrição noturna nos mostra que o trabalho requer esforço e as dificuldades enfrentadas nos setores mais longos, a exemplo do trecho que se inicia na Av. Sete de Setembro e vai até o final da Av. Floriano Peixoto no CHM, podem ser amenizadas com a ajuda dos que deixam de fazer o seu próprio serviço para ajudar os colegas.

Por fim, às 23:00 horas, tanto os homens quanto as mulheres terminam o trabalho de varrição. As *garis-vassoureiras* entrevistadas, descrevem que ao final do turno vão para casa de ônibus ou se dirigem até a praça Terreiro Aranha para esperarem pela rota central, que as levam novamente para a *Garaginha* e por lá ficam aguardando o horário de saída da rota para deixá-

las em casa, por volta de meia-noite. Nesse sentido, destacamos na (tabela 5), o lugar de moradia dessas mulheres, onde podemos perceber que existem alguns fatores que podem ser evidenciados quando analisamos a distância e o tempo com que chegam ao local de trabalho e quando retornam a seus lares. Como podemos identificar que as nossas entrevistadas são moradoras de diversas zonas da cidade, como zona norte, sul e oeste.

Tabela 5- Duração do Percurso trabalho/casa

Vassoureira	Bairro que reside	Tempo de chegada ao trabalho	Chegada em casa/ condução
1	Viver melhor	1:30	1h e 30m / rota
2	Alvorada	30 min	23:40 / rota
3	Compensa	30 min	23:20 / ônibus.
4	Betânia	30 min	23:10 / ônibus
5	Riacho Doce	1 h	01h da madrugada / rota.

Fonte: *Garis-Vassoureiras, Garaginha, 2021.*

Notamos acima que a distância e o tempo que cada uma leva para ir e voltar, pode exercer algum tipo de influência durante a jornada de trabalho, mesmo que de forma diferenciada, visto que três moram próximo ao emprego, o que oferece maior mobilidade e rapidez na locomoção. Por consequência, gera menos estresse no trajeto e mais disposição durante o trabalho. Outras duas residem em bairros mais distantes do local de trabalho, o que pode gerar transtornos quando consideramos a disponibilidade e a pontualidade do transporte público, as condições do trânsito e os congestionamentos, visto que diariamente fazem longos e cansativos percursos de ida e volta entre o território de trabalho e suas residências, fazendo com que a efetividade do serviço de varrição seja afetada, ou seja, o trabalho para essas mulheres se mostra ainda mais árduo.

Em vista disso, elas aguardam a rota todos os dias, vale ressaltar que a rota só é oferecida no final do expediente, pois, além da distância e do horário noturno, existe também a questão de ordem econômica, que é evidenciada pela maioria que utiliza a rota, uma vez que economizam o seu vale-transporte, sendo que elas podem usar esse dinheiro para outros fins, como alimentação, vestuário, entre outros usos pessoais. No entanto, algumas *garis-vassoureiras* que moram relativamente próximo ao local de trabalho preferem ir para casa de transporte coletivo, pois a rapidez com que saem e chegam em casa faz com que elas aproveitem um pouco mais o ambiente familiar.

Assim, diante das dificuldades enfrentadas pelas *garis-vassoureiras* para realizar o serviço de varrição, podemos mencionar o Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que divide os trabalhadores de Limpeza Urbana em duas categorias: os coletores de resíduos ou agentes de coleta de lixo e os *garis*, ou *margaridas*. Estes

dois últimos recebem o código de identificação de número 5142-15, no qual define que garis e margaridas, também conhecidos como varredores de ruas, são profissionais responsáveis pela conservação ambiental de logradouros públicos. O CBO também estabelece as principais competências de quem trabalha nos serviços de coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas, em especial ao varredor de rua, (Quadro 1).

Quadro 1- Competências – Varredor de Rua

Áreas de atuação/competência	Atividade
Coletar Resíduos:	Verificar material de trabalho
Preservar Vias Públicas:	Varrer sarjetas e calçadas, varrer calçadas, amontoar detritos e folhagem, acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos, empurrar carrinho (lutocar), ensacar animais mortos, recolher animais mortos, solicitar coleta de animais mortos, solicitar remoção de entulho.
Conservar Áreas Públicas.	Rastelar áreas de trabalho e recolher lixo espalhado.
Zelar pela Segurança das Pessoas	Sinalizar áreas de risco, isolar áreas de trabalho, isolar áreas de risco, tornar acessíveis as áreas de coleta, acondicionar materiais de risco (vidro, lâmpada, etc..)
Trabalhar com Segurança	Vestir uniforme, verificar epi, utilizar equipamento de proteção individual, posicionar-se na contramão do fluxo de carros, participar de reuniões com técnicos de segurança, conversar com munícipes sobre condições de segurança, respeitar distância máxima entre membros da equipe, manter-se alerta, participar de cursos de capacitação, participar de cursos de aperfeiçoamento, tomar vacina, realizar exames médicos periódicos.
Comunicar-se:	Comunicar ao supervisor defeitos nos equipamentos de trabalho, relatar avarias nos

	equipamentos, solicitar a retirada de veículos que impeçam o trabalho, comunicar ausência ao supervisor, justificar sua ausência ao supervisor, prestar informações as pessoas sobre o comércio local, informar meios de transporte, requisitar reposição de materiais e equipamentos, solicitar apoio de instituições, comunicar possibilidades de contaminação com resíduos sólidos de serviços de saúde, atender solicitações notificar ocorrências, comunicar-se com colegas de trabalho e comunicar situações de risco.
Demonstrar Competências Pessoais	Demonstrar agilidade, demonstrar destreza manual, demonstrar educação no trato com pessoas, demonstrar senso de responsabilidade, demonstrar controle emocional, demonstrar atenção, demonstrar equilíbrio físico, contornar situações adversas, demonstrar espírito de equipe, demonstrar preparo físico, praticar ginástica laboral e demonstrar presteza.

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações- CBO, Ministério do Trabalho.

Entretanto, algumas das atividades descritas acima, na prática, não são desempenhadas pelas *garis-vassouzeiras* como, por exemplo: empurrar carrinho, atualmente esta atividade só é exercida pelas *garis* terceirizadas, rastelar¹² áreas de trabalho, o uso do rastelo só é utilizado por equipes específicas que fazem a capinação e a poda de árvores nas praças e áreas verdes da cidade, sendo que o instrumento principal das *garis-vassouzeiras* é a vassoura. Outra atividade que não se adéqua a categoria dos TLP analisada é a de sinalizar e isolar áreas de risco, isolar trechos de trabalho e solicitar a retirada de veículos que impeçam o serviço. As atividades de solicitar apoio de instituições, atender solicitações e notificar ocorrências são geralmente atribuídas aos fiscais, gestores e coordenadores do serviço e não aos trabalhadores da varrição

¹² Ato de limpar canteiro ou gramado com o rastelo (instrumento composto de dentes de ferro que se destinam a retirar folhas, detritos, entre outros resíduos do solo).

noturna.

Oliveira (2020), considera os serviços de limpeza urbana como uma forma de controle da poluição causada ao meio ambiente, como um fator de salubridade do meio e associado à luta pela conservação e preservação da natureza. Portanto, podemos observar que além das competências descritas na (tabela 6, p.80) as *garis-vassouzeiras*, além de varrerem as ruas, varrem também as calçadas, as frentes das lojas, retiram os resíduos de alguns ambulantes que deixam pendurado em suas barracas, removem o lixo dos bueiros, canteiros e meio fio. Dessa forma, tentam conservar o ambiente urbano, mesmo que em péssimas condições de infraestrutura urbana, como a pouca iluminação pública, os bueiros entupidos que se encontram por todo o local de estudo e os prédios abandonados, espaços que abrigam todo tipo de atividade ilícita.

Além disso, as *garis-vassouzeiras* varrem o lixo até as esquinas para que os carreiros colem em sacos plásticos (Fig.40). As *garis-vassouzeiras* relatam que não fazem o manuseio dos RS, por não portarem luvas de proteção, visto que tem medo de contrair alguma doença, sendo que existem muitos ratos e baratas em meio ao lixo, então buscam retirar o máximo de resíduos dos locais mais difíceis. Caso não consigam, deixam sujo mesmo, dado que a coleta desse excedente passa a ser feita pelas equipes de *garis* terceirizados, reforçando a limpeza do local para mais um dia de comércio no centro da cidade.

Figura 40-Vassouzeira e carreiro no trabalho de varrição noturna



Fonte: Silva, G. C. 2021

Araújo e Silva (2018), enfatizam as dificuldades diárias que resultam em desgaste físico dos *garis*, em função do trabalho que realizam, como o peso das ferramentas que manuseiam, os carrinhos usados para carregar os resíduos coletados nas ruas e os movimentos repetitivos. A questão do desgaste físico é comum entre a categoria dos TLP do CHM, pois, as grandes distâncias que percorrem, a frequência com que os movimentos se dão ao varrer as ruas são as causas mais comuns de dores musculares, afetando o condicionamento corporal dos

trabalhadores. De acordo com os relatos das *garis-vassouzeiras* a prática da ginástica laboral já ocorreu por muitos anos na *Garaginha*, o que fazia com que elas se alongassem e se sentissem mais dispostas ao trabalho, mas que com o início da pandemia da Covid-19 as aulas, que ocorriam sempre após o momento da oração, foram suspensas e não retornaram até o fim da elaboração desta pesquisa.

2.3 As condições trabalhistas dos garis-carreiros e das garis-vassouzeiras.

O trabalho de limpeza pública é de suma importância para a cidade, principalmente no que se refere a conservação do ambiente urbano e qualidade de vida da população. Ele evita que os logradouros públicos acumulem lixo e sejam focos de doenças. Apesar de ser um trabalho essencial na vida das cidades, os garis e as garis são invisíveis nos ambientes urbanos. Em geral, são conhecidos através de diversas denominações que até os confunde com os trabalhadores da coleta domiciliar, sendo a multiplicidade de termos atribuídos de forma errônea aos que exclusivamente varrem as ruas.

Em estudos de Leão e Araújo (2018), a questão da denominação atribuída pela população aos trabalhadores que varrem as ruas, revela que o substantivo de tratamento ou a forma com que eles gostam de serem chamados é justamente o nome pelo qual eles foram contratados, ou seja, Gari. Relembrando o que já dito mais acima, no Brasil, a primeira cidade a adotar essa denominação foi o Rio de Janeiro, por meio dos serviços oferecidos por Aleixo Gary e que ao longo do tempo o sobrenome passou a ser adotado em todo o Brasil. Assim, se tornou comum chamar de gari os varredores de ruas, sendo utilizado até os dias atuais.

Em Manaus, além de gari os TLP também são denominados profissionalmente como Auxiliares de Serviço Municipal (ASM), como descrito no contracheque, tem seu contrato de trabalho estabelecido por meio dos critérios que constam no Regime de Direito Administrativo (RDA), já que foram inicialmente contratados como temporários. Ao longo do tempo foram sendo mantidos na função sem nenhuma preocupação com as legislações vigentes, uma vez que de acordo com a Lei Municipal n.º 336/1996, que fala sobre o Regime Administrativo de contratação de pessoal por tempo determinado, adotado pela administração pública direta do município de Manaus, no qual foram contratados os TLP, o serviço deveria ser prestado por um período máximo de quatro anos, já que tal tipo de contrato se dá em caráter de excepcionalidade.

Investigando mais a fundo sobre este tipo de contrato, em conversa com as *garis-vassouzeiras* verificamos que muitas não sabiam explicar como o RDA funciona de fato, apenas dizem que o que importa é a “estabilidade”, de modo que já estão a mais de 15 anos no emprego, num acordo que a princípio era de quatro anos, recebendo rigorosamente, mas sem carteira

assinada. Segundo informações da coordenação da *Garaginha*, tratativas já estão sendo tomadas desde o início de 2022 para transformá-las em servidoras do município e regularizar seus direitos trabalhistas. Antes disso a SEMULSP (2015), já tinha favorecido aos TLP temporários que contribuíssem para o regime geral do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não mais para a Manaus Previdência, sendo esta responsável pelo desconto na folha de pagamento e direcionado ao INSS.

A Previdência Social brasileira é formada por três regimes: (i) o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), que cobre os trabalhadores do setor privado e outros; (ii) o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que provê cobertura para servidores públicos; e, (iii) o Regime Privado Completar, cuja adesão é facultativa, aos contrários dos demais (CAMARANO; FERNANDES, 2016).

Dessa forma, percebemos como a prorrogação do contrato de prestação de serviço das *garis-vassouzeiras*, ocorrida por diversas vezes pelo município, deu a elas uma permanente ilusão de “estabilidade”, mesmo que por muitos anos trabalhando sem o registro na carteira de trabalho, como vemos na fala a seguir:

Aqui na SEMULSP, tenho o meu salário em dia, as férias são em dias, tudo certo não tenho como reclamar, mas o que me incomoda é que nós não temos a carteira assinada, acho que deveriam assinar, porque é importante, para quando a gente precisar comprovar que trabalhamos, não sei como vai ficar no dia que eu for no INSS para pedir minha aposentadoria. (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

A questão da aposentadoria é um assunto muito recorrente entre as entrevistadas, sendo que se preocupam com a situação trabalhista na qual se encontram. Muitas relatam que tem medo do processo do pedido de aposentadoria e que mesmo sabendo que a SEMULSP recolhe os valores por meio da Manaus Previdência, elas ficam apreensivas se irão receber o que merecem, em função de serem temporárias. Contudo, apesar da ilusão de estabilidade, a precariedade vivida por estas mulheres não só se adéqua ao modo de trabalho nas ruas da cidade, tampouco as condições insalubres e perigosas que enfrentam diariamente, mas também a situação trabalhista que causa inquietação entre a categoria. Portanto, o trabalho precário está associado não só ao tipo de contrato, como também a um conjunto de outras variáveis que se enquadram na história econômica e social de cada país, a saber, a seguridade previdenciária, os direitos sociais, a legislação laboral, o nível salarial, a oferta do mercado de trabalho, entre outras. (SÁ, 2012)

Nas entrevistas realizadas com as *garis-vassouzeiras* do CHM, identificamos que todas, recebem em média R\$ 1.900,00 reais, incluindo adicional noturno, adicional de periculosidade, insalubridade e risco de vida, bem como Percentual de Produtividade (PP) e salário no valor de R\$ 415,00/base, mais os benefícios como vale-transporte e vale-alimentação. Entretanto, a remuneração atribuída aos homens é maior, recebendo um salário de R\$ 464,00/base,

mais os aditivos e benefícios descritos acima.

O baixo valor da remuneração salarial é explicado pelo fato de que se mantém congelado, por um acordo na justiça, entre garis e prefeitura, para que não pudessem ser exoneradas da função, sendo que para se chegar ao salário final tem-se o acréscimo do que se convencionou chamar de “Percentual de Produtividade” (PP), que pode ser de 200% a 300% sobre o salário base. O que caracteriza salário indireto, além dos ganhos com hora extra, que podem gerar variações no salário final, pois, depende da quantidade de domingos e feriados trabalhados ao longo do mês.

Nessas condições, temos o relato de uma das *garis-vassouzeiras* sobre a questão do salário:

Ainda bem que tem o percentual de produtividade, porque viver com os 415 reais que é o nosso verdadeiro salário no contracheque não tem condições. Gostaria que a prefeitura atualizasse esse valor pro salário de hoje em dia, mas disseram que por causa do processo que teve na justiça ficou assim até a gente se aposentar. (Gari-vassouzeira 1, nov./2021)

De acordo com a PMIRS (2015), o índice de produtividade dos serviços de varrição consiste em determinar a velocidade de varrição, expressa em metros de sarjeta/homem/dia ou metros lineares/homem/dia, através de variáveis como declividade do terreno, tipo de pavimentação da via varrida, tipo de ocupação, arborização, existência ou não de estacionamentos, concentração de pedestres e veículos, varrição ou não da calçada, clima, ferramentas empregadas, sexo e idade do varredor, qualidade do serviço prestado que darão suporte para a elaboração do plano de varrição.

É pensando na questão salarial, que se encontra em defasagem, diante dos valores atuais, que buscamos saber com as *garis-vassouzeiras* se os seus ganhos, mesmo com o adicional advindo do PP, estavam de acordo com a atividade que exercem e verificamos que muitas estão insatisfeitas tanto com o salário quanto com as condições de trabalho: *o salário precisa melhorar muito, principalmente os materiais de trabalho*, nos disse uma vassouzeira e a outra entrevistada acrescentou: *precisa melhorar o salário e também incluir na carteira de trabalho, porque nossa carteira não é assinada e os benefícios já vêm junto com o salário e está desatualizado.* (Gari-vassouzeira 2 e 3, nov./2021)

Assim, quando se examina a dimensão “mercado de trabalho”, isto é, as formas de mercantilização da força de trabalho, encontra-se uma condição de heterogeneidade e segmentação, marcada por uma vulnerabilidade estrutural que se reconfigura, com formas de inserção (contratos) precárias, sem proteção social, com salários mais baixos, revelados pela terceirização de forma exemplar, cujo crescimento exponencial pode ser observado em diferentes segmentos da classe trabalhadora. (ANTUNES; DRUCK, 2015 p.25)

Neste sentido, é importante demonstrar que além dos trabalhadores com o contrato de trabalho do tipo RDA existem também outros modelos trabalhistas adotados pela SEMULSP, como podemos identificar na (tabela 6) que evidenciam a predominância dos RDAs na secretaria. Isso considerando que só foram quantificados os totais de funcionários com vínculo direto com a instituição pública, visto que não tivemos acesso aos valores da quantidade dos trabalhadores que prestam serviço de forma terceirizada.

Tabela 6- Modelos trabalhistas adotados pela SEMULSP

MODELO	ESTATUTÁRIO	CLT	NÃO EFETIVO	RDA
TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	34	0	48	956

FONTE: DOM, edição 5314 de fevereiro/22

Todos os TLP possuem plano de saúde oferecido pela prefeitura, em convênio com o Serviço de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Município de Manaus (ManauMed), com direito a 12 consultas mensais no cartão, mais avulso para 3 especialidades. As consultas e exames são marcados de três formas: I: via assistente social da Semulsp que vai a *Garaginha* todas as terças e quintas para anotar os pedidos de solicitação de consulta dos trabalhadores que precisarem de atendimento médico e retornos, II: no caso de cumprimento as normas de segurança contra a Covid-19, as solicitações podem ser feitas de forma remota, onde o supervisor noturno envia a imagem da guia de requerimento médico diretamente para o serviço social e III: *on-line*, onde o próprio trabalhador pode acessar a página da ManauMed e escolher o dia e a hora que deseja ser atendido.

Embora a marcação de consulta e exames possa ser feita de modo presencial, remota e *on-line* muitas das *gari-vassouzeiras* preferem que seja realizada presencialmente, pois, muitas não têm contato com as tecnologias digitais e também não sentem segurança em deixar que outras pessoas resolvam por elas. Assim como nem sempre encontram vagas disponíveis no sistema da ManauMed. Portanto, na forma presencial podem conversar mais sobre as opções de médicos, locais e datas com a assistente social, porém, existem dificuldades em se buscar pelo serviço nos dias determinados para o atendimento físico. Como podemos observar na fala de uma *gari-vassouzeira*: *precisa melhorar a consulta com os médicos porque a assistente social demora muito pra aparecer.* (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

Pelo fato das lanchonetes e restaurantes estarem fechados durante a noite os TLP não utilizam o vale-alimentação no ambiente de trabalho, alguns trazem alimentação de casa e fazem sua refeição enquanto esperam a rota para retornar para a *Garaginha* ao final da atividade, na Praça Adalberto Vale na Av. Floriano Peixoto. Em determinados dias da semana há um lanche na *Garaginha*, alguns trabalhadores se juntam e fazem cotas ou cooperam entre si e designam uma, ou duas pessoas para trazer de casa já pronto uma sopa, uma canja, um café com bolachas, um pão com suco, ou outro tipo de alimento rápido, mas que nem sempre dá para todos. Essa é a única refeição que fazem durante o trabalho, porém, algumas *garis-vassouzeiras* relatam que preferem comer em casa ou após o expediente.

As *garis-vassouzeiras* trabalham de segunda a sábado, com folga aos domingos, mas quem se propõe a trabalhar na escala de domingo ganha como hora extra e tem direito a uma folga durante a semana. Nos feriados, existem equipes que são formadas previamente para trabalharem, principalmente em eventos comemorativos realizados próximo ao CHM. Alguns TLP são realocados para fazerem a limpeza desses espaços, enquanto em outros lugares do CHM reduz-se o número de *garis-vassouzeiras*. Elas têm a carga horária de 36 horas semanais, trabalhando seis horas por dia no turno da noite, que inicia as 19:00 horas e termina à 01:00 da madrugada. Contudo, pelo fato de não haver horário de intervalo a maior parte das *garis-vassouzeira* fica até as 23:00 varrendo as ruas, enquanto os que os *garis-carreiros* geralmente continuam por mais tempo trabalhando. A redução do horário se dá também em função do transporte público na cidade, que funciona até meia-noite.

Em virtude da maioria dos trabalhadores (homens e mulheres) já apresentarem idades acima dos 50 anos, alguns com doenças pré-existentes, o coordenador do trabalho noturno não os sobrecarrega sobretudo porque já estão há tanto tempo varrendo as ruas da cidade. Assim, as condições trabalhistas e o ambiente de trabalho tem sido um desafio diário, tanto para homens e quanto para mulheres, uma vez que precisam de uma atenção diferenciada da SEMULSP em vários aspectos, como salários, saúde, carga horária, jornada de trabalho, dentre outros que possam melhorar a vida dos TLP.

2.4 Os garis e as garis: a divisão sexual do trabalho

Podemos perceber que na limpeza pública de Manaus os valores financeiros destinados a homens e mulheres reforçam as questões de desigualdade de gênero no ambiente de trabalho. Entretanto, vale ressaltar que os *garis-carreiros* possuem mais atribuições no local de serviço que as *garis-vassouzeiras*, visto que além de juntarem, ensacarem e designarem locais estratégicos para a remoção dos RS, eles também trabalham com um número maior de materiais de

trabalho, como vassouras, pás, sacos plásticos e carrinhos de mão, enquanto as mulheres utilizam apenas a vassoura.

Tais atribuições podem justificar o maior ganho salarial dos homens em relação às mulheres. Todavia, Castro, Santos e Santos (2018), reforçam que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho atingem homens e mulheres trabalhadores/as, mas que podem impactar, de maneira específica, em alguns aspectos da comercialização da força de trabalho feminina. Dessa forma existe uma relação entre a divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e com a construção sócio-histórica acerca da figura feminina.

Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; ou seja, é um fator prioritário para a sobrevivência do relacionamento coletivo entre os gêneros. Em outras palavras, a divisão do trabalho pode ser definida por funções, utilizando critérios sexuais para diferenciar papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e no processo produtivo. Existem dois princípios organizadores para a divisão sexual do trabalho, o princípio da separação, que faz a repartição da atividade considerada para homens e para mulheres e o princípio da hierarquização, no qual a função desempenhada por um homem vale mais que a executada por uma mulher.

Com base em estudos feitos por Brussi (2017) ao citar o artigo *on-line* da (CUT, 2009), nos conta que a inserção das mulheres no mundo do trabalho da limpeza urbana se deu no início de 1970, em São Paulo após a carência de trabalhadores do sexo masculino, que migraram para o setor de construção de metrô. Assim, começou-se a buscar algum nome popular para caracterizar estas mulheres, foi então que se passou a se pensar na cor branca, que significaria limpeza, e na flor, que “representaria” a figura feminina, ou seja, as mulheres passaram a serem chamadas de *margaridas* em oposição a denominação dada aos homens: gari. Nesse momento, a autora destaca que a escolha do termo utilizado para denominar as mulheres gari já indicava a presença de estereótipos de gênero e divisão sexual do trabalho, em que os homens, se transferiam para as atividades “mais valorizados” e coube às mulheres ingressarem no ramo da varrição.

Dessa forma, podemos pressupor que os princípios da separação e da hierarquização de acordo com Hirata e Kergoat (2007) utilizados entre homens e mulheres dentro do ambiente de trabalho, em especial aos que trabalham na limpeza pública, se referem também a adoção de denominações diferentes, onde os homens conhecidos como Gari e as mulheres como Margaridas, criam uma relação de gênero e divisão do trabalho como descrito por (Brussi, 2017). Além disso, podemos identificar as habilidades desses trabalhadores, pois, os homens desenvolvem tarefas mais elaboradas e de maior esforço físico enquanto as mulheres desempenham

as atividades da varrição das ruas, consideradas como uma atividade de baixa complexidade e que requer pouco esforço físico.

Pode-se se dizer à luz de Hirata (1995), que a atividade masculina representa virilidade e está associado ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes até perigoso, já a feminilidade é associada aos afazeres leves, fáceis e limpos que exigem paciência e minuciosidade. No entanto, essa distinção não ocorre quando consideramos os uniformes de trabalho utilizados por homens e mulheres, uma vez que elas usam roupas masculinizadas, fora dos padrões femininos e desproporcionais ao tamanho de seus corpos. O que nos leva a pensar que as relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em função da supremacia do outro. (SOUZA; QUEDES, 2016)

No caso dos TLP de Manaus existe tanto a distinção baseada no princípio da separação, com adoção de denominações diferentes entre homens e mulheres, ou seja, *carreiros* e *vassoureiras*, quanto a utilização do princípio da hierarquização, uma vez que apenas homens podem realizar as tarefas destinadas à função de *carreiro*, enquanto a tarefa de *varrição* é exclusiva das mulheres, porém, como já mencionado durante a semana apenas o *carreiro* pode exercer atividade de *vassoureira* e apenas aos domingos é que as mulheres são capazes de efetuar o serviço designado aos *carreiros*.

Entretanto, na categoria dos TLP terceirizados as duas funções (*carreiros* e *vassoureiras*) acabam se tornando uma só função e neste caso são realizadas tanto por homens quanto por mulheres, pelo fato de serem jovens e com maior condicionamento físico para o trabalho. Mostrando que não existe distinção entre homens e mulheres dentro do ambiente de trabalho dos terceirizados. Assim, as mulheres recebem a mesma carga de trabalho que os homens, independentemente de sua estrutura física, o que significa dizer que a mulher passa a apresentar a mesma capacidade de desempenhar, assim como os homens, atividades que requerem força e técnica na varrição e remoção dos RS.

Quanto a trajetória de trabalho de *garis-carreiros* e *garis-vassoureiras* que trabalham no CHM verificou-se que os homens, antes de serem *carreiros* começaram a trabalhar muito cedo, geralmente nas feiras livres e posteriormente nas fábricas do Polo Industrial de Manaus – PIM. Enquanto que as mulheres se dedicavam ao lar e aos filhos, o que atrasou sua entrada no mercado de trabalho, mas essa condição foi sendo revista desde o momento que se viam separadas e sem dinheiro para sustentar sua prole, o que resultou na busca por emprego.

Antunes (2008), comenta sobre o tipo de trabalho destinado às mulheres na divisão sexual do trabalho, influenciada pelo capital dentro do espaço fabril, visto que as atividades de concepção ou aquelas baseadas em ganho intensivo são preenchidas pela mão de obra

masculina, enquanto aquelas de menor qualificação, mais básicas e de origem intensiva são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente, também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as)¹³.

Vale lembrar que pelo fato das mulheres se inserirem cada vez mais no mundo do emprego não significa que elas estejam em igual posição que os homens, visto que existe um acúmulo de funções (profissional e doméstica), aumentando as desvantagens femininas no mercado de trabalho. Em razão desta jornada dupla, muitas procuram por trabalhos em meio período, de baixa remuneração e precários. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço familiar, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA; GUEDES, 2016).

As trajetórias de vida realizadas pelas *gari-vassouzeiras* do CHM, na busca pelo trabalho, estão geralmente ligadas a necessidade de criar sua prole, pois, se revelou primordial a questão financeira sofrida por estas mulheres, na qual eram dependentes dos maridos e de forma geral, a “*ajuda financeira*”, dada pelos pais de seus filhos, não supria com todos os gastos familiares. Bruschini (2007) nos revela o perfil das mulheres que se inserem no mercado de trabalho, como sendo geralmente mais velhas, casadas e mães, revelando uma nova faixa etária assalariada que se divide em dois momentos: o laboral e o familiar, onde as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas, cuidados com os filhos e outros familiares são evidenciadas. Indicando a continuidade dos paradigmas familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, principalmente as que são mães de crianças pequenas.

Vejam o relato de uma vassouzeira:

Comecei a trabalhar pra ter condições de criar meus filhos, porque o dinheiro que o pai deles me dava não dava pra nada, mal dava para comer. As crianças pediam as coisas e eu não tinha dinheiro pra dar e foi trabalhando que conseguir pelo menos comprar as coisas básicas pros meus filhos. (Gari-vassouzeira 5, dez/2021)

É notório que a divisão sexual do trabalho ao longo do tempo ganhou estratégias para se firmar diante das relações laborais que ocorrem até hoje na sociedade. Caracterizando e denominando funções masculinas e femininas, a partir de modelos sociais atribuídos a cada gênero, dado que as limitações físicas são consideradas e determinam o lugar de homens e mulheres dentro do ambiente de trabalho. Pode-se dizer que aos homens ficaram reservadas as

¹³ A participação feminina na indústria varia conforme o segmento analisado: no setor eletroeletrônico, por exemplo, cerca de 60% dos empregados são do sexo feminino; já no setor metalúrgico a situação se inverte, com 70% de homens e apenas 30% de mulheres. (CIEAM, 2015)

atividades que geram mais retornos econômicos, e às mulheres, as tarefas que embora possam não gerar bons ganhos têm ligação com o lado afetivo, cuidadoso e humanista. (SOUSA e GUEDES, 2016)

Portanto, a divisão social do trabalho não significou apenas a adoção de funções determinadas para as relações humanas, mas também criou meios, como os salários diferenciados para que ocorresse a separação entre os gêneros, considerando homens e mulheres diferentes em função de sua capacidade física. Além disso, criaram-se mecanismos de diferenciação para homens e mulheres dentro de uma mesma categoria de trabalho, ou seja, houve ao longo do tempo a incorporação de signos e símbolos para denominá-los, como podemos notar a partir da denominação dada a homens e mulheres que trabalham na limpeza urbana da cidade de Manaus, especificamente no CHM.

2.5 Percepção do espaço de trabalho em ambiente noturno.

Segundo Silva, (2003), o espaço urbano é composto por uma gama de variações de usos, entre eles habitacionais, comerciais, industriais, recreativos e outros. Mesmo diante de tantos benefícios ambientais e sociais, os espaços verdes não têm sido um uso prioritário no espaço urbano. A escolha por um tipo de uso vai depender de aspectos como: políticas públicas, estudo da área, identificação da vizinhança e frequentadores, entre outros.

Assim, pertencer à cidade, também ocorre de formas distintas. Os moradores das cidades desenvolvem rotinas de reconhecimento e pertencimento aos lugares, contribuem ou contestam a mudança da paisagem urbana. Na cidade centenas de imagens sobrepõem-se à visão do passante como, por exemplo, os *outdoors* de publicidade que disputam o espaço com construções, empresas que se transformam em meios de divulgação de produtos, as bancas de revistas comumente confundidas com os vendedores ambulantes, as faixas anunciando promoções e os anúncios das traseiras do ônibus. (RIBEIRO, 2009).

O espaço de trabalho dos TLP, revela que a infraestrutura urbana do lugar, com prédios históricos, comércios, serviços, lazer e turismo influenciam ativamente na percepção espacial que estes trabalhadores têm do seu território de trabalho, visto que existem ruas e praças onde as condições físicas e ambientais são condizentes com o tipo de atividade que é exercida naquele ambiente e que mesmo trabalhando durante a noite, podem ser identificadas. Dessa forma, a cidade passa a ser vista como uma unidade de produção complexa, com uma grande variedade de bens e serviços, exercendo uma forte atração sobre o homem. (SIQUEIRA; MORAES, 2009).

Nessas condições, podemos dizer que os diferentes usos do espaço urbano revelam uma importante ligação entre o meio ambiente e as relações humanas, já que no CHM tais conexões ocorrem, ou deveriam ocorrer, de forma a evidenciar o bem-estar socioambiental da população, podendo estar associados com um passeio ao ar livre pelas praças da área, pela contemplação dos elementos naturais e estruturais, com o Rio Negro e/ou pela visita aos pontos comerciais e turísticos das proximidades, mas que recai nas questões de segurança e infraestrutura urbana que o CHM apresenta, já que os logradouros públicos ficam sempre ocupados por pedintes, moradores de rua/PSR, entre outros. Fazendo com que as pessoas queiram cada vez menos visitar os espaços públicos do centro da cidade, o que compromete a relação homem-natureza.

Contudo, a situação mencionada acima afeta também os que trabalham e fazem compras durante o dia, sendo que durante a noite o cenário se intensifica, chegando a ser preocupante, pois, é quando o meio ambiente e a infraestrutura urbana, sofrem grande parte de suas agressões. Mesmo que também ocorram durante o dia, com menor intensidade e disfarçadamente, a noite os elementos naturais e estruturais do CHM passam por todo tipo de vandalismo, se multiplicando e se fazendo visíveis aos nem tão novos frequentadores, que além de sujar e descaracterizar a área, ainda atentam contra a integridade física dos espaços públicos, urinando, queimando e jogando lixo em locais que deveriam ser conservados.

Mansano (2016), ao descrever o espaço urbano observa que está cada vez mais nítido conviver com o medo, a desconfiança e a ameaça. Praças, ruas, parques e avenidas, estão sendo utilizados, principalmente, para o deslocamento diário de trabalhadores que, ao mesmo tempo, sofrem com duas situações: a primeira caracterizada pela falta de percepção do pedestre em meio a sua passagem pelo espaço urbano e a segunda tem a ver com o uso da rua, uma vez que já foi um espaço de encontro, agora simboliza perigo, onde muitas pessoas têm receio ou evitam trafegar por elas.

Para as *garis-vassoureiras*, ao longo do tempo os logradouros públicos do CHM, tanto de dia quanto a noite passaram a ser, locais de passagem, onde a relação homem-natureza só é percebida quando afeta significativamente a paisagem e o cotidiano da área, como, por exemplo, o período de cheia, a alagação de ruas, o cheiro ruim de água empossada, o tombamento de árvores, etc. Ainda assim, os espaços de grande concentração de pessoas como praças e vias de comércio utilizam-se do meio ambiente urbano para suprir suas necessidades pessoais e financeiras, sendo o vínculo com a natureza, deixado em segundo plano. Entretanto, Mansano (2016, p.56) revela que “natureza e vida social aparecem como dois aspectos da existência que

são politicamente indissociáveis e que nossas ações afetam a natureza e a natureza nos afeta de maneira recorrente.”

Nessa perspectiva, as *gari-vassouzeiras* têm também sua percepção sobre o seu ambiente de trabalho, de forma a expor características físicas, sociais e ambientais do lugar, como podemos notar nas falas a seguir. Vejamos como elas percebem espacialmente a vida noturna no CHM, sobretudo no que se refere ao patrimônio histórico e a violência urbana.

A *gari-vassouzeira* 1 que faz varrição na rua 15 de Novembro, Terminal Central e Praça da Matriz observa:

No meu setor de trabalho, os casarões ou estão abandonados ou servem de locais para diversão noturna. As praças daqui sempre são cheias de moradores de rua, mas é a noite que eles usam a praça pra dormir, se drogar ou esperar por comida. A igreja é bonita, mas a noite é melhor evitar. No terminal da Matriz sempre tem uns disfarçados de passageiros, mas estão ali para roubar, também tem os camelôs que assim como nós também se arriscam no trabalho noturno. (gari-vassouzeira 1 nov./2021)

A *gari-vassouzeira* 2 descreve a sua percepção sobre a Marechal Deodoro, Guilherme Moreira e Praça Terreiro Aranha:

No meu setor estou cercada de prédios, alguns históricos que hoje servem para o comércio do bate palma, mas durante a noite estas esquinas viram comércio de drogas. Aqui não se vê árvores, acho que é porque atrapalha o comércio de dia, o que é bom pra gente que tá aqui a noite, porque serviria de esconderijo pra ladrão e também teria mais lixo. (gari-vassouzeira 2, nov./2021)

Outra que varre na Sete de Setembro e Floriano Peixoto relata:

Aqui a gente pode ver um pouco da história da cidade, através da praça, com bastante árvores e os casarões, alguns nem dá p olhar de tão feios e velhos. As lojas e os bancos já são mais chiques. (Gari-vassouzeira 3, dez/2021)

A *gari-vassouzeira* 4 tem nostalgia com a Eduardo Ribeiro e Praça Matriz:

O tempo que trabalho aqui nesse setor vi muita coisa mudar, os prédios antigos foram sendo reformados, as árvores derrubadas e hoje nem parece como antes. A gente percebe que as ruas tem poucas árvores e que por sinal só encontramos nas praças. Essas pedras do tempo antigo são bonitas, mas só atrapalham o nosso trabalho. (gari-vassouzeira 4 dez./2021)

Outra *gari* enfatiza as condições insalubres da Marcílio Dias, Dr. Moreira e Praça Terreiro Aranha:

A noite o que mais se encontra é lixo eletrônico e os camelôs são os piores, pois como não tem banheiro perto eles urinam em garrafas e

sacos plásticos e deixam jogados pelo meio da rua. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

De acordo com Stürmer e Costa (2017) a territorialidade surge quando pessoas e grupos realizam uma ocupação do espaço, ainda que momentânea, esporádica e mais ou menos perceptível em seu movimento, conforme a escala em que for visualizada. Assim, podemos dizer que o território de trabalho dos TLP do CHM apresenta diferentes territorialidades, tanto durante o dia quanto durante a noite. A percepção do território de trabalho dada pelas *gari-vassouzeiras* inclui fatores ligados a ações que ocorrem durante o dia e que influenciam o serviço de varrição noturna, pois, o intenso fluxo de pessoas que frequentam o lugar durante o dia acaba utilizando os espaços públicos para diferentes finalidades. A questão do descarte irregular dos RS, é identificada em maior proporção durante a noite em função do tipo de atividade ocorrida durante o dia.

No território de trabalho de cada vassoureira, os fatores ligados a ocupação e uso do espaço sempre variam conforme a finalidade social e econômica exercida naquele lugar, tanto durante o dia quanto durante a noite, o que acaba atingindo de forma direta quem trabalha nas ruas da cidade. Ao longo do dia o comércio é intenso, como nas ruas Eduardo Ribeiro e Marechal Deodoro e o que se percebe é a grande quantidade de pessoas, sendo que a noite o que se vê é o que resultou desse aglomerado, isto é, o lixo.

Na (Fig.41) podemos observar como se dá a ocupação do espaço urbano no decorrer do dia, com um comércio ativo, muito barulho e com pessoas indo e vindo em meio aos produtos e promoções da Rua Marechal Deodoro, atividades que caracterizam e inspiram a aglomeração, mesmo em tempos de pandemia de Covid-19.

Figura 41- Ocupação e uso do espaço Marechal Deodoro de dia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Por outro lado, o cenário da rua Marechal Deodoro se inverte durante a noite, a concentração de pessoas e produtos agora dá vez ao vazio como podemos notar na (Fig.42). Nela conseguimos visualizar apenas as *garis-vassouzeiras* exercendo o seu trabalho diário, bem como o vigilante que toma conta das lojas e barracas, os veículos identificados são de empresários que fazem a reposição de produtos em seus estabelecimentos e o mais importante que podemos mencionar tem a ver com a iluminação pública que apresenta bom funcionamento. Vale ressaltar que na noite em que foi retirada esta imagem havia uma carreta da SSP-AM, em função dos festejos natalinos, o que impediu o trabalho dos traficantes que se aglomeram ali próximo as *garis-vassouzeiras*.

Figura 42- Marechal Deodoro durante a noite



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Assim, as imagens acima nos mostram ou representam a cidade durante o dia e após as 18:00 horas, em que o movimento das pessoas e do comércio cedem lugar para os RS espalhados pela rua e sendo encaminhados ao seu devido destino em função do trabalho de varrição das *garis-vassouzeiras*.

Os demais territórios de trabalho apresentam características próprias e são percebidos pelo olhar das *garis-vassouzeiras* de formas diferentes. Elas relatam que ruas e praças recebem atenção desigual da gestão municipal, na qual algumas são bem iluminadas e outras nem tanto. Outras são pontos de encontro de pessoas, durante o dia para turistas e visitantes, mas que durante a noite a paisagem se modifica, dando lugar para moradores de rua e usuários de drogas. Além disso, dispõe de funções específicas para serviços especializados, em ambos os horários, mas que possuem em comum a precariedade ambiental e social percebida em menor número durante o dia, porém, ganham destaque a noite.

Os espaços turísticos que existem no CHM são muitos, mas o que apresenta a materialização da cultura indígena, tão conhecida em todo o mundo, está implantada na Praça Terreiro Aranha, com o comércio popular de peças de artesanato oriundos de várias etnias do nosso estado, como podemos ver na (Fig.43) que, além disso, é utilizada como elo entre os transeuntes que frequentam a parte portuária e a rua Marechal Deodoro e adjacências, sendo um lugar de constantes tramitação durante o dia.

Figura 43- Ocupação e uso do espaço Praça Terreiro Aranha – dia



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Durante a noite, nesta mesma praça (Fig.44) podemos ver um cenário totalmente diferente, o comércio popular de artesanato é fechado, apresentando o acúmulo de lixo e a presença de vidas noturnas, tão presentes no espaço urbano da cidade. A iluminação existe, porém, é deficiente, com pontos de escuridão e quedas constantes de energia, o que também afeta o trabalho das *garis-vassouzeiras*. No local existem vigias que tomam conta das lojas, dos quiosques de artesanato e das barracas dos camelôs que se encontram nas proximidades, a ocorrência de jogatina na área camufla a ação do tráfico, servindo de artifício para ludibriar as forças de segurança pública. Este é um dos exemplos que podemos tirar da má gestão pública do município, visto que a área também tem potencial para ser explorada durante a noite para fins comerciais e turísticos, assim como ocorre com o Teatro Amazonas e suas adjacências.

Figura 44- Ocupação e uso do espaço Praça Terreiro Aranha – noite



Fonte: Silva, G. C.2022

Esse descaso com o espaço público pelas autoridades competentes ocorre quando se considera a questão política que abrange a manutenção desses territórios, do qual alguns são de responsabilidade da PMM e outros do Governo do Estado do Amazonas, a exemplo da Praça Terreiro Aranha e da Praça da Polícia. Envolvendo várias secretarias de ambos os poderes e que podem promover ações de limpeza de forma contínua ou pontuais, ou seja, alguns espaços administrados pelo governo ganham cuidado diário, enquanto que os territórios administrados pela prefeitura recebem atenção apenas quando ocorre demanda ou quando já interferem no cotidiano da população.

Eis o relato de uma *gari-vassoureira* sobre o assunto:

Aqui na matriz você vê de tudo e olha que eu já trabalhei durante o dia e o que ocorre de dia vai até a noite, acho que a noite fica até pior. É muita gente que fica na frente de todo mundo usando drogas, bebendo e se prostituindo, o meu setor é difícil, porque tem muitos lugares abandonados e sempre tem gente fazendo o que não deve neles. A polícia sempre passa por aqui, mas não tem policiais a pé como tem de dia. A gente só varre as praças e ruas, mas quando é para fazer poda e capinar aí vem outra equipe que faz o trabalho junto com outras secretarias. (gari-vassoureira 3, nov./2021)

É perceptível a precária arborização do CHM, a preocupação com o verde tem sido negligenciada, por falta de políticas públicas voltadas para o aumento de áreas verdes. Entretanto, as árvores que são plantadas nas vias e praças do CHM, geralmente são de espécies que não são nativas de nossa região, onde muitas delas não se adaptam ao ambiente e acabam morrendo. As que sobrevivem acabam sofrendo com a ação de vândalos, quebrando seus galhos e dificultando o seu desenvolvimento. Como evidenciado na (Fig.45)

Figura 45- Árvore vandalizada na Praça da Matriz



Fonte: Silva, G. C. 2022

Outra situação, relacionada as árvores da área, é citada por uma vassoureira:

Aqui na Eduardo Ribeiro tem alguns lugares que tem árvores e outros não, algumas já são árvores grandes e antigas, com risco de cair e onde tem maior quantidade de lixo acumulada, a gente sempre ver buracos nas árvores que os moradores de rua e os traficantes usam para esconder drogas. As árvores pequenas, em vez de embelezar a cidade servem de depósito de lixo, algumas já morreram porque sempre tem uns que urinam nelas, outros ficam apagando cigarro nelas. As praças são as que mais sofrem com isso e também a gente porque além das árvores soltarem as folhas, acho que do jeito que elas estão e mais os maus tratos aumenta a sujeira nas ruas. (Gari-vassoureira 4, dez./2021)

O relato acima pode ser percebido na (Fig.46), onde as *gari-vassoureiras* tem de entrar em canteiros e varrer os resíduos que se encontram nas raízes dos arbustos, tal situação interfere ativamente na percepção do espaço, visto que o acúmulo de lixo nesses locais retira a função principal dessas plantas, que é de dar beleza e vitalidade ao local.

Figura 46- Gari-vassoureira retirando resíduos em canteiros da Praça da Matriz



Fonte: Silva, G. C.2021

Vejamos outro relato:

No meu setor não tem árvores, as plantas que tem são alguns vasos que servem de lixeira, acho que o prefeito deveria ver isso, é tudo abandonado e sem cuidado. Durante o dia vem muito turista comprar na ferriha e o sol castiga, os lugares que tem para sentar sempre tem um mendigo e a noite é do mesmo jeito, difícil descansar nesse lugar, sem contar com os olhares dos traficantes. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

Na Praça Terreiro Aranha, que passou por reformas recentemente, novamente é exemplo do descaso municipal, agora com a questão ambiental. A escassez de árvores (Fig.47) é percebida na paisagem de forma clara, as poucas que encontramos são novas e frágeis, a grama encontrada em suas raízes são repletas de RS.

Figura 47- Escassez de árvores na Praça Terreiro Aranha



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Dentre as atribuições estatais, nesse âmbito, insere-se a intervenção nas questões referentes à urbanização e seus impactos ambientais. Cabendo ao poder público coordenar as ações governamentais relacionadas às políticas urbanas, tendo em vista a responsabilidade de universalizar o direito à cidade, e em especial, o acesso à moradia digna, aos serviços de saneamento ambiental e a mobilidade urbana, dentre outros (FERREIRA, 2019). O que não ocorre nas praças administradas pela prefeitura de Manaus que prioriza as questões econômicas e visuais, pois, o que se percebe no CHM é que quanto menos árvores na área maior é a visualização das fachadas das lojas, assim como representa menos sujeira e menos manutenção.

Além disso, as políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua (PSR), não são condizentes com a realidade dos interessados, visto que se apropriam dos espaços públicos e fazem deles as suas moradias (Fig. 48). Eles ficam sempre na esperança de dias melhores em meio a promessas das autoridades competentes, o que caracteriza o abandono da cidade e de quem vive nela. Nessas condições, Costa (2019, p.129) ao tratar sobre os trajetos feitos pelas PSR observa que “no decorrer das direções que moldam o trajeto há praças, casas

abandonadas, terrenos baldios, monumentos públicos e áreas privadas que podem servir para descanso momentâneo ou estadia por algum tempo”.

Figura 48- Monumento histórico utilizado como moradia



Fonte: Silva, G. C. 2022

Assim, para as *garis-vassoueirias* o fato de serem mulheres e trabalharem na limpeza pública não representa um obstáculo para enfrentar os desafios diários que a função requer, já que estão acostumadas com o peso de sua jornada e que se sentem bem nesta profissão. No entanto, o que as afligem são os elementos externos a elas, pois, em cada território de trabalho existem características físicas e funcionalidades próprias que marcam o lugar e que envolvem aspectos ligados à sua percepção sobre o ambiente no qual estão inseridas, isto é, à noite. Isso as impossibilita de realizar o serviço de forma eficaz, já que a atividade exige atenção, não só com a natureza dos RS e o estado dos setores que trabalham, mas também com os obstáculos e riscos encontrados ao longo do percurso feito entre uma distância a outra. Podendo ser preponderantes para as condições de trabalho e para a saúde dos TLP no CHM.

CAPÍTULO III – AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DAS GARIS-VASSOUREIRAS EM AMBIENTE NOTURNO

3.1 As *Garis-Vassoueirias*.

O perfil das *garis-vassoueirias* que trabalham nos logradouros públicos do CHM no período noturno e que fizeram parte desta pesquisa varia entre mulheres pretas, pardas e brancas, com faixa etária de 48 a 58 anos, sendo que duas são casadas e três são solteiras. É possível notar a seguir na (tabela7) que dentre as nossas entrevistadas predominam as que possuem o Ensino Fundamental, onde uma concluiu e outras três delas não concluíram esta fase do ensino. A exemplo da vassoureira 4, que chegou a fazer o Ensino Médio, mas também não conseguiu

concluir os estudos. As *garis-vassoueirias* que tiveram a oportunidade de buscar uma maior qualificação, como um curso técnico ou uma faculdade, tem a chance de subir de cargo dentro da SEMULSP, sendo que muitas das mulheres que atualmente estão na função de encarregadas, fiscais e na administração um dia já foram *garis-vassoueirias*.

Tabela 7- Perfil das Garis-vassoueirias

Entrevistadas	Idade	Naturalidade	Cor	Quant. Filhos	Grau de Escolaridade	Estado Civil
V1	48	Manaus	Branca	6	E. Fundamental Completo	Casada
V2	56	Manaus	Preta	1	E. Fundamental incompleto	Solteira
V3	58	Manaus	Preta	2	E. Fundamental incompleto	Solteira
V4	52	Coari	Branca	2	E. Médio Incompleto	Casada
V5	57	Manaus	Parda	3	E. Fundamental incompleto	Solteira

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

Para explicar a pouca escolaridade destas profissionais da limpeza pública, verificamos que existem fatores históricos, sociais e de gênero, que foram responsáveis pela interrupção de seus estudos e que afetaram suas vidas profissionalmente. Com o passar do tempo as funções que antes exigiam apenas homens passaram a contratar mulheres com menos qualificação. Nessas condições, Hirata (2002) relata que ao longo dos anos houve crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, tanto nas áreas formais quanto nas informais da vida econômica, assim como no setor de serviços, mas que esta evolução se apresenta por meio da sua inserção em funções consideradas precarizadas e vulneráveis.

Mendes (2002) comenta a situação da precarização das mulheres em relação ao trabalho, como estando associada às condições de pobreza em que vivem, no qual tem ligação direta com a baixa escolarização e qualificação, o que dificulta a sua inserção em bons empregos e, conseqüentemente, com salários adequados. Isto tem a ver com as mudanças no mundo do trabalho, aceleradas desde a Revolução Industrial, tornaram o mercado exigente, demandando aumento na escolarização do trabalhador. Assim, nossas entrevistadas antes de serem *garis* já

havam trabalhado em outros setores da economia, como de serviços ou da indústria e passaram a trabalhar como garis pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito a escolaridade. Como podemos ver na (tabela 8), a seguir:

Tabela 8- Trabalho anterior e tempo de serviço na SEMULSP

V1	Serviços gerais, em uma drogaria	16 anos na SEMULSP
V2	Empresa de ônibus, como serviços gerais.	28 anos na SEMULSP
V3	Do lar	30 anos na SEMULSP
V4	Do lar	17 anos na SEMULSP
V5	Operária, em Fábrica de Juta	29 anos na SEMULSP

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

É interessante constatar que duas de nossas entrevistadas (V3 e V4), tenham em comum o fato de advirem do ambiente doméstico e que não haviam tido nenhum tipo de experiência profissional anterior ao do trabalho na SEMULSP. Este cenário tem a ver com fatores ligados às questões provenientes do passado das mulheres no Brasil e no mundo, onde muitas eram privadas de estudar e criadas para o momento do casamento, conduta que influenciou ativamente em seu desenvolvimento profissional, que sem estudo não tinham perspectivas de futuro e continuavam submissas as diretrizes patriarcais. Conforme Olivera, Vieira e Baeta (2021), aborda o assunto se referindo ao capitalismo patriarcal, em que as mulheres foram transformadas em máquinas de reprodução da vida dos trabalhadores, sendo um trabalho que é realizado no âmbito da esfera privada e gratuito, o que gera situações de subalternidade, pobreza e dependência financeira.

Entretanto, ao longo do tempo surgiram movimentos em prol dos direitos das mulheres, principalmente ao que se refere a sua inserção no mercado de trabalho, que resultaram em lutas que tinham como uma das finalidades o reconhecimento da atividade doméstica como função que deveria ser remunerada. Como relatam, Hirata e Kergoat (2007) que com o início da emancipação da mulher do cenário familiar, as atividades tradicionalmente realizadas em casa poderiam gerar ganho financeiro, caso fossem externalizadas. Dessa forma, um novo modelo de “opressão” foi instaurado, mediante o início das manifestações das mulheres, em que se percebe que existe um quantitativo enorme de donas de casa efetuando gratuitamente

atividades que tinham condições de gerar renda a família, ocultas dentro de seus lares tornavam o trabalho invisível. Além do mais elas não trabalham para si mesmas, mas para outras pessoas e com toda a senilidade que uma mulher possui.

Deste modo, um dos motivos relatados pelas *garis-vassoureiras*, quando perguntamos sobre a sua pouca escolaridade, está relacionado a falta de condições financeiras, bem como a oferta de escolas próximas as suas casas, visto que muitas são oriundas de famílias de baixa renda e tinham que conciliar, estudos com os afazeres domésticos, o que resultava em sobrecarga de trabalho e cansaço ao final do dia, gerando, por consequência, evasão escolar.

Vejam os relatos sobre as dificuldades para ir à escola:

Na minha infância ir pra escola não era pra qualquer um não, porque eu tinha que ajudar minha mãe com as coisas de casa... Eu varria, lavava roupa e cuidava dos meus irmãos e tinha dia que meu pai ia pescar e quem cuidada da roça era eu, aí ficava difícil ir para a escola. (Gari-vassoureira 4, dez./2021)

Outro motivo mencionado que fez com que as *garis-vassoureiras* entrevistadas abandonassem os estudos têm a ver com o casamento precoce. Algumas, se casaram muito cedo – no início da adolescência – e passaram a cuidar da casa e dos filhos, assim como ocorria com seus pais, os maridos não viam com bons olhos a questão do estudo. Vejamos a fala a seguir:

Quando eu era moça, meu pai não gostava que eu ficasse na rua e quando eu ia para a escola eu tinha que voltar logo pra casa, eu fui crescendo e queria ir para as festas vê como era, dançar um pouco. Uma vez fugi de casa para ir para um arraial, mas meu pai descobriu e me encheu de porrada. Passou o tempo e eu conheci um rapaz, me casei com ele, eu tinha 17 anos e eu pensava que com ele eu poderia ir para qualquer lugar. Só que me enganei, ele me prendia em casa e saía sozinho, aí fui tendo meus filhos e depois disso nunca mais fui para uma escola. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

Ao passar dos anos, três de nossas entrevistadas foram se separando, nesse momento a nova vida parecia promissora, mas não demorou muito para o sentimento de liberdade se esbarrar nas consequências de ser uma mulher sozinha e com filhos para criar, vindo à tona o desafio de como arrumar o sustento da casa, visto que durante grande parte de suas vidas estiveram sobre a dependência financeira dos maridos. O resultado dessa separação é descrito por Franciscani (2010), em que a mulher ao se separar buscava abrigo junto à família, porém, nem sempre a família conseguia ajudar por muito tempo, pela falta de condições financeiras, o que fazia com que elas buscassem por empregos mais humildes. Em consequência os empresários viam nessas mulheres uma forma fácil de obter mão de obra barata, pois, pagavam 30% a menos do que na força de trabalho masculina. Assim, a necessidade de criar os filhos as obrigou a

buscarem por emprego. Entretanto, o fato de possuírem pouca escolaridade as levou a aceitarem por trabalhos ligados ao setor doméstico como o de serviços gerais, por serem compatíveis com suas vivências dentro do lar.

Uma *gari-vassoureira* destaca sua dupla jornada:

Quando me separei sofri bastante porque não sabia como fazer para sustentar meus filhos, sempre cuidei da casa e meu marido que trabalhava. Durante algum tempo minha mãe me ajudou, mas eu sabia que tinha que ir atrás de trabalho, então eu vi que tinha uma vaga para serviços gerais numa empresa de ônibus e limpar era a única coisa que eu sabia fazer, então fui lá. Consegui a vaga, mas com o passar do tempo as coisas foram mudando, meu patrão dizia que eu tinha que estudar, mas eu não conseguia estudar porque tinha que cuidar da casa quando eu chegava do trabalho, era muito cansativo. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

As mulheres *gari-vassoureiras* além de cuidarem da casa e dos filhos ainda tinham que trabalhar fora do lar, com uma dupla jornada de trabalho ir para a escola ficava em último plano. A busca pela independência financeira fez que com elas percorressem o caminho do ganho imediato, sem se importar com sua formação escolar. As mulheres negras e sem condições financeiras são as mais afetadas em relação a esta realidade, pois, no Brasil o mercado de trabalho tende a ser seletivo quanto as questões de gênero, raça e classe, já que homens e mulheres não possuem empregos iguais, ocorrendo diferenças entre brancos e negros e entre ricos e pobres. “Corpos feminizados, racializados, pobres e periféricos são destinados a empregos de maior vulnerabilidade, de menores rendimentos médios do trabalho e de maior informalidade.” (OLIVERA; VIEIRA; BAETA, 2021, p.03)

Essa premissa pode ser confirmada quando perguntamos a cada uma delas, atualmente trabalhadoras da SEMULSP, se ainda pretendiam qualificar-se ou fazer algum curso de capacitação. Elas nos disseram que não pretendem voltar a escola, visto que sempre trabalharam muito para sobreviver e suas energias vitais foram se esgotando, ou seja, já não se sentem motivadas a estudar em razão do cansaço, decorrente de tantos anos de trabalho na varrição das ruas da cidade. Muitas relatam que já passaram da idade de estudar e que preferem aproveitar seu tempo livre para estar com a família. “A responsabilidade e preocupação com os filhos, a família e o trabalho doméstico ainda são um obstáculo para uma maior escolarização, já que dentre as que não terminaram o ensino básico, o principal motivo seja a falta de tempo.” (BRUSSI, 2017, p,34).

Este fator pode também ser atribuído ao trabalho quando Antunes (2003, p.232-233), expõe “a situação dos idosos diante da nova perspectiva do capital, em que ao chegarem à faixa

etária dos 40 anos já não conseguem mais arrumar emprego de carteira assinada, o levando a compor as categorias dos trabalhadores que o autor denomina de trabalho informal, dos desempregados e dos ‘trabalhos voluntários’ etc.”

Tal situação é descrita na fala a seguir:

Eu não pretendo voltar a estudar porque trabalho muito e sempre tô cansada, já sinto dores nos pés e nos braços. Fico mais em casa, cuido das coisas, gosto de tá com meus filhos e meus netos, não tenho mais ânimo para estudar e também já passei da idade. (Gari-vassoureira 3, nov./2021)

Foi com o trabalho de varrição nas ruas da cidade de Manaus que as *gari-vassoureiras* encontraram a oportunidade de conquistarem sua “independência financeira”, mesmo que em situação de temporárias. Durante muitos anos os proventos do trabalho de varrição tem sido o rendimento fixo dessas mulheres, assim como também tiveram ao longo da vida, acesso aos programas de transferência de renda dos governos federal, estadual e do município (Direito a vida, Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Tarifa Social de Energia, Auxílio Manauara, entre outros), o que complementava a renda familiar. Essa sensação de estabilidade financeira está atribuída a questão da escolaridade e dos anos de serviço na SEMULSP, pois, mesmo que o salário seja baixo, atendendo apenas a sua sobrevivência e as condições de trabalho sejam desfavoráveis, permanecer trabalhando há tantos anos num mesmo órgão/instituição e ainda por cima sem qualificação já se torna um grande feito para as *gari-vassoureiras*.

Destacamos a sensação e ilusão de estabilidade quando nos referimos a importância do trabalho para as *gari-vassoureiras*, eis os relatos a seguir:

O trabalho na SEMULSP contribuiu muito para minha vida, me deu estabilidade financeira, porque não tenho estudo e já tenho muito tempo de trabalho aqui, hoje em dia tem muita gente com estudo, faculdade que nem consegue trabalho, imagina eu que só tenho a 4º série. (Gari-vassoureira 2, nov./2021)

O tempo que já trabalho aqui me fez ser independente financeiramente, daqui que vem meu sustento, ajudo meu filho, consegui comprar minha casa, por mais que o salário seja baixo se eu sair daqui não tenho mais como arrumar emprego, porque já tenho mais de 50 anos e sem estudo quem vai querer me contratar. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

De acordo com estudos de Silva (2014) o número de mulheres que são as únicas provedoras do sustento familiar vem crescendo em consequência da busca pela independência financeira, apesar de ainda se encontrarem em trabalhos com baixa remuneração salarial e sem qualificação. É notório que a responsabilidade com filhos e netos tem sido a motivação para alimentá-los e educá-los, visto que não recebem o apoio dos pais das crianças e que o trabalho

também faz com que se sintam valorizadas quando trabalham fora de casa.

Outro fator que afeta o desenvolvimento dessas mulheres no mundo do trabalho também está ligado a questões de raça/cor e classe, pois, Vieira (2017) nos revela que as mulheres negras, desde muito tempo atrás, são incumbidas aos trabalhos marginalizados e que revelam a sua vulnerabilidade diante de suas origens. Nesse sentido, é expressivo o número de mulheres negras (pretas e pardas)¹⁴ no serviço doméstico, de baixa remuneração e de cunho informal, causando discriminação que reforçam a visão social a partir de estereótipos que remetem a periferia como espaço do negro.

Dados da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP 2008), mostram que no sistema de classificação por cor ou raça dos cidadãos brasileiros, utilizado atualmente pelo IBGE em suas pesquisas, constam cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2011). Assim, identificamos que a maioria das *garis-vassouzeiras* que estão no espaço de trabalho do CHM se autodeclararam pretas ou pardas, condição racial que possui um histórico atribuído as profissões precárias e de menor prestígio social, uma vez que geralmente são desprovidas de oportunidades de crescimento no mundo laboral, por apresentarem déficit na escolarização.

Podemos notar na Tabela 7, p.92 que existem alguns dados que nos mostram que mulheres brancas e negras enfrentam de formas diferentes a permanência na escola, ou seja, entre nossas entrevistadas, verificamos que as que apresentam Ensino Fundamental incompleto são as mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, enquanto as que se declaram brancas possuem Ensino Fundamental completo e conseguiram iniciar o Ensino Médio. Logo, as mulheres negras (pretas e pardas), quando nos referimos a educação, são as que menos permanecem no sistema de ensino e isso pode ter relação com as condições socioeconômicas que enfrentavam no seu ambiente familiar.

Ao falar sobre a vulnerabilidade social da mulher negra Vieira (2017, p.10) entende que se trata de “um conjunto de indicadores que expressam posições desvantajosas de acesso a direitos sociais fundamentais, os quais expõem mais frequentemente a parcela da população negra e feminina a trabalhos degradantes e com baixo prestígio social”, essa situação retrata o histórico de escravidão do qual passaram, bem como destaca a transformação do trabalho escravo para a atividade assalariada. Para o autor citado, comumente as mulheres negras são associadas ao trabalho doméstico, essa visão é fruto de um passado distante que marcou a vinda dessas mulheres ao Brasil colônia. Tal situação ainda persiste no cotidiano da sociedade

¹⁴ O IBGE utiliza Preto em referência a cor ou raça em suas pesquisas do censo demográfico e utiliza negro para agrupar a população que se autodeclara preta e parda em função de indicadores sociais similares.

brasileira que não dá valor a inclusão da mulher negra em outros setores da economia, mesmo com programas, legislações e investimentos cada vez maiores para inseri-las no mercado de trabalho. A atribuição dos serviços relacionados ao lar reforça a imagem da mulher mãe e dona de casa e dessa forma contribui ainda mais para propagar uma percepção estereotipada sobre as profissões “adequadas” para as mulheres, sendo que são sinônimos de barreiras no acesso, permanência e ascensão profissional (VIEIRA,2017).

Segundo Vieira (2017, p.17), quando se estuda a introdução das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro pode-se constatar que existe um fator que faz com que elas tenham duas vezes menos oportunidade: “o determinante de gênero incide principalmente sobre as resistências no acesso e permanência no trabalho, enquanto o determinante de raça recai predominantemente sobre a qualidade da inserção de modo a perpetuar indicadores de informalidade e precariedade.”

Neste caso, a inserção da mulher no mercado de trabalho também está atrelada a duas formas de divisão do trabalho: a sexual, que ocorre entre homens e mulheres, e a racial, que acontece entre mulheres brancas e negras, onde a partir de fatores ligados a cor e raça, determinam os tipos de funções exclusivas para mulheres brancas e/ou negras. Tais fatores geralmente estão relacionados as características físicas dessas mulheres, envolvendo certa discriminação e preconceito, pois, foram moldados no discurso da padronização mundial. Dessa forma, as questões vinculadas a escolaridade e ao poder aquisitivo se tornam elementos importantes quando consideramos cor e tipo físico, pois, podem influenciar diretamente em uma melhor colocação no ambiente de trabalho, uma vez que pessoas brancas possuem mais condições e oportunidades nesses setores.

Assim, quando se tem a reunião de fatores entre profissões e grupos raciais, destina-se ao grupo social dominante, ou seja, aquele que mais apresenta posições de maior significância, os considerados brancos, as principais colocações. No entanto, o grupo dos que se identificam como negros são os que se inserem em posições de baixo prestígio e menores salários. Portanto, tem-se a noção de que aspectos ligados a raça, classe e gênero no mundo contemporâneo, em especial no Brasil, são os que mais geram desigualdades, sendo necessária uma atenção particular para a sua compreensão e término através de políticas públicas e novas perspectivas simbólicas. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

3.2 Os materiais de trabalho e Equipamentos de Proteção Individual – EPI

A profissão de gari, de acordo com os fundamentos constitucionais de 1988, no art. 1.º, incisos III e IV, que trata da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho,

nos dá a entender que os regulamentos existentes atualmente não contemplam as peculiaridades que a função exige. O que significa dizer que as normas e diretrizes foram criadas, mas quanto à prática no campo desse labor não acontece de forma plena. “O objetivo diário dessa categoria para exercer essa profissão ultrapassa os ditames legais e se isso não fosse pouco existe ainda a figura da precariedade de políticas públicas e o grande preconceito que sofrem da sociedade” (CAMPOS, 2016, p.03).

Por isso, a segurança no ambiente de trabalho tem a ver com estar em um espaço que atenda as questões relacionadas aos cuidados durante as atividades na rua e que resultem em evitar acidentes e situações adversas no local do ofício. Para que as condições de trabalho dos garis e das garis sejam mantidas é necessário aderir às normas de segurança que são indispensáveis para se fazer a execução do serviço a assim evitar que ocorram riscos à saúde dos trabalhadores.

As Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho (NR), que disciplinam as exigências da atividade do gari são várias, como podemos ver na NR1, NR5, NR6, NR15, NR17, NR21, NR24 que regulam respectivamente sobre empregado e empregador, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Equipamento de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), insalubridade, ergonomia, trabalho ao ar livre e condições sanitárias. Estas diretrizes são de suma importância para o ambiente de trabalho dos garis, mas os riscos envolvidos estão muito além dos estabelecidos em lei, o que resulta em danos à saúde do trabalhador, ou seja, a legislação criada para proteger o bem-estar do colaborador não está adaptada a real situação que esses trabalhadores estão acostumados. (CAMPOS, 2016).

Os materiais de trabalho que as *garis-vassoureiras* do CHM utilizam para fazer a limpeza pública em seus setores/territórios de trabalho são: o uniforme de cor laranja com faixas refletoras e a vassoura com cerdas de *nylon* e cabo de madeira, porém, elas adaptam as vassouras (Fig.49), aumentando o seu tamanho com um pedaço de cano de PVC (Policloreto de Vinila), fazem isso para melhorar na varrição, ajudando na retirada dos resíduos de lugares mais difíceis, bem como para manter o equilíbrio das mãos e evitar dores nas costas. Cada *gari-vassoureira* tem seu próprio material de trabalho, no qual são marcados com tinta o seu nome e horário que trabalham. Quando a vassoura é danificada, recorrem a materiais que estão sobrando de alguma colega que faltou ou que está de férias.

Figura 49- Vassouras com identificação e ajuste de tamanho com cano de PVC



Fonte: Silva, G. C. 2021

A demanda por material é muito grande e nem sempre é suprida imediatamente, pois, deve-se fazer, primeiramente, uma solicitação ao setor de almoxarifado da SEMUSLP, através de documento assinado pelo supervisor noturno e pelo supervisor geral, para que sejam adquiridos novos materiais (Fig.50). Geralmente esta solicitação tem de ser feita a cada duas semanas, em alguns casos o material é entregue rapidamente, em outros é preciso refazer a requisição, o que faz com que as *garis-vassouzeiras* reclamem da falta dos materiais e fiquem desmotivadas a trabalhar, devido os instrumentos já se encontrarem desgastados e/ou quebrados.

Figura 50- Materiais de trabalho recém chegados da SEMULSP



Fonte: Silva, G. C. 2021

No período da pandemia de Covid-19 a oferta de materiais de trabalho passou por restrição, visto que a circulação de pessoas nas ruas da área comercial diminuiu em função do fechamento temporário das lojas. Assim, os pedidos por materiais, especialmente as vassouras, que esperavam a cada duas semanas para serem atendidos, passaram a se estender por mais tempo, diminuindo o ritmo da atividade das *garis-vassouzeiras* que mesmo com o comércio fora de funcionamento continuavam nas ruas com seu objeto de trabalho em péssimas condições

de uso. Entretanto, com a volta das atividades comerciais no CHM a demanda por vassouras passou a ser semanal, o que favoreceu o serviço de varrição, pois, a chegada de novos materiais em tempo hábil, fez com que as *gari-vassouzeiras* se sentissem menos prejudicadas em função dos novos instrumentos de trabalho.

Nessas condições, ao observamos as *gari-vassouzeiras* nas ruas do CHM, constatamos que o crescimento da demanda por vassouras novas e a dificuldade na sua disponibilidade, geram comportamentos que interferem no serviço de varrição, em que o zelo e a atenção com tais materiais, diminui a intensidade da atividade e, ao mesmo tempo, aumenta a quantidade de pequenos resíduos deixados nas vias. Assim, é possível perceber que o descontentamento em relação aos materiais de trabalho é unânime entre todas as entrevistadas, visto que além de prejudicar a eficiência do serviço também são inadequados para a estrutura corporal das *gari-vassouzeiras*, gerando desconforto e dores, que podem resultar em doenças ocupacionais.

As falas abaixo representam o descontentamento quanto ao tipo de material de trabalho e sua qualidade:

As vassouras são muito curtas e não dão apoio para os braços, temos que aumentar o tamanho com cano para usar, para não doer as costas e não forçar a coluna. A qualidade é mais ou menos, mas com tanto lixo em buracos a vassoura quebra rápido. (Gari-vassouzeira 2, nov./2021)

Tenho que colocar um pedaço de cano para dar mais apoio e equilíbrio para as mãos e também dá mais segurança na hora de segurar. A qualidade é boa, mas com tanto lixo fica desgastada muito rápido, deveriam deixar uma de reserva, porque só uma vassoura para cada uma não dá. (Gari-vassouzeira 4, dez./2021)

A durabilidade desses materiais fica em risco diante dos inúmeros buracos, valas e frestas que existem nas ruas do CHM, o que demanda maior esforço físico das *gari-vassouzeiras* que não conseguem retirar todos os RS, no qual este empenho acaba danificando as vassouras, necessitando que sejam repregadas no dia seguinte pelas próprias *gari-vassouzeiras*, até que consigam uma nova. Em geral, os instrumentos de trabalho são precários e de baixa qualidade.

O acesso às vassouras, extras/reservas, só é permitido pela encarregada do horário, que distribui, empresta e guarda os materiais de trabalho no depósito da *Garaginha*. Quando uma vassoura quebra ao longo do percurso no território de trabalho, cabe aos fiscais nos caminhões sempre vigilantes trocá-las, provisoriamente, por outra nova (Fig.51), mas somente para aquela noite, sendo necessário devolver ao fiscal no final do expediente.

Figura 51- Material reserva a disposição dos trabalhadores da limpeza pública



Fonte: Silva, G. C. 2021

No que se refere ao uniforme, os TLP recebem da SEMULSP uma jaqueta de mangas compridas e uma calça, além de botas, chapéu, luvas e máscaras de proteção contra a Covid-19. Entretanto, são vários os modelos que vemos pelos logradouros da cidade e que durante o campo, podemos notar que existem diferenças entre os uniformes dos trabalhadores subordinados a SEMULSP e dos servidores terceirizados, este fornecido pela empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda. Logo, o uniforme com detalhes em verde nas extremidades é característico dos que trabalham na empresa terceirizada. Os trabalhadores e trabalhadoras vinculados a SEMULSP possuem uniformes com detalhes em amarelo.

Esta condição distingue visualmente as *garis-vassouzeiras* das *garis* terceirizadas, tanto no ambiente de trabalho quanto na forma de contrato com a SEMULSP, pois como podemos perceber o uniforme das *garis* terceirizadas é composto por todos os itens de segurança necessários para a atividade de varrição, como: chapéu, óculos, luvas, máscara e botas de proteção. (Fig. 52)

Figura 52- Uniforme gari terceirizada

Fonte: Silva, G. C. 2021

Já as *gari-vassoueiras*, com contrato direto com a SEMULSP, trabalham em condições precárias, quando nos referimos aos EPIs. O uniforme é o único meio que possuem para se protegerem das adversidades do trabalho noturno, visto que não têm os mesmos equipamentos de proteção que as *gari* terceirizadas. Elas trabalham com o uniforme customizado por elas, sem luvas, algumas sem botas, sem máscaras e sem chapéu, ou seja, não atuam com os EPIs necessários e obrigatórios para a sua segurança laboral (Fig.53). No entanto, algumas semelhanças podem ser identificadas quando comparamos as duas imagens, no qual o uniforme da cor laranja aparece em ambas as *gari-vassoueiras*. A tonalidade laranja as identifica como trabalhadoras da limpeza pública da cidade.

Figura 53- Uniforme Vassoureira SEMULSP



Fonte: Silva, G. C. 2021

Em relação ao uniforme utilizado pelas *garis-vassouzeiras* do CHM, pode-se dizer que existe um padrão requerido pela SEMULSP, mas que devido à temperatura calorenta da cidade, elas acabam fazendo ajustes no material de trabalho. Em alguns casos as jaquetas perdem as mangas e as calças viram bermudas, sendo que em noites mais quentes muitas retiram a jaqueta e passam a trabalhar com blusas mais curtas e que não proporcionem tanto calor, pois, fica muito desconfortável trabalhar com um uniforme de mangas compridas em pleno verão amazônico. Como podemos ver na (Fig.54) abaixo:

Figura 54- Uso parcial do uniforme



Fonte: Silva, G. C. 2021

O uso de EPIS no trabalho é de suma importância para que as trabalhadoras possam exercer suas funções com segurança, principalmente em tempos de pandemia. A disponibilidade diária desses equipamentos tem sido um problema grave entre a categoria, sendo que sua falta ou má conservação expõe as trabalhadoras a acidentes e a riscos de contaminações. Dessa forma,

o TPL deve ser corretamente treinado para aprender como realizar a sua atividade, para que possa executá-la do modo mais eficiente possível. “A educação usual sobre práticas laborativas seguras, utilização de equipamento de segurança pessoal, e quais as ferramentas a usar e como usá-las com segurança, é importante na prevenção de lesões agudas.” (COSTA, 2007, p.47)

Assim, os EPIs necessários para o dia a dia dos TLP nem sequer ou eventualmente são utilizados no território de trabalho, o que demonstra a falta de responsabilidade com as normas de proteção, principalmente, contra a Covid-19. No entanto, durante os períodos de maior incidência de casos da doença a SEMULSP, optou por manter em casa os profissionais acima dos 60 anos, mas com a vacina em dias todos retornaram ao trabalho. Algumas das *gari-vassoureiras* relatam que já tiveram a doença, outras não souberam dizer se foram contaminadas, uma vez que tiveram apenas uma gripe leve, gerando apenas suspeitas. No entanto, o que provocou mais indignação entre as nossas entrevistadas, foi o fato dos EPIs direcionados ao combate ao vírus terem sido deixados de ser disponibilizados pela SEMULSP.

Eis as falas sobre o fornecimento de máscaras de proteção e álcool gel para as mãos:

No começo da pandemia a gente sempre tinha máscara e álcool gel, mas a prefeitura deixou de mandar essas coisas pra gente, hoje trabalho sem máscara porque não tenho dinheiro pra tá comprando e a que eu uso é só pra entrar no ônibus. (Gari-vassoureira 1, nov./2021)

As máscaras que davam foi só início da pandemia mesmo, hoje não dão mais nada e se não trazer de casa não tem! Tem muitas que trabalham sem máscara, mas também a noite não tem ninguém, então não acho arriscado. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

É importante frisar sobre a continuidade da pandemia, mesmo depois da vacinação completa, em que a cada dia surgem novas variantes que podem gerar quadros de infecções graves para os que estão nas faixas de risco, como grande parte dos TLP. É bom lembrar que a categoria no momento da entrevista já havia sido vacinada com as duas doses e a dose de reforço, porém, a falta desses EPIs revela o descaso com a saúde de todos, já que precisam se proteger não só do vírus e suas variantes, mas também do contato com superfícies e objetos contaminados, de modo a evitar outras doenças.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Norma Reguladora 6 (NR6) representa a união de várias portarias que tratam dos EPIs a serem utilizados nos mais diversos ambientes de trabalho, de forma a proteger contra riscos e ameaças que possam causar algum dano à saúde do trabalhador. Considerando os TLP, a NR6 prevê que se deve utilizar proteção nos seguintes casos: para a cabeça contra riscos de origem térmica, para os olhos e face através de óculos, para as vias respiratórias com máscaras, vestimentas para proteger

tronco, membros superiores e inferiores, bem como luva e calçado/bota contra agentes cortantes e perfurantes (Portaria SIT n.º 194, de 07 de dezembro de 2010; MTE, 2018).

A NR6 também destaca as responsabilidades do empregador: a) aquisição do equipamento adequado para cada atividade; b) exigir o uso; c) fornecer equipamentos devidamente aprovados pelo órgão nacional competente; d) treinar o trabalhador sobre o uso adequado; e) substituição dos EPIs quando necessário; f) higienização e manutenção periódica; f) comunicar as irregularidades observadas e; h) registrar o fornecimento dos EPIs aos trabalhadores (NR6, Portaria SIT n.º 107, de 25 de agosto de 2009; MTE, 2018).

Entretanto, as normas especificadas acima acabam sendo ignoradas no cotidiano de trabalho das *garis-vassouzeiras*, onde a falta dos EPIs é comum no ambiente laboral e principalmente em tempos de pandemia, uma vez que a ausência de máscaras e álcool gel podem resultar em exposição ao vírus, mesmo que no período noturno não haja a mesma aglomeração do horário diurno. Em relação às responsabilidades do empregador, até existe uma preocupação dos coordenadores da sede da *Garaginha* com a distribuição desses objetos, porém, dependem de decisões dos responsáveis pelo setor diretamente na SEMULSP que nem sempre atendem as necessidades dos trabalhadores.

Alguns EPIs, em geral, as botas de segurança, causam desconforto e acabam sendo substituídos por calçados que não oferecem proteção efetiva, já que as *garis-vassouzeiras* utilizam tênis, sapatilhas e até chinelos para realizar o serviço de varrição, sendo que estes não são condizentes com as políticas de defesa, estabelecidas pelos órgãos responsáveis. Essa conduta também passa “despercebida” ou é “tolerada” pela SEMULSP, o que pode gerar acidentes graves, pois, não são apropriados para o trabalho nas ruas. “Esta situação gera insegurança do gari, além do mesmo ser obrigado a investir em calçados com o seu próprio salário.” (COSTA, 2007, p.109)

Sobre os EPIs, sua qualidade e disponibilidade temos as falas:

A gente recebe farda, botas e vezes dão luvas, mas é bem raro. Eu uso chinelo porque não gosto das botas, são pesadas e dói no pé. As máscaras e álcool gel só deram no começo da pandemia, hoje não dão mais nada, trabalhamos com farda velha. Eu até uso máscara, mas eu gosto de fumar e as vezes tiro. Deveriam comprar uma bota mais leve e dá novamente máscara e álcool gel como antes. (Gari-vassouzeira 1, nov.2/2021)

A bota eu não uso porque não tem meu número, que é 33 aí eu venho com uma sapatilha que é mais leve. As luvas nem sempre a secretária dá. Os terceirizados tem mais coisas e trabalham com todos os materiais porque é obrigado pela empresa, aqui somos abandonados. A

qualidade dos materiais é boa, mas tem que cuidar para não estragar porque demoram pra dar e aqui tem muita gente que trabalha com a farda antiga. (Gari-vassoureira 3, nov./2021)

Segundo Bandeira e Almeida (2015) por ser maioria no ambiente de trabalho da limpeza urbana, as mulheres ainda enfrentam com a inadequação dos equipamentos de proteção. Comumente são utilizados padrões de medidas consideradas universais, a partir do corpo masculino, o que gera doenças como posturas incorretas, fadiga muscular, entre outras enfermidades que podem acometer as mulheres ao longo de seu trabalho. Dessa forma, os EPIs disponibilizados pela SEMULSP precisam respeitar as características físicas e as necessidades das trabalhadoras. É necessário, pensar, também nas exceções, como no caso da bota número 33, que não é fornecida pela SEMULSP, mas que apresenta demanda entre as *garis-vassoureiras* de estatura baixa.

Para as mulheres que trabalham durante o turno da noite o uniforme além de ser considerado um material de trabalho, por caracterizar quem realiza o serviço de limpeza pública na cidade, também é visto como um EPI, uma vez que as protegem de acidentes de trânsito. Conforme o Brussi (2017), as trabalhadoras da limpeza urbana têm como característica principal o seu uniforme de trabalho, além de ser um instrumento de identificação junto aos demais. A cor desse uniforme é escolhida pensando nos riscos que elas sofrem nas ruas, sendo que apresentam cores características com objetivo de proteger as *garis* dos perigos das vias, sendo também uma forma de destacar seus corpos para serem vistos.

Além de proteger contra os perigos, o uniforme faz parte da apresentação visual das *garis-vassoureiras* diante da sociedade, já que o fato de modificarem o fardamento não significa apenas fugir das altas temperaturas de nossa cidade, mas também é uma forma de evidenciar a sua beleza. Geralmente, os uniformes possuem aspectos masculinos, ou seja, as peças são grandes e largas, o que gera desconforto e disfarça a silhueta feminina, o que pode influenciar na autoestima dessas mulheres. Nessas condições, as vestimentas de trabalho não apresentam aspectos da feminilidade das *garis*, pois, não as deixam bonitas, sendo que os tamanhos disponibilizados são pensados e confeccionados tendo como referência o corpo masculino. Em razão do uniforme ser obrigatório, não tem como livrar-se dele, então, as mulheres buscam outras formas de “compensar a feiura” (BRUSSI, 2017, p.53).

Dessa forma, os responsáveis por fornecer os EPIs precisam buscar alternativas mais democráticas para homens e mulheres que considerem o tipo de material no qual o equipamento foi confeccionado, sendo mais leves, de maior resistência e durabilidade e também com preço acessível e de fácil aquisição. O que melhoraria a disponibilidade e a regularidade com que o

EPI é fornecido aos trabalhadores e aboliria a padronização destes materiais, caso contrário, as *garis-vassouzeiras* tendem a continuar a substituir e modificar as suas ferramentas de trabalho, mesmo que corram riscos à saúde física e emocional.

3.3 O Ambiente e a Saúde das *Garis-Vassouzeiras*

Por ser uma profissão que requer movimentação contínua, as *garis-vassouzeiras* precisam desenvolver habilidades que façam com que seu trabalho possa ser realizado de forma concreta, onde a agilidade, o foco e a disposição são características que revelam a efetividade do serviço executado nas ruas, sendo assim, competências indispensáveis para os que trabalham na limpeza pública. Dessa forma, está atento as mudanças que ocorrem no território de trabalho fazem com que acidentes sejam combatidos ou minimizados, pois, resultam em uma visão geral do que acontece a sua volta. Facilitando a identificação de possíveis locais de perigo ao realizar a atividade naquele lugar.

Assim, é notório que o território de trabalho das *garis-vassouzeiras* possui, ao longo de seu percurso, perigos ligados a diversos agentes externos que podem afetar fisicamente, biologicamente e psicologicamente a saúde dessas trabalhadoras, visto que a falta de infraestrutura adequada além de causar acidentes também pode gerar transtornos ao decorrer da jornada de trabalho. É comum no CHM encontrar espaços onde existem buracos nas vias, bueiros sem tampas, calçadas desniveladas, ausência de pavimentação e terrenos abandonados. O risco de cair, escorregarem ou torcerem o pé é grande. Daí o uso de todos os equipamentos de proteção é indispensável, contribuindo para que o risco seja minimizado e proteja não só a saúde, mas a integridade física das *garis-vassouzeiras*. Brussi (2017) destaca que os danos à saúde do trabalhador geralmente estão relacionados ao corpo ou à mente, mas isso não quer dizer que a interação entre os dois seja obrigatória, já que podem afetar de forma distinta o bem-estar do colaborador, sendo a manifestação dos sintomas integrando aspectos físicos e mentais ou apenas um desses.

As falas a seguir nos mostram um pouco dos perigos no território de trabalho das *garis-vassouzeiras*, onde uma revela: *já sofri acidente de carro, estava varrendo o meu setor quando um carro veio com tudo e me atropelou, mas ainda bem que não foi grave fiquei alguns dias no hospital.* (Gari-vassouzeira 1, nov./2021). Outra destaca: *quando eu trabalhava na capinação uma pedra acertou minha boca e como a gente não usava máscara eu não prestei atenção que estava muito perto da roçadeira.* (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

A Av. Eduardo Ribeiro, a principal do CHM, possui inúmeros bueiros entupidos e é onde as *garis-vassouzeiras* sentem mais dificuldades no trabalho de varrição, pois, devido à

escuridão muitas bocas de lobo ficam escondidas durante a noite e/ou estão cheios de resíduos, mascarando a profundidade e o perigo aos trabalhadores e pedestres. Além disso, observamos ligações de energia em péssimas condições, descascadas, com defeito ou sendo utilizadas de forma ilegal (Fig.55), o que pode gerar perigo a saúde e a vida destas trabalhadoras e, também, da população, caso encostem. É necessário prestar atenção, principalmente próximo às barracas dos camelôs e caixas de força das praças que sempre ficam expostas no ambiente, podendo causar choque elétrico.

Figura 55- Caixa de força do coreto da praça Sete de Setembro



Fonte: Silva, G. C. 2021

Pelo fato da área de estudo ser um ambiente com estabelecimentos comerciais fechados e pouca movimentação durante a noite, não é fácil encontrar locais que disponibilizem água potável e nem sempre as *garis-vassouzeiras* possuem dinheiro para comprar dos ambulantes. Então a água que utilizam para beber durante o trabalho é fornecida pela *Garaginha*, por um bebedouro (Fig.56) que abastece a toda a categoria nos três turnos. As *garis-vassouzeiras* que trazem suas garrafas fazem uso do bebedouro, mas o abastecimento de água durante o percurso no território de trabalho é feito pelos fiscais de cada setor, onde eles levam água e copos descartáveis ou reabastecem a garrafas.

Figura 56- Bebedouro Garaginha



Fonte: Silva, G. C. 2021

No que diz respeito ao acesso a sanitários, é praticamente impossível de se encontrar um lugar adequado no CHM quando se trabalha a noite, a não ser em bares das proximidades, porém, pedir para utilizar o banheiro nestes locais faz com que as *garis-vassoueiras* sintam receio, pois, existe muito preconceito e discriminação envolvida. Isso quer dizer que os clientes dos estabelecimentos não se sentem à vontade com a presença das *garis-vassoueiras*, no mesmo ambiente que eles, e acabam causando constrangimentos com olhares atravessados, o que faz com que elas se sintam desvalorizadas. Esta situação faz com que elas busquem por lugares aleatórios e os transformem em banheiros, prejudicando a saúde quanto aos riscos de infecções por falta de higiene adequada, picadas de insetos e outros agentes causadores de doenças que podem ocorrer em locais escuros, insalubres e cheios de lixo.

Eis as seguintes falas sobre o assunto:

Quando eu comecei a trabalhar aqui eu esperava até chegar em casa, hoje já me acostumei e sempre que quero procuro um local escuro para ir, como os prédios abandonados. Tem também os banheiros dos bares ali perto do terminal, mas não gosto de ir porque sempre jogam piadinha. (Gari-vassoueira 2, nov./2021)

Outra relata que a noite não tem nada aberto para a gente ir ou pedir, as vezes eu procuro algum lugar escuro e escondido como atrás de alguma árvore, mas é perigoso. (Gari-vassoueira 3, nov./2021)

Entretanto, durante o dia a SEMULSP disponibiliza um banheiro químico (Fig.57) para os TLP, em geral, que fica localizado na Praça da Matriz. Entretanto, além de ser usufruído pela categoria da limpeza também é utilizado pelos moradores de rua daquela área, bem como por quem passa por ali. Tal fato, pode acarretar conflitos e mal uso da cabine, da mesma forma que consegue influenciar nas condições sanitárias e de saúde pública do ambiente, visto que

geralmente urinam longe do local adequado, o que acaba escorrendo para fora da cabine.

Figura 57- Banheiro químico SEMULSP / dia



Fonte: Silva, G. C. 2022

Brussi (2017), revela como as garis trabalham em períodos chuvosos, uma vez que elas devem ficar atentas as mudanças no clima em determinada época do ano. Dependendo do clima muitas já se posicionam mais perto das marquises para se abrigar se caso a chuva cair. Pode-se dizer que é atribuição das próprias trabalhadoras garis de bolar estratégias para se protegerem dos efeitos climáticos, deixando a responsabilidade do empregador de fora. Além disso, as condições ou mudanças do clima são capazes de ser empecilhos para que o trabalho seja realizado de forma efetiva e podendo causar várias doenças respiratórias.

Contudo, em noites chuvosas a dificuldade em buscar abrigo é comum no CHM, não pela quantidade de marquises, sendo que o local é repleto delas, mas pelos riscos encontrados ao esperar a chuva passar. Corre-se o risco de serem mordidas por animais ou sofrerem algum tipo de discriminação pelos donos do local, ou violência como assaltos e ameaças, cometidos por ladrões e traficantes respectivamente. A exposição do corpo sob a chuva pode culminar em aparecimento de doenças. As condições de trabalho são precárias e se agravam em períodos de maior pluviosidade.

Por esses motivos as *garis-vassoureiras* preferem seguir com a varrição e só realmente param quando chove com maior intensidade: *quando chove forte eu paro nas marquises, mas se for ficando tarde e a chuva não parar eu continuo varrendo até terminar meu setor. A gente só tem mal a farda, capa de chuva já é pedir muito.* (Gari-vassoureira 1, nov./2021)

Vejamos outro relato sobre o tema:

Fico trabalhando até não engrossar depois procuro por alguma

cobertura, mas não fico muito tempo porque ficam só de olho na gente pra querer roubar e também tem os “caras” que pensam que a gente tá olhando pra eles, mas se tiver só chuveirando eu vou varrendo, quero terminar logo o meu setor. (Gari-vassoureira 5, dez./2021)

Dessa forma, grande parte das mulheres que trabalham nos logradouros públicos do CHM relatam que não se sentem saudáveis, visto que além de possuírem comorbidades, como, por exemplo, pressão alta, ainda possuem algum tipo de enfermidade de cunho pessoal ou as chamadas “doenças de trabalho”. Alguns fatores podem ser mencionados quando destacamos a saúde do trabalhador ao relacionarmos as suas características individuais e sua situação socioeconômica, essas interagem de diversas formas, inclusive entre si e com o corpo do servidor. (COSTA, 2007)

Na tabela 9, identificamos as doenças mais comuns entre as *garis-vassoureiras* entrevistadas:

Tabela 9 - Principais doenças

Ordem	Doença
1	Pressão alta
2	Diabetes
3	Artrose
4	Artrite
5	Tensão muscular
6	Fadiga
7	Pneumonia
8	Micoses
9	Depressão

Fonte: adaptado pela autora, 2021

Nessas condições, as dores sentidas pelas *garis-vassoureiras* durante o trabalho de varrição promovem desconforto tanto físico quanto mental, sendo que as mais frequentes estão localizadas em: braços e pernas, dores nas articulações, bem como nas costas e no peito que aliados ao cansaço interferem na relação saúde-trabalho e conseqüentemente na higidez do meio ambiente urbano. Brussi (2017, p.73) afirma que as dores no corpo e membros superiores e inferiores são dores que não podem ser percebidas ao olho nu, nem por marcas e/ou cicatrizes, por isso a trabalhadora não se sente valorizada ou não é ‘percebida’. Com o agravamento das dores e da exaustão durante e após o trabalho, uma das alternativas para aliviar os sintomas têm sido o pronto atendimento. Em muitos casos só se tem uma preocupação maior com a saúde

quando a situação chega ao limite e o quadro clínico se encontra avançado, o que gera incômodo, sequelas ou incapacidade para o trabalho e as tarefas extra laborais (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Percebe-se entre as *garis-vassouzeiras* a predominância das dores localizadas nos membros superiores e inferiores, em decorrência do movimento repetitivo com os braços e as distâncias que percorrem todos os dias, no qual interferem ativamente na saúde dessas mulheres. As reclamações são constantes entre as *garis-vassouzeiras* quanto as dores nos braços. Apenas uma de nossas entrevistadas alegou não sentir nenhuma dor ou desconforto, uma vez que utiliza chás medicinais para evitar problemas nas articulações.

Brussi (2017), ainda reforça que a dor, ao trazer desconforto e afetar a qualidade das atividades diárias, nas esferas domésticas e de trabalho ou de lazer, faz com que seja interpretada como um motivo vago para não realizar a função, visto que não se tem a comprovação da doença na ausência de marcas no corpo, sendo desconsiderado os sintomas internos. No caso das *garis-vassouzeiras* a dor pode ser sentida em várias partes do seu corpo e mesmo assim continuam trabalhando como se nada estivesse acontecendo, só buscam por ajuda médica em casos extremos, dado que em muitas ocasiões se sentem desacreditadas por seus superiores. A frequente ida ao médico pode ser compreendida como uma forma de conseguir atestados para não ir ao trabalho ou para cobrir alguma falta.

Diante do cansaço e do desconforto sentido pelas *garis-vassouzeiras* durante o trabalho, algumas buscam amenizar os sintomas fazendo pequenas pausas na atividade, o que nem sempre é bem-visto pelos fiscais, mas o fato de já serem “mulheres de idade” e já trabalharem há muitos anos na varrição faz com que os mesmos desconsiderem as paradas, desde que o serviço seja feito corretamente. Entretanto, a pausa, por mais que seja necessária, é entendida pelas *garis-vassouzeiras* como uma conduta que irá atrasar o percurso diário feito no setor, podendo influenciar na perda de sincronia em relação as outras colegas, assim como prolongar o horário de sua saída, pois, quem termina mais cedo pode descansar ao esperar pela rota ou poder ir em seguida para casa.

Além das dores e dos desconfortos vivenciados pelos que trabalham na limpeza pública, Bandeira e Almeida (2015), também relatam que existem situações que são prejudiciais à saúde das *garis* e que resultam da exposição e manuseio de lixo e produtos com forte odor desagradável ou que sofreram mudanças em função do clima ao longo do tempo. Assim, manusear os RS, como já mencionado, causa as *garis-vassouzeiras* uma sensação de receio constante de contraírem alguma doença. Tal fato, faz com que elas apenas varram os logradouros

sem que haja nenhum tipo de contato direto com o lixo acumulado, como vimos nas imagens acima.

Devemos destacar a questão do contágio por Covid-19, onde muitas relatam que além da contaminação por esgoto, fezes e urina de ratos e baratas elas também temem que algum resíduo possa apresentar o vírus, já que dentro da categoria ocorreram muitos casos de infecção nos períodos mais severos da pandemia. O que aumentou o medo de utilizar as mãos, visto que tanto os homens quanto as mulheres não utilizam luvas de proteção. Costa (2007), nos informa que os agentes biológicos se instalam nos RS e podem ser veículos de contágio direto e indireto de doenças, onde os principais organismos que disseminam a contaminação são animais e insetos (ratos, baratas e, moscas e mosquitos), fazendo dos RS locais de sobrevivência e proliferação.

A exemplo de uma de nossas entrevistadas que nos disse não se importar em utilizar as próprias mãos, sem qualquer tipo de proteção ou luva para retirar os RS dos lugares mais difíceis que encontra em seu território de trabalho. Atualmente, tem passado por problemas dermatológicos, como coceiras e manchas pelo corpo, que influenciam negativamente na execução do trabalho, sendo que a incomoda e ao longo do trajeto tem que fazer pequenas pausas na varrição para amenizar os sintomas: *“acho que pequei essa coceira do dia que eu puxei com força um saco de um buraco, quando ele veio a água que tinha nele caiu no meu peito e nos meus braços, depois disso comecei a sentir as coceiras”*. (Gari-vassoureira 5, dez/2021)

Uma das *gari-vassoureiras* nos disse que sofre de depressão. Ela perdeu seu filho mais velho e o seu sentido de viver. O trabalho nas ruas dá a ela certa motivação para sobreviver e zelar pelos outros filhos e netos. Além do que a faz amenizar, mesmo que por algumas horas, a tristeza que sente, uma vez que possibilita que ela possa interagir com outras pessoas, colegas de serviço e também pensar no seu futuro e no da sua família.

Ela observa:

Quando eu perdi meu filho, o mais velho que me ajudava em tudo, fiquei muito triste. Quase não saía de casa e quando eu saía era para trabalhar e mesmo no trabalho eu estava triste. Foi passando o tempo e eu vi que meus outros filhos precisavam de mim e nesse momento eu sabia que tinha que sair da depressão, mas a dor é muito grande e eu não consigo. Aqui no trabalho eu converso com minhas colegas, vou no culto e vejo que com o tempo tô melhorando. (Gari-vassoureira 4, dez./2021)

Perante os riscos ao seu bem-estar que as *gari-vassoureiras* enfrentam todos os dias em seu ambiente de trabalho, podemos mencionar o plano de saúde que elas possuem na ManausMed, que oferece atendimento em diversas especialidades, mas que apresenta problemas

internos quando se deseja marcar exames e consultas, uma vez que os meios utilizados para a solicitação destes serviços são falhos e demorados. Entretanto, é perceptível que mesmo com dificuldades na execução, as *garis-vassouzeiras* confiam na eficiência do plano de saúde. Outras buscam primeiramente o atendimento rápido nos prontos socorros da cidade, para depois recorrerem ao plano, numa tentativa de aliviar suas dores e desconfortos mais urgentes, como podemos perceber: *quando eu sinto alguma dor ou adoção procuro a assistente social e consigo pelo convênio, mas quando a dor é muito forte vou direto no hospital, pego o atestado e levo pra assistente social me encaminhar pra fazer exames.* (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

Os anos de dedicação ao serviço nas ruas da cidade, fez com que os corpos dessas mulheres sofressem mudanças significativas e a principal delas foi o peso e a textura da pele. Estas transformações ocorreram em função de fatores internos e externos ligados ao cotidiano de trabalho e aos acontecimentos na vida pessoal e que hoje são marcas de um tempo em que trabalhavam no horário diurno, enfrentando a radiação solar e as altas temperaturas, sem utilizar protetor solar e percorrendo grandes distâncias.

Vejamos as falas das *garis-vassouzeiras*...

Logo que comecei a trabalhar na SEMULSP, eu era bem gordinha. Com o tempo eu fui emagrecendo, acho que era porque eu tinha que andar muito, trabalhava no sol quente e nem sempre tinha dinheiro pra lanchar. (Gari-vassouzeira 1, nov./2021)

A outra nos disse:

Quando eu comecei a trabalhar era duro, a gente trabalhava muito e no sol era mais difícil ainda, nesse tempo eu emagreci um pouco, mas foi depois que fiquei com depressão que eu emagreci mesmo, eu não conseguia comer e o calor me incomodava. Foi assim que passei para a noite. Hoje, além dos remédios caseiros que sempre tomo, eu procuro tomar umas vitaminas para me manter mais forte na varrição, pois meu setor é grande e nem sempre dou conta. (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

Em outro relato temos:

Quando eu entrei na SEMULSP, eu trabalhava de dia, mas sempre tive dificuldade porque eu ficava queimada do sol muito rápido, foi passando o tempo e vejo que hoje a minha pele sempre tá ressecada, parecendo que tá descascando. O bom de trabalhar a noite é que não tem sol. Magra eu sempre fui, acho que é comum entre os garis, a gente anda muito e isso acaba emagrecendo. (Gari-vassouzeira 5, dez./2021)

Dessa forma, estar saudável significa que poderão cumprir com suas tarefas determinadas, além de estarem mais dispostas quando consideramos a dupla ou segunda jornada de trabalho, onde são responsáveis pelos afazeres domésticos, de cuidado com a casa, filhos,

marido e parentes, bem como exercem o papel de chefes de família. Portanto, é importante que a relação entre saúde e trabalho não seja afetada, evitando que as garis não consigam trabalhar, abalando toda uma estrutura de vida e familiar (BRUSSI, 2017).

Assim, o espaço de trabalho das *garis-vassouzeiras* do CHM apresenta diversos fatores que envolvem a falta de investimentos por parte dos gestores municipais que deveria prevenir as doenças camufladas em resíduos no setor de cada uma dessas mulheres, bem como buscar desenvolver melhores condições de trabalhos. Para que as dores, o desconforto e o cansaço não sejam tão sentidos ao longo do percurso que fazem diariamente, além de melhoria na infraestrutura urbana, precária, que afeta não só a saúde dessas trabalhadoras, mas também de todos que frequentam e trabalham na área. Contudo, conservar o ambiente não significa apenas limpar, requer cuidados que visem o bem-estar, a segurança e a saúde pública e pessoal dos que realizam suas atividades e convivem no dia a dia do CHM.

3.4 Violência no trabalho

O cenário de quem trabalha pelos logradouros do CHM, principalmente no horário noturno, mostra que as *garis-vassouzeiras* sofrem pressão de duas formas, tanto pelo fato de serem trabalhadoras quanto pelo caso de serem mulheres. O que significa dizer que as *garis-vassouzeiras* são constantemente alvo de discriminação e violência, sendo o trabalho visto como sujo e desvalorizado socialmente. Geralmente, as mulheres são vistas como frágeis, o que acarreta frequentes casos de agressão física e psicológica no ambiente de trabalho, enquanto o mesmo não ocorre com tanta frequência e intensidade com os homens.

Por ser considerado um serviço essencial as *garis-vassouzeiras* encaram cotidianamente muitos desafios ao longo de sua jornada de trabalho, geralmente relacionados a ações advindas de terceiros como a imprudência dos motoristas, com riscos de atropelamentos, a falta de segurança nas ruas que pode resultar em assaltos ou algum tipo de violência física, ou verbal durante e após o trabalho.

Uma das *garis-vassouzeiras* nos disse:

Acho que de todos os setores aqui do centro o setor da Matriz é o mais iluminado, mas mesmo assim já vi muitas colegas aqui no terminal da matriz serem quase atropeladas pelos ônibus que sempre passam muito rápido, a gente tem que trabalhar com atenção dobrada, porque os motoristas não querem saber se estamos trabalhando, passam bem perto da gente. (Gari-vassouzeira a 1, nov./2021)

A outra nos falou da falta segurança

A falta de segurança já é comum em todo o centro, acho que ele fica esquecido durante a noite e é aí que ocorre todo o tipo de coisa. Nós mulheres que trabalham a noite somos as mais prejudicadas, os delinquentes acham que somos frágeis ou alvos fáceis e sempre que podem ficam nos olhando de canto de olho, não existe um setor aqui no centro que não seja perigoso, ou por ladrões ou pelo tráfico, estas ruas parecem abandonadas durante a noite, mas se olhar direito percebe que ela é tão ativa quanto durante o dia. É difícil a gente ver os carreiros que trabalham com a gente se queixando que foram assaltados, os homens são mais respeitados, acho que é porque eles são homens. (Gari-vassoureira 4, dez./2021)

A Av. Floriano Peixoto por apresentar diversas paradas de ônibus, assim como as ruas próximas à Praça da Matriz são as que mais oferecem risco de atropelamento, visto que os veículos trafegam em alta velocidade e nem sempre os motoristas prestam atenção que os TLP estão por ali de cabeça baixa varrendo os resíduos nas calçadas e meio fio (Fig.58). O maior perigo de acidentes de trânsito ocorre no terminal da Matriz, local onde também tem intensa ocorrência de assaltos a categoria, todas as *garis-vassoureiras* trabalham apenas com itens essenciais para o seu dia a dia, como uma mochila com uma garrafa de água, seu vale-transporte, alguma vestimenta e às vezes o celular.

Figura 58- Perigo de atropelamento



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Desenvolver relações de amizade com os outros trabalhadores que estão pela área durante o horário noturno tem sido uma das estratégias utilizadas pelas *garis-vassoureiras* para diminuir as ocorrências de violência ao longo da jornada de trabalho, mas evitam o contato com moradores de rua. Sendo estes os mais temidos pela categoria, não pela violência em si, mas pela importunação durante a varrição e por receio de estarem sob efeito de drogas. Assim, camelôs, vendedores ambulantes, flanelinhas e dentre outros, incluindo os TLP tendem a se ajudar durante a noite, onde os acontecimentos são compartilhados e as ameaças são alertadas, de

forma de amparar um ao outro. Costa (2019, p.38) fala sobre o estigma negativo que as pessoas em situação de rua possuem:

Muitas vezes desdenhamos da sua presença, só vendo o que queremos ver, só vendo a caricatura que nós projetamos, a da violência, ociosidade e marginalidade. Talvez seja uma forma de impor sua visibilidade, ser protagonista, reafirmar sua existência, se mostrar nem que seja por um momento efêmero e fugaz de violência.

As relações construídas no ambiente de trabalho das *garis-vassouzeiras* têm como base a cortesia e o respeito, uma vez que a amizade com os vendedores (Camelôs e ambulantes) também é um modo que se tem para conseguir água. Tais relações são consideradas como uma característica positiva ao ambiente de trabalho que proporciona o compartilhamento cordial do espaço com outras pessoas que nada tem a ver com o ofício de varrição e coleta de RS. Assim, pode-se conhecer pessoas, fazer amizades, estabelecer trocas e favores entre os que trabalham a noite no CHM. No entanto, é na rua que podemos encontrar todo o tipo de gente e que com os vendedores fazem parte do ambiente de trabalho das *garis-vassouzeiras*. “Dessa forma, as trabalhadoras aprendem e constroem também, de certa forma, as regras da rua” (BRUSSI, 2017, p.109).

Diante disso, as *garis-vassouzeiras* dizem que já sofreram violência ou, já foram ameaçadas por PSR no CHM, em que ao reclamarem da falta de conscientização dos mesmos sobre a sujeira que espalham pelas vias da cidade, elas acabam correndo risco de serem agredidas. São comuns os casos de violência física e psicológica, praticadas contra as *garis-vassouzeiras* e que foram testemunhados por colegas de profissão.

Vejam algumas ameaças ocorridas com as *garis-vassouzeiras*: *já fui ameaçada de morte já e já vi uma colega apanhar de traficante, ela era nova no setor e ninguém tinha falado pra ele que ela era novata.* (Gari-vassouzeira 1, nov./2021) Outra nos contou duas situações que vivenciou: *sempre tem ameaças dos moradores de rua, eles jogam pedra em nós e ficam no meio quando estamos varrendo.* (Gari-vassouzeira 5, dez./2021).

Com o fechamento dos estabelecimentos comerciais e a ida dos funcionários e clientes para suas casas, é o silêncio que predomina nos logradouros do CHM durante a noite, tornando o ambiente mais perigoso e dando lugar a outro tipo de comércio, o das drogas. É neste cenário que as *garis-vassouzeiras* exercem seu trabalho, sendo que elas sentem o perigo real de serem atacadas fisicamente, inclusive a agressão citada acima é uma forma de punir quem não se identifica previamente, então buscam trabalhar de forma tímida e rápida para que não atrapassem o comércio ilegal instaurado nas vias mais calmas, porém, próximas a ambientes de recreação noturna de grande movimentação.

Observe algumas das situações perigosas que ocorreram no ambiente de trabalho das *garis-vassouzeiras* do CHM: *fui confundida com outra gari que tinha denunciado um morador de rua para a polícia, ele veio com uma faca me furar, ainda bem que o carreiro viu e não deixou nada acontecer comigo.* (Gari-vassouzeira 1, nov./2021); mais adiante outra revela: *co-migo nunca aconteceu nada, mas com algumas colegas sim, os traficantes colocaram os cachorros deles para cima delas.* (Gari-vassouzeira 3, nov./2021); outra comenta: *já fui perseguida por um morador de rua por vários dias que tive que mudar de setor.* (Gari-vassouzeira 4, dez./2021)

Nota-se que as situações perigosas que ocorrem durante o trabalho, afetam significativamente a segurança das *garis-vassouzeiras* e que se houvesse mais proteção dos órgãos públicos como ocorre durante o dia, muitas trabalhariam com menos receio. Durante o dia é comum ver policiamento no CHM, fazendo patrulhas nas diversas vias, principalmente em dias que antecedem feriados ou festejos tradicionais como o natal, o que diminui a ação de pessoas mal-intencionadas. Assim, durante o dia a segurança pública tende a proporcionar maior oferta de serviços que durante a noite, como patrulhas a pé e em viaturas, além do serviço do CIOPS por 24h, enquanto ao anoitecer apenas uma patrulha em veículos é oferecida. Entretanto, tais tratativas não surtem efeito, pois, a população não percebe os serviços do CIOPS, sendo este usado apenas para monitoramento das ocorrências na área central, que é passado para o serviço de patrulha para averiguação da ocorrência, mas que nem sempre chega a tempo de impedir o ocorrido.

No entanto, tais serviços fizeram com que a criminalidade criasse outras estratégias para cometer roubos e assaltos no Centro de Manaus, visto que saíram da área comercial e passaram a migrar para locais de difícil monitoramento, como no porto da cidade e no comércio ao seu redor. Assim como nos pontos de ônibus mais movimentados, como nos da Av. Epaminondas e principalmente no Terminal Central, onde ladrões disfarçam sua entrada em coletivos, afugentando e roubando os que entram com eles, após isso descem alegando terem pegado o veículo errado. Podemos notar que os modos operantes também mudaram, hoje não se rouba e sai correndo, atualmente existem grupos de pessoas, misturadas aos pedestres, que exercem juntas as práticas de roubo pela área, uma forma silenciosa e eficaz de cometer crimes.

Segundo Oliveira (2020, p. 289), “no aspecto de segurança e as questões sociais, o Centro Histórico está vulnerável 24 horas por dia, de domingo a domingo.” Isso acontece em função da ineficiência das políticas públicas que ocorrem no espaço, principalmente durante a noite, sendo que durante o dia o sistema de proteção coletiva tem sido feito pelo programa “Amazonas Mais Seguro” com policiais a pé a cada esquina da área comercial do CHM, com

veículos em rondas frequentes durante o dia. No entanto, o programa não ocorre durante a noite e os poucos policiais que patrulham a área se isolam em suas viaturas fazendo patrulhas somente nas vias principais e esquecendo as menores e paralelas do CHM.

Segundo o Ministério Público do Amazonas (MPAM) o programa foi lançado no dia 08 de junho de 2021 pelo Governado do Estado e SSP-AM e tem como objetivo a implantação de um novo sistema de câmeras inteligentes e concurso público para as forças de segurança. Enquanto isso vemos o descaso com a segurança nas ruas da cidade e principalmente no território de trabalho das *garis-vassouzeiras* que trabalham com medo e sem proteção efetiva do estado, ou seja, a sensação de insegurança é real e percebida a partir da proliferação das práticas ilegais no período noturno.

Dessa forma, são várias as modalidades de trabalho realizadas à noite no CHM, que assim como as *garis-vassouzeiras* também passam por situações de risco a vida, visto que a violência tem sido potencializada em função de fatores territoriais, econômicos e sociais, sendo que o centro fica praticamente abandonado nesse horário. Logo, incentiva a concentração de pessoas em vulnerabilidade social e financeira que sem alternativas de sobrevivência neste espaço passam a viver do cuidado do trabalho filantrópico de entidades religiosas e ONGs, se tornando os principais clientes dos traficantes da área e que acabam se envolvendo em assaltos e brigas por territórios.

Nesse contexto, as *garis-vassouzeiras* são as mais prejudicadas, já que estão nas ruas vulneráveis e sem apoio e proteção da segurança pública durante a noite. Podemos verificar no (Quadro 2), os territórios de trabalho das nossas entrevistadas e qual é o perigo característico destes espaços, visto que existem setores em que há regras estipuladas, como, por exemplo não furtar em locais de comércio de drogas.

Quadro 2- Perigos durante o trabalho noturno

Setor/Território de trabalho	Perigo predominante
15 de Novembro, Terminal central e Praça da Matriz.	Assalto, violência física e verbal e acidente de trânsito
Marechal Deodoro, Guilherme Moreira	Tráfico
Sete de Setembro e Floriano Peixoto	Assalto, violência física e verbal e acidente de trânsito
Eduardo Ribeiro e Praça Matriz	Assalto e violência física e verbal
Marcílio Dias, Dr. Moreira e Praça	Tráfico e violência física e

Terreiro Aranha.	verbal
-------------------------	--------

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

Percebe-se pelas falas das mulheres *garis-vassoueir*as que durante o dia elas são *invisíveis* para a sociedade que trabalha e frequenta o centro da cidade, enquanto a noite, elas se tornam alvos fáceis para a marginalidade do local. Elas consideram que sua farda de trabalho impõe um certo respeito e ameniza os riscos, pois, acreditam que por estarem com uniforme estão mais seguras, em função de estarem na área como trabalhadoras da limpeza pública e não como ameaça a traficantes e moradores de rua.

Os trabalhadores da limpeza pública que estão no ambiente laboral noturno no CHM, exercem suas funções em meio ao perigo real de serem atacados fisicamente e psicologicamente. O trabalho vem acompanhado do medo, da angústia e da inquietação, são sentimentos comuns das *garis-vassoueir*as, que, além de serem alvos fáceis de assaltantes, sofrem com ataques de assédio moral e sexual por homens que se encontram em bares das proximidades. Entretanto, os que mais importunam as *garis-vassoueir*as são as pessoas em situação de rua e os catadores informais de recicláveis, responsáveis por dificultar o trabalho de varrição. Assim, as *garis-vassoueir*as do CHM realizam o seu serviço em silêncio, sem dar opiniões ou reclamar de alguma coisa, já que os riscos são muitos, mas sua atividade tem um importante papel na conservação do meio ambiente, pois, garante que as vias da cidade estejam limpas e organizadas, mesmo perante às ações contrárias.

3.5 Reconhecimento/(in)visibilidade em ambiente noturno

Bandeira e Almeida (2015) comentam que as *garis* possuem uma percepção da invisibilidade que sofrem com base no que as autoras chamam de “processo de abjeção”, uma vez que esse tipo de situação ocorre diariamente tanto em suas vidas como no trabalho. Na qual a categoria é pouco valorizada pela sociedade em função de estar ligada ao seu objeto de trabalho, isto é, o lixo, que causa a sensação de contaminação para quem chega perto. Assim, o trabalho de gari em seu processo histórico, foi e parece destinado a segmentos mais pauperizados da classe subalterna.

É possível identificar que a maioria das *garis* são negras, com baixa escolaridade e pertencentes as classes mais baixas da sociedade, características que marcam esse tipo de trabalho. O processo de abjeção e invisibilidade se mostra na vida dessas mulheres através de inúmeras formas de violência, principalmente pela condição de serem encaminhadas para os serviços relacionados a limpeza e cuidados, tanto em ambientes privados quanto nos públicos. (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015).

Independente disso, o serviço de varrição envolve aspectos que podem ser notados ou não pela população, em razão de ser uma atividade essencial a sustentabilidade ambiental da cidade. A falta de coleta dos RS, gera transtornos a sociedade e impactos ao meio ambiente. A precariedade da limpeza pública é uma realidade no CHM, visto que muitos não se importam com o que ocorre com o lixo depois que ele é descartado, sendo que algumas pessoas ainda possuem a mentalidade de que da porta de casa para fora a responsabilidade com os resíduos, fica a cargo do município. É a partir desse momento que a figura da *gari-vassoureira* é visibilizada, pois, a cada dia o acúmulo de lixo nas ruas tem afetado a saúde pública. De Lourdes Martins *et al.* (2019) reforça essa ideia quando fala que a limpeza é algo que todos sentem necessidade de ter em sua cidade, mas não percebem quem são as pessoas que fazem essa higienização. Elas só são lembradas quando os espaços precisam ser higienizados. Pode-se pontuar o que De Lourdes Martins *et al.* (2019) relatou: que o trabalho é significativo, mas o trabalhador não.

Assim, pertencer à vida social da cidade é um dos problemas mais recorrentes a categoria dos TLP, uma vez que ficam ocultos da dinâmica ocorrida no espaço urbano. Logo, homens e mulheres cidadãos, moradores e trabalhadores da cidade acabam se tornando invisíveis quando exercem sua função, ou seja, por estarem vestidas com o uniforme de gari e em contato direto com o lixo são vistos, de acordo com Bandeira e Almeida (2015), como parte integrante da sujeira. Em função disso terminam sendo excluídas do convívio social, pois, exercem funções que causam distanciamento.

O conceito de invisibilidade social tem sido aplicado a seres humanos que estão à margem da sociedade, socialmente invisíveis seja pelo preconceito, pela indiferença, classe econômica, nível de escolaridade. Os Garis são um grande exemplo desse tipo de invisibilidade social, pois passam despercebidos nas ruas pelas pessoas. (ARAÚJO; SILVA, 2018, p. 02)

Contudo, podemos dizer que o trabalho de limpeza pública se sobrepõe a imagem do profissional, de tal forma que o que se nota é a organização dos espaços, mas poucos se dão conta de quem são os responsáveis pela higienização dos logradouros públicos da cidade e nem os percebem durante a atividade. Entretanto, em ambiente noturno a questão da invisibilidade tem suas vantagens e desvantagens, pois, existem situações em que, enquanto são invisíveis para alguns para outros sua presença é percebida quase que instantaneamente.

Pelo fato de o CHM apresentar pouca movimentação de pessoas durante a noite, a maioria dos espaços fica isolado, em função do fechamento do comércio. Nestes locais ser invisível seria uma vantagem, uma vez que não despertaria os olhares de malfeitores, mas é em ambientes onde ocorrem maior concentração de pessoas, como em bares, que a condição de

invisíveis retoma ao estigma habitual. Em tais locais a presença das *gari-vassouzeiras* nem é notada, o que se tornaria uma vantagem quando consideramos a questão do assédio.

Nesses casos, a função do uniforme ganha significados diversos no ambiente de trabalho, uma vez que o tom laranja ao chamar atenção tende a destacá-lo no espaço, mas ainda assim se tornam invisíveis a sociedade. Não pelo que são, mas pela natureza do seu ofício. No entanto, o mesmo fardamento tende a gerar condição de respeito durante a função noturna, bem como pode representar uma visibilidade não desejada, pois são poucas as atividades exercidas no CHM no período da noite, o que significa dizer que o baixo fluxo de pessoas faz com que os trabalhadores desse turno estejam mais suscetíveis a crimes e violência. Como podemos evidenciar na fala a seguir:

A noite não tem tanta gente como de dia e por isso é importante que a gente venha com a farda completa durante a noite, porque as pessoas veem que estamos trabalhando e respeitam a gente e também traz segurança nos setores mais perigosos porque identifica a gente, principalmente com os traficantes, mas muitas de nós já foi assaltada. (Gari-vassouzeira 3, nov./2021)

Brussi (2017) ao falar sobre o significado do uniforme no ambiente de trabalho das mulheres *gari*, enfatiza que o mesmo não marca seus corpos, impedindo que se sintam bonitas, atraentes ou femininas, mas que isso não é empecilho para que sejam vítimas de assédio diário nas vias públicas. Além disso, o preconceito se instaura da mesma forma que a invisibilidade no ambiente laboral, de modo que ao entrarem em algum estabelecimento comercial são, geralmente, acompanhadas de inúmeros olhares de aversão e desprezo. Em contrapartida, as *gari-vassouzeiras* afirmam que o uso do uniforme se torna uma ferramenta de autoafirmação, onde essas mulheres que convivem cotidianamente com a invisibilidade nas ruas da cidade, apontam que suas vestimentas de serviço são responsáveis por coisas boas que ocorreram e ainda ocorrem em suas vidas, como a sua sobrevivência e colocação no mercado de trabalho, dando a ele importância e credibilidade.

Diante das inúmeras formas de trabalho existentes no CHM, tanto durante o dia quanto durante a noite, o ofício de *gari-vassouzeira* é um dos que mais padece quanto ao reconhecimento da função, visto que, para muitos, ainda existe a ideia de que a profissão de *gari* é somente para pessoas com baixa escolaridade e sem nenhuma qualificação profissional, conferindo a atividade pouco, prestígio ou importância. Dessa forma, é comum comparar o trabalho de varrição a atividade doméstica, caracterizando um tipo de invisibilidade, uma vez que ambos não representam *status* de valor em meio a sociedade. “Este é um tipo de serviço que recebe,

por adjetivos, ser infundável, repetitivo e improdutivo. Assim que uma tarefa termina outra tem que começar e, logo depois, se volta à anterior” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2015, p. 163).

Nos territórios da varrição do CHM percebemos que mesmo em ambiente noturno, onde as ruas e praças estão praticamente isoladas, o preconceito ainda ocorre, sendo que muitas passam por ocasiões ofensivas e de desrespeito profissional e pessoal, causando dor e constrangimento, dado que estas situações ocorrem sempre em lugares de maior aglomeração de pessoas. Entretanto, muitas das *Garis-vassouzeiras* aguentam as humilhações em silêncio, de modo a não se envolverem em problemas, logo não discutem e continuam a varrer os logradouros. Podemos ver um pouco dessas situações nos relatos de nossas entrevistadas abaixo:

Quadro 3- Situações de constrangimentos durante o trabalho

Preconceito	<i>“Um homem falou que era melhor ser bandido do que gari.”</i>
Discriminação	<i>“As pessoas nunca sentam do nosso lado. Uma vez me disseram que eu estava suja e fedendo.”</i>
Assédio Moral	<i>“Os frequentadores de bares ou que vão para a praça do Teatro. Eles sempre jogam copos nas ruas e dizem que é nossa obrigação limpar.”</i>
Assédio psicológico	<i>“Às vezes os homens dos bares ficam mexendo com a gente, perguntando se não queremos ir limpar a casa deles.”</i>

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

É importante frisar que este tipo de comportamento preconceituoso ocorre geralmente entre as mulheres, muitas relatam que são vistas como frágeis e passíveis de comportamentos considerados machistas, esses fatores fazem da mulher que trabalha durante a noite objeto de ações que envolvem a integridade física e moral, de modo que vão muito além da questão do trabalho e de sua natureza. De acordo com Gouveia *et al.* (2006, p. 336) “as mulheres apresentam uma maior tendência a vivenciar o sentimento de constrangimento do que os homens, pois, o gênero influencia na característica das emoções vivenciadas.” Contudo, este tipo de conduta não é exclusivo dos que estão nas ruas e praças do CHM, mas também dentro da própria categoria como o relato a seguir:

Além das coisas que ouvimos nas ruas, também tem dias que alguns carreiros chegam bêbados para trabalhar e ofendem a gente, isso acontece sempre no dia que tem pagamento ou nos finais de semana. É muito chato a gente trabalhar com uma pessoa que “xinga” e fala besteira pra nós. Muitos aqui deveriam deixar pra beber depois do trabalho,

mas fazem o contrário, aí quem paga o pato é a gente. (Gari-vassoureira 4, dez./2021)

Além das questões de gênero, a própria sociedade capitalista é marcada por preconceitos e desigualdades sociais, onde o sujeito que não possui *status* ou um bom nível econômico, é desprezado diante daqueles que possuem profissões admiráveis e estabilidade financeira. A pesquisa de Araújo e Silva (2018, p.03) nos mostra que “a cegueira e a rejeição refletem nesses garis sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, provocando um sofrimento psíquico, por se sentirem humilhados.” Esta situação deriva do sentimento de valorização da categoria, causado principalmente pelo baixo reconhecimento da sociedade em meio a uma profissão digna como qualquer outra, bem como o não-conhecimento de suas trajetórias de vida.

Assim, a invisibilidade sofrida pelas garis é discutida por De Lourdes Martins *et al.* (2019), que relata sobre as condições de trabalho, como sendo precárias e violentas para estas trabalhadoras, resultando em prejuízos pessoais, não-reconhecimento e falta de qualidade de vida, além dos constrangimentos e da humilhação. Em alguns casos, o constrangimento pode afetar o modo como a pessoa se identifica diante de outras pessoas, sendo capaz de reduzir a interação social, em detrimento de uma sensação de ameaça em relação ao outro. Esta condição é identificada como “contágio emocional que se refere a um estado emocional no observador como resultado direto da percepção do estado emocional de uma outra pessoa (objeto de observação), sendo a intensidade dessa emoção considerada elevada e autodirigida.” (GOUVEIA *et al.* 2006, p.332)

Reconhecer uma profissão, de acordo com Araújo e Silva (2018) que desde os primórdios da história da civilização humana foi rejeitada e vista como inferior, nos mostra que esse sentimento – o da rejeição – ainda se encontra ativo em boa parte da sociedade da atualidade, que, enquanto desvaloriza o serviço também oculta no espaço urbano da cidade aqueles que o fazem. Para os autores acima, muitas pessoas se sentem mal em estar no mesmo ambiente que os TPL. É notório que o preconceito tem sido uma das características da sociedade contemporânea para os afastar do convívio com outras pessoas, por meio do desprezo, da humilhação e da indiferença, assim como pela falta de reconhecimento com o trabalho dos garis. Dessa forma é comum, ações de estranhamento, aversão e desagrado com os TLP, principalmente quando se aproximam de pessoas que se consideram superiores, tais reações são descritas pelas nossas entrevistadas no quadro abaixo:

Quadro 4- Estranhamento social e reconhecimento das *garis-vassoureiras*

V1	<i>As pessoas ficam distantes e não gostam que a gente se aproxime</i>
----	--

	<i>delas, mas algumas reconhecem o nosso trabalho.</i>
V2	<i>Muitas se afastam e acho que não reconhecem o nosso trabalho, senão não ficavam sujando quando estamos limpando.</i>
V3	<i>Acho que sentem nojo e não reconhecem, principalmente agora com a pandemia, acham que estamos contaminadas.</i>
V4	<i>Não agrada a todos, mas não ligo para o que os outros falam, porém algumas pessoas reconhecem sim e sempre apoiam a até defendem a gente.</i>
V5	<i>Agem bem e reconhecem, dizem elogios. Chamam a gente de guerreiras por trabalhar como gari, mas somos esquecidas pelo secretário que não dá os nossos materiais certinhos.</i>

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

Entretanto, tais comportamentos não ocorrem de forma unânime. Em função de uma nova visão sobre o aspecto da sustentabilidade e da conservação do meio ambiente que vem sendo adotada recentemente em todo o mundo, muitas pessoas já conseguem reconhecer a importância dos que trabalham com a limpeza pública, em geral, e buscam, mesmo que ainda de forma tímida, motivar os trabalhadores em seu local de trabalho.

O reconhecimento do trabalho das *garis-vassouzeiras* na varrição noturna pode ser expresso quando consideramos as falas das *garis-vassouzeiras* entrevistadas: “*a noite a gente não vê tanta gente, mas as que estão no meu setor gostam do nosso trabalho, tratam bem e sempre cumprimentam a gente.* (Gari-vassouzeira 1, nov./2021) outra reforça: *algumas pessoas já olham o nosso trabalho com respeito, porque sabem que é bom para a cidade a limpeza e também oferecem água pra gente.* (Gari-vassouzeira 4, dez./2021)

No CHM, no período da noite, vemos algumas demonstrações de apoio, presteza, gentileza e admiração por parte dos que ali comercializam ou passam pela área, mostrando que nem sempre ocorrem coisas ruins a categoria, porém, a questão da sujeira nas ruas ainda representa um problema que afeta a interação dos TLP com a população e algumas situações, como o descarte de resíduos logo após a limpeza, acaba sendo encarada como desrespeito ao seu trabalho e ao meio ambiente. Dessa forma, “*tornar-se visível é ser cumprimentada e estabelecer uma relação amistosa e cordial com os usuários dos serviços de limpeza. Atitudes importantes que produzem nessas profissionais um sentimento de pertencimento e aceitação social*” (DE LOURDES MARTINS et al. 2019, p.1015).

Ressaltamos que os TPL convivem com a invisibilidade não só em ambientes públicos, mas também em outro tipo de ambiente, o institucional, visto que seus anseios e preocupações

nem sempre são atendidos pelos setores responsáveis da SEMULSP, o que lhes dá a sensação de que são esquecidos e desvalorizados. Tentando amenizar esses sentimentos a SEMULSP sempre busca inseri-los em eventos culturais da PMM, como forma de reconhecer a categoria e os anos de trabalho nas ruas da cidade.

Figura 59- Trabalhadores da limpeza pública em evento no Teatro Amazonas



Fonte: Silva, G. C. 2021.

Na imagem acima (Fig. 59) visualizamos os TLP da prefeitura com os terceirizados, entrando nas dependências do Teatro Amazonas para assistirem a uma apresentação de natal feita pelas orquestras do Amazonas e também por uma formada por membros da SEMULSP. Foi possível observar, que estar num lugar tão importante para a cidade, como convidados, fez com que estes trabalhadores se sentissem felizes e muitos até esqueceram do seu trabalho e assistiram atentos as apresentações. Elas disseram: *foi muito legal ir no Teatro Amazonas, nunca tinha entrado ali, achei que só entrava gente rica e turista, mas agora eu conheci, me sentir feliz!* (Gari-vassoureira 1, dez./2021).

Eu já tinha ido no Teatro, como visitante, mas agora como convidada me achei importante, acho legal isso que a SEMULSP tá fazendo, sempre leva a gente pra algum evento e não é pra trabalhar, algumas colegas minhas achavam que a gente ia trabalhar aqui depois de alguma festa, trouxeram até a vassoura, mas ainda bem que a gente entrou e viu como é uma apresentação no teatro. (Gari-vassoureira 3, dez./2021)

Vale dar destaque a categoria, a partir dos aspectos abordados por Araújo e Silva em:

Ser gari é um trabalho honrado e importante como toda a outra profissão, que possibilita além do salário para seu sustento, também oportuniza o desenvolvimento e preenchimento da sua vida. A perda desse trabalho se configura como rupturas na identidade, gerando um grande sofrimento. Ser Gari é ter um trabalho digno e essencial para a sociedade, mas para outros nem sempre é visto dessa forma. (2018, p.06):

Portanto, a invisibilidade sofrida pelos profissionais de limpeza urbana se torna um ato de extrema insensibilidade, visto que são alvos de discriminação, por parte de pessoas que não

entendem e não reconhecem a importância do seu trabalho para a saúde pública e para a conservação do meio ambiente. Ao cuidar da limpeza de vias públicas recolhendo os RS e destinando-os para o seu devido local, estas mulheres contribuem para o bom convívio do homem com a cidade e a falta desse serviço revelaria a visibilidade da categoria e o reconhecimento imediato, diante de situações de conflito. O que significa dizer que em ocasiões extremas estes trabalhadores, considerados desiguais, passariam a ser enxergados socialmente na cidade, onde os sentimentos de preconceito e constrangimento se transformariam em apoio ao serviço de limpeza dos logradouros públicos.

3.6 Sobre a Visão e Hábitos Sustentáveis

Para Gomes (2008), uma população que se volta para o consumo excessivo de bens materiais e serviços, em função de um modelo econômico que vislumbra o desenvolvimento do sistema financeiro, tem feito com que indústrias utilizem indiscriminadamente recursos naturais que não são renováveis a curto prazo, o que tem afetado significativamente o futuro das pessoas e do meio ambiente.

Esse autor acima observa:

A sociedade de consumo é um tipo de sociedade que primariamente impulsiona a capacidade dos seus consumidores, promove e encoraja a escolha de um estilo de vida consumista e uma estratégia de vida que foge a todas as opções culturais e que não está baseada na satisfação das suas necessidades, dos seus desejos ou querer, mas sim, no aumento do seu status, torna-se importante, para alguns, a relevância da sua condição social. (GOMES, 2008, p.02).

Pode-se dizer, que o processo produtivo atual visa cada vez mais o consumo descomedido da população que não se atenta as questões ambientais e que busca está atualizada as novas tecnologias. Contudo, é bom lembrar que a globalização, de acordo com Oliveira (2020) fez das cidades, espaços cada vez mais constituídos de produtos de diversas partes do mundo, que fazem com que o ciclo do consumo seja cada vez mais incentivado, gerando uma imensa quantidade de RS. Prosseguindo, Oliveira (2020) diz que geograficamente os aspectos econômicos e culturais estão cada vez mais utilizando os recursos ambientais e os afetando em longa escala. Intensificando a geração de RS pela sociedade que não só tem maior poder aquisitivo para obter produtos e serviços, mas também compreende valores, hábitos e estilo de vida.

É possível notar a grande quantidade e tipos de resíduos que foram sendo criados durante a história da humanidade, alguns eram resistentes e feitos para durar por muitos anos, sem a necessidade de se adquirir um novo, enquanto atualmente os produtos foram sendo produzidos com materiais leves, descartáveis e vida útil limitada, ficando obsoletos e sem utilidade. Obrigando as pessoas a fazer uma nova compra do mesmo produto e descartando no lixo os que não

precisavam mais. Segundo Gomes (2008, p.06), “o que hoje é produzido não se fabrica em função do seu valor de uso ou da sua duração, mas sim em função da sua escassa duração, da sua ‘morte’.”

O papel das empresas é utilizar o Marketing publicitário para incentivar a compra de novos produtos, considerados modernos ou da moda, sendo esta a base do consumismo global, conforme relatam Siqueira e Moraes (2015). É com essa atitude que as empresas lucram, programando a vida útil de seus produtos para ter como venderem mais e assim incentivar o consumo, bem como utilizar mais matéria-prima advinda da natureza. Siqueira e Moraes (2015) afirmam que os hábitos de produção e consumo atualizados atualmente trazem consequências que afetam a criação de um número cada vez maior de novos materiais/resíduos que vem causando impacto tanto no ambiente como na saúde de toda a população.

Nessas condições, o objeto de trabalho das *garis-vassouzeiras* do CHM é o que resta dessa relação de consumo, isto é, os RS provenientes do comércio, do setor de serviços e dentre as muitas outras formas de ingestão econômica que ali existem e onde essas mulheres também se inserem como consumidoras e geradoras de resíduos. Além disso, se colocam no resultado do trabalho de varrição não só dos remanescentes gerados na produção industrial, mas também dos resíduos orgânicos, dos resíduos naturais como folhas, areia, poeira e dos resíduos biológicos.

É importante mencionar que as *garis-vassouzeiras* lidam com os RS de forma a evitar que, de alguma forma, chequem a bueiros, galerias e conseqüentemente no Rio Negro e nos igarapés das proximidades, sendo que além de poluírem as águas também acabam formando ilhas flutuantes de resíduos as margens de seus cursos, transmitindo aos moradores e turistas uma visão desleixada e feia da cidade. Pensando nisso, buscamos conhecer suas visões sobre a questão do meio ambiente e da sustentabilidade, tanto para elas quanto para o seu espaço de trabalho no quadro a seguir:

Quadro 5- A percepção que as *garis-vassouzeiras* tem sobre seu trabalho e o meio ambiente

V1	<i>O meu trabalho melhora a imagem da cidade e não polui o meio ambiente</i>
V2	<i>Nós somos as pessoas que limpam a cidade e o centro é um lugar com bastante gente durante o dia e o nosso trabalho a noite contribui para que o lixo não vá para os bueiros e alaque as ruas quando chove.</i>

V3	<i>A gente que trabalha aqui nesse setor tem mais responsabilidade, porque a quantidade de lixo é muito grande e a gente limpa tudo pra não deixar chegar nos bueiros que já estão entupidos, então nós evitamos que a cidade esteja suja e poluída, pois a maioria do lixo que sai daqui vai parar ou no rio Negro ou no igarapé do São Raimundo.</i>
V4	<i>O meu trabalho é importante porque deixo a cidade limpa, com menos contaminação, menos ratos e baratas, evitando que passem doenças pras pessoas que andam no Centro.</i>
V5	<i>Eu ajudo a sociedade, evitando a poluição e doenças.</i>

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

Considerando a conservação do meio ambiente, foi possível verificar a responsabilidade que cada uma possui sobre as condições com que os espaços públicos urbanos se apresentam, sendo que o cuidado com a varrição tem sido uma forma de evitar com que os RS poluam o ambiente que já passa por um processo contínuo de degradação, em função da falta de tratamento de esgoto na cidade.

É perceptível que a sujeira tem tomado conta dos espaços públicos do CHM e que mesmo com o trabalho diário e com a ajuda dos trabalhadores terceirizados, as *garis-vassoureiras* não conseguem realizar a limpeza completa do ambiente. Sem mencionar que a qualidade do serviço também depende da coleta de lixo, que tem horário fixo para passar pelas vias, mas com o fechamento das lojas os RS acabam sendo deixados antes do tempo previsto. O que preconiza o espalhamento dos resíduos, sendo que o carro coletor apenas recolhe os que estão devidamente ensacados e essa situação ocorre não só no CHM, mas em toda a cidade.

De acordo com Brussi (2017), o serviço de limpeza tende a adotar processos que tornem o trabalho mais rápido e dinâmico, dado que cada vez mais se busca a agilidade. De modo que o ambiente seja limpo em pouco espaço de tempo para que os transeuntes não percebam que aquele lugar esteve sujo e sem condições de uso anteriormente, dando a entender que ele foi organizado sem a ajuda de alguém. Existe uma preocupação com as condições com que o território de trabalho é deixado para as outras equipes de trabalho e para a população, onde a limpeza dos logradouros representa um pequeno espaço de tempo onde pode-se contemplar a beleza do lugar. A poluição visual declarada pelas *garis-vassoureiras* não envolve apenas os RS nas ruas e praças, mas tudo aquilo que empobrece o ambiente e que afeta a dinâmica natural e a paisagem, como, por exemplo, os terrenos baldios, os casarões abandonados, as vielas

escuras, etc., locais onde as condições sanitárias são degradantes e prejudiciais à saúde do meio ambiente e da população.

É importante destacar que ações de educação ambiental são raras no espaço de trabalho das *garis-vassouzeiras*, principalmente à noite. Mesmo em espaços de maior visitação pelos amazonenses e turistas, como no Largo São Sebastião, que recebe um cuidado especial das autoridades competentes e onde podemos perceber que as campanhas de conscientização sobre a gestão dos RS são praticamente mínimas. O que significa dizer que o que falta nesses espaços não é uma demanda social e sim uma atitude concreta do poder público para disponibilizar políticas públicas de sustentabilidade e conservação do meio ambiente a população, logo, a educação ambiental passa a ser uma forma de despertar novas visões sobre os princípios que estejam ligados aos processos produtivos, as mudanças nos hábitos de consumo e a urbanização sem a intenção de degradação do ambiente. Além de ser como uma base para incentivar outros ramos de produção energética e distribuição de renda, de modo a construir e manter novos princípios e valores que estejam a favor das transformações diante do modelo atual de consumo. (SIQUEIRA E MORAES, 2009)

O modo com que a limpeza e conservação do espaço do CHM é abordada no ambiente de trabalho das mulheres *garis-vassouzeiras* tem sido evidenciada pela categoria por meio da conscientização voluntária, onde as trabalhadoras conversam com a população que convive e trafega pelos logradouros do CHM à noite. Já que é comum uma palavra de cuidado com as praças e árvores, da importância de coletar o lixo corretamente, da forma como os moradores de rua e os catadores informais de materiais recicláveis devem remover os resíduos de seu interesse, sem que causem o espalhamento desses materiais pelos logradouros públicos, dentre outras abordagens. Essa é uma atitude inconsciente que se expande aos diversos locais em que as *garis-vassouzeiras* frequentam, como a sede de trabalho, sua casa, conversas entre amigos e familiares, entre outros e que podem ser entendidos como práticas sustentáveis.

Tais práticas sustentáveis podem ser visualizadas no quadro abaixo, nos relatos de nossas entrevistadas:

Quadro 6- Conservação ambiental e práticas de sustentabilidade

V1	<i>Sempre que tô varrendo falo para os catadores e moradores de rua não deixarem os resíduos espalhados e só tirem do saco o que for para ser vendido ou reaproveitado.</i>
V2	<i>Quando tô em casa sempre busco falar para todos que moram comigo pra coletarem o lixo corretamente.</i>

V3	<i>As pessoas devem ter consciência para melhorar a cidade e tirar um tempo para pensar na limpeza. Falo sempre que tem que saber que cada lixo tem seu lugar.</i>
V4	<i>Sempre que tem lanche na Garanginha peço para todos trazerem seus copos, pois os descartáveis poluem o meio ambiente e sujam mais a cidade.</i>
V5	<i>Procuo falar da sujeira da cidade para as minhas colegas e também temos que conservar nosso material de trabalho e evitar desperdício.</i>

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

A sujeira dos espaços, o descarte incorreto dos resíduos e a falta de conscientização das pessoas são aspectos relevantes quando consideramos a conservação do meio ambiente, uma vez que dependem de educação e valores que são construídos com o tempo e que precisam ser incentivados por políticas públicas que, de fato, sejam aplicadas no espaço urbano da cidade, principalmente quando se trata de sustentabilidade ambiental, interligando infraestrutura urbana, pessoas em situação de rua e catadores de recicláveis, bem como a limpeza pública. Nessas condições, Oliveira (2020) relata que a educação ambiental é um processo fundamental para se obter resultados a partir da participação e sensibilização de todos em detrimento da conservação do espaço natural, o que resultaria em uma nova mentalidade e maior responsabilidade nas ações voltadas para o meio ambiente.

Quanto ao termo sustentabilidade, ao longo das entrevistas pode-se notar que as *garis-vassouzeiras* não sabiam o seu significado, tampouco seu objetivo, sendo que muitas só tinham ouvido esta palavra nos jornais e comerciais da TV, geralmente relacionada ao que ocorre com a floresta Amazônica. No entanto, não sabiam que, assim como comenta Nascimento (2012, p.51), a sustentabilidade tem a ver com “a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção.” Nesse sentido, ao longo do trabalho de campo verificamos que a sustentabilidade tem sido vivida efetivamente pelas *garis-vassouzeiras*, visto que apresentam atitudes (quadro 6, p.131) que se encaixam nos princípios da sustentabilidade, como, por exemplo, evitar o desperdício e influenciar a prática da coleta seletiva.

Diante do exposto acima Oliveira (2020), nos fala que investir em coleta seletiva favorece a queda de gasto com o processo de tratamento dos resíduos, o aumento da vida útil de aterros sanitários e diminui ações de combate a áreas degradadas, em função do descarte de lixo. Assim como provoca movimentos que incentivem a educação e a conscientização ambiental da população, além de minimizar custos com a limpeza pública, visando mudança de

hábitos e promovendo comunidades educadas e conscientizadas ambientalmente, indispensável para amenizar o trabalho do Estado diante da melhoria das condições ambientais e de saúde pública do município.

Portanto, Martins (2012) reforça que ter noção sobre a sustentabilidade tem a ver com a sua capacidade de se deixar envolver pelas diversas formas de mudanças, pautadas em valores, crenças, atitudes, comportamentos, modos de agir, produzir e consumir, etc. Estes devem ser tratados a partir de uma visão individual e coletiva, que tende a incorporar a reformulação de novas políticas públicas, maneiras de administração e modelos de desenvolvimento a serem adotados. Diante disso, procuramos saber de nossas entrevistadas se elas possuíam algum tipo de hábito sustentável, no qual elas poderiam exercer tanto no seu ambiente de trabalho quanto no ambiente familiar. Tivemos no quadro a seguir as seguintes repostas:

Quadro 7- Principais hábitos sustentáveis das *garis-vassouzeiras*

Ordem	Hábito Sustentável
1	Coleta seletiva
2	Reciclagem
3	Economia de energia

Fonte: adaptado pela autora, 2021.

Nas repostas acima sobre hábitos sustentáveis percebemos que a maioria das entrevistadas visava algum ganho econômico com suas atitudes, sem imaginar que se tratava de uma atitude sustentável e que de forma indireta estavam contribuindo com o meio ambiente. Dessa forma, o desconhecimento sobre o assunto não foi obstáculo para que elas não realizassem suas atividades diárias. Isso nos mostra que não existe um processo educativo na SEMULSP que envolva esse tipo de abordagem com os TLP, o que resulta em total incompreensão do tema e das práticas sustentáveis que estão ativamente ligadas ao ambiente de trabalho, principalmente das *garis-vassouzeiras* do CHM que trabalham no turno da noite, onde não existe política ambiental.

Assim, a importância do conhecimento sobre áreas similares ao da sustentabilidade daria a categoria, mais informações sobre a execução do seu trabalho, uma vez que é um ambiente que engloba questões econômicas, sociais e ambientais. Nessas condições, é importante ter conhecimento sobre às três dimensões do desenvolvimento sustentável que Nascimento descreve:

A primeira dimensão do desenvolvimento sustentável normalmente citada é a ambiental. Ela supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. A segunda dimensão, a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo

com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. (2012, p. 55-56)

Portanto, não basta que as mulheres *garis-vassouzeiras* realizem espontaneamente ações de educação ambiental durante o seu trabalho nas ruas do CHM, sendo também necessário que o poder público ofereça políticas ambientais para os que estão no espaço urbano durante a noite, principalmente no que diz respeito a conscientização da população em situação de rua. Assim como seria interessante investir na capacitação dos TLP, quanto as questões relacionadas à sustentabilidade urbana, uma vez que nossas entrevistadas desconhecem o assunto, realizando o trabalho de conscientização ambiental de forma individual e espontânea. O que nos mostra que mesmo sem ter familiaridade com o tema os fatores atribuídos a sua atividade nas ruas já dão indício de busca por melhorias não só por parte delas, mas de toda a população que mora e frequenta o CHM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores consultados ao longo da pesquisa que escrevem sobre a cidade Manaus, nos mostram que ao decorrer de sua história, a mesma passou por inúmeras modificações em sua infraestrutura urbana que se destinou a evidenciar a paisagem por meio do embelezamento, principalmente na área central. Sendo que, ao mesmo tempo, que tentou abolir costumes regionais, implantando normas que resultariam em comportamentos distantes da realidade de seus moradores, gerou também segregação socioeconômica.

Atualmente, a bela arquitetura construída no passado tem se transformado em inúmeras estruturas abandonadas, deterioradas e frequentemente vandalizadas que vem resultando no desaparecimento da identidade histórica da nossa capital, pois, que são tombadas por instituições de todas as esferas públicas, que até reconhecem a sua importância cultural. Contudo, na prática, não fazem melhorias em suas instalações, fazendo com que virem espaços fantasmas, sujos e sem cuidados.

Essa situação pode ser vista quando percebemos o uso de praças e prédios históricos que sofrem diferenciação quanto a sua manutenção, onde alguns são bem conservados e usufruídos para diversos fins (comerciais, turísticos e lazer), enquanto outros abandonados são utilizados como banheiros e lixeiras públicas. Além disso, é visível que o CHM tenha se tornado um ambiente de passagem, onde nem mesmo as pessoas que moram, trabalham e frequentam a área central, conseguem aproveitar plenamente os espaços públicos com segurança, como as

praças que estão constantemente cheias de indivíduos que utilizam estes locais para moradia, trabalho e comércio, tanto durante o dia quanto durante a noite.

Foi nesse cenário que encontramos as *garis-vassoueiras*, fazendo do serviço de varrição de vias e praças públicas a forma encontrada para seu sustento e de sua família. Essas mulheres são oriundas das classes subalternas, onde as questões familiares e financeiras têm sido destacadas em função da sua baixa escolaridade e que encontraram no trabalho de varrição a tão almejada estabilidade financeira, mesmo que sem terem completado seus estudos.

Elas enfrentam todos os dias as incertezas sobre seus direitos trabalhistas, já que apresentam aspectos que precisam ser adequados juridicamente para que o futuro das que estão atualmente nas ruas, no trabalho de varrição, possa reverter o cenário da irresponsabilidade política de anos de negligência com a situação laboral dessas trabalhadoras, uma vez que promessas de efetividade surgem com frequência, mas que não são concretizadas. Na mesma perspectiva, a baixa remuneração e a intensa jornada de trabalho fazem com que muitas *garis-vassoueiras* se sintam insatisfeitas com a atividade, mas se apoiam na suposta relação de “estabilidade” que possuem ao longo de tantos anos na profissão, para amenizar as tensões voltadas à questão contratual-trabalhista.

Percebemos que as questões de gênero, raça e cor, apresentadas nesta pesquisa, estão intimamente ligadas ao passado dessas mulheres. Elas não tiveram oportunidades quando jovens e nem condições financeiras de irem em busca de um futuro melhor. Além disso, podemos perceber que as mulheres brancas possuem uma maior permanência tanto na vida escolar quanto na vida matrimonial, enquanto nossas entrevistadas negras dedicam menos tempo ao ambiente escolar e se separam com mais frequência, o que nos mostra que fatores relacionados a cor/raça também influenciam não só no âmbito profissional, mas também no pessoal de mulheres brancas e negras.

Observou-se também que existem elementos que diferem homens e mulheres dentro da categoria dos TLP, uma vez que a denominação utilizada se modifica em virtude do gênero. Caracterizando funções distintas para ambos, o que influencia diretamente em seus salários, pois, as *garis-vassoueiras* possuem ganhos mais baixos que os *garis-carreiros*, porém, deve-se considerar também a carga de trabalho que executam nos logradouros do CHM, visto que também se diferencia. O que nos leva a concluir que existe uma separação entre homens e mulheres no ambiente de trabalho que ocorre por meio da atribuição de denominações, funções e rendimentos específicos para ambos, caracterizando uma clara divisão sexual do trabalho.

Quanto a questão dos RS produzidos no CHM, podemos dizer que a população e os trabalhadores, em geral, que frequentam os espaços públicos, até tentam descartar seus resíduos

de forma correta, mas os equipamentos de limpeza pública, como as lixeiras, não comportam a quantidade de lixo gerado pelas pessoas que utilizam o CHM para o trabalho, compras, lazer e serviços. Assim como o trabalho das *garis-vassouzeiras* fica prejudicado quando outras pessoas não contribuem com a organização dos resíduos nos logradouros públicos, causando problemas ambientais. Isso é reflexo das políticas de limpeza urbana, criadas para coletar esses materiais, que não são efetivas e nem são aplicadas como deveriam, adotando processos que apenas minimizam o problema do lixo na cidade.

No entanto, o serviço de limpeza pública tem sido bastante ativo durante a noite. Contudo, em meio a riscos e ameaças. Inúmeras são as ocasiões relatadas pelas *garis-vassouzeiras* no que diz respeito a assaltos e agressões (físicas e psicológicas) que são recorrentes no período noturno e acabam influenciando ainda mais na saúde dessas mulheres, já com certa idade e há muitos anos trabalhando nas ruas da cidade. Entretanto, estão ali todos os dias trabalhando para manter os espaços públicos limpos e organizados, mesmo que sejam desorganizados novamente pelos catadores de recicláveis e pelos moradores de rua que são os principais responsáveis por deixar o centro da cidade sujo durante a noite.

Pode-se dizer que por trabalharem a noite as *garis-vassouzeiras* não sofrem ativamente o fenômeno da invisibilidade social, uma vez que o CHM fica praticamente abandonado. O que proporciona que sejam alvos fáceis para bandidos, mas isso não significa que estejam visíveis a maior parte do tempo, pois, por estarem nas ruas mesmo chamando atenção com seu uniforme laranja elas ainda não são vistas, principalmente por motoristas que trafegam por ali, ocorrendo os atropelamentos. Além disso, as questões relacionadas ao reconhecimento podem ser identificadas tanto por seus superiores, que procuram meios de inseri-las em eventos do município, quanto pela população, que diverge no contexto do espaço urbano, já que o histórico associado a função de gari ainda recai sobre estas mulheres, logo são alvos frequentes de humilhações e preconceitos.

Assim, muitas das *garis-vassouzeiras* percebem a importância do seu trabalho quanto a poluição do meio ambiente, da responsabilidade ambiental para com a cidade e com a saúde pública, são elementos que juntos transferem ao espaço urbano uma sensação de sustentabilidade através de serviços ligados a limpeza e conservação do meio ambiente, que não só consideram os aspectos naturais, mas também as relações sociais e econômicas que ocorrem no CHM. No entanto, esse sentimento tende a ser minimizado diante das condições de trabalho oferecidas pela SEMULSP, sendo que não há uma regularidade na distribuição de EPIs, onde muitas vezes nem sequer vem completos e de acordo com as normas de segurança.

É comum entre as *garis-vassouzeiras* o sentimento de desvalorização por parte dos responsáveis pela SEMULSP, onde não disponibilizam os materiais de trabalho essenciais como luvas e máscaras, principalmente quando se considera que passamos por momentos difíceis com a Covid-19. Sem mencionar o problema da padronização do uniforme, nos moldes masculinos, que faz com que elas façam modificações e substituições, como forma para se afirmarem como mulheres, trabalhadoras e também amenizar as condições climáticas. Os instrumentos de trabalho também têm se mostrado um problema para as *garis-vassouzeiras*, dado que não possuem qualidade e sua disponibilidade é ruim, afetando o serviço de varrição e principalmente a saúde dessas mulheres que tem que fazer adaptações para poderem não sentirem tantas dores.

Os perigos a saúde das *garis-vassouzeiras* são diversos e atuam de forma direta sobre elas no ambiente de trabalho, principalmente por privarem de suas necessidades básicas, por expô-las a eventos climáticos e por já possuírem comorbidades. Estas incorporadas ao acúmulo de serviço nas ruas ao longo dos anos, fazem com que a atividade seja interrompida em algumas ocasiões. Além disso, percebemos que outro risco é muito frequente nos logradouros públicos do CHM, a violência urbana, razão pela quais as *garis-vassouzeiras* trabalham em meio ao medo, a angústia e a inquietação. Fatores que também afetam a saúde dessas mulheres, mesmo sem o apoio das forças de segurança.

Dessa forma, a cidade exprime modos de vida de uma população despreocupada com a limpeza pública e com a higiene dos espaços urbanos. No entanto, deve-se haver consciência da população como um todo em não jogar seus resíduos em vias públicas de forma incorreta, nem desorganizar o que já foi limpo. É visível que a questão do lixo tem sido um desafio para os órgãos envolvidos com a limpeza e a organização do espaço urbano, a falta de placas de sinalização, quanto aos locais de descarte, faz com que muitas esquinas virem lixeiras viciadas. Cabe a SEMULSP retirar todo esse lixo diariamente, aumentando os gastos públicos e diminuindo a quantidade de resíduos que podem ser encaminhados para a reciclagem, o que nos dá um alerta sobre a importância da educação ambiental em vários setores da sociedade.

Nessas condições, pensamos que seria necessário um trabalho de conscientização junto as pessoas em situação de rua e os catadores de materiais recicláveis. Partindo dos gestores municipais, propostas de integração entre ambos que de fato resultem em práticas sustentáveis e que promovam melhorias no cenário socioambiental do CHM. Além disso, é importante frisar que os TLP ao longo do tempo não desenvolveram novos conhecimentos em temas relacionados a sua área de trabalho, sendo o serviço posto em primeiro lugar. O que nos mostra, que os responsáveis pela categoria deixaram de investir tempo e dinheiro para aperfeiçoar o ambiente

profissional desses trabalhadores, visto que incentivar e divulgar os preceitos básicos da sustentabilidade e de atitudes sustentáveis, representaria não apenas ganhos econômicos, mas também qualidade de vida e menos desperdício de recursos naturais, resultando em cuidados com o espaço urbano da cidade de Manaus.

Portanto, as diversas modificações no espaço urbano de Manaus ao longo de sua história, favoreceram a infraestrutura urbana do CHM e criaram relações de exclusão com a periferia, bem como deram a cidade um comércio ativo, onde o fluxo de pessoas nos logradouros do CHM ainda é grande, mesmo com deficiências na mobilidade urbana e na segurança pública. No entanto, necessita de serviços urbanos que apresentem eficácia na diminuição dos RS gerados no lugar, onde as políticas públicas visem a sustentabilidade de acordo com as leis empregadas na gestão dos RS de forma integrada entre poder público, comerciantes e população, com o objetivo de evitar a poluição do meio ambiente urbano e por consequência contribuir com o serviço de varrição das *garis-vassouzeiras* nos logradouros públicos não só do CHM, mas de toda a cidade.

REFERÊNCIAS

- ABINADER, Erika Oliveira; PEREIRA, Maria Luiza Garnelo. Percepções e Significados da Leptospirose entre Trabalhadores da Limpeza Urbana de Manaus-Am: Perceptions and Meanings of Leptospirosis among Workers in Urban Cleaning Manaus-Am. **Revista do Hospital Universitário Getúlio Vargas**, v. 14, n. 1, p. 23-29, 2015.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo e formas do salariedade: notas teórico-críticas. **O público e o privado**, v. 3, n. 6 jul. dez, p. 109-128, São Paulo: Boitempo, 2005.
- AMAZONAS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI). Mapa da área urbana de Manaus. 2017. Consultado em 8 de dez de 2021.
- _____. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. Portaria nº 141, de 13 de dezembro de 2021. Instituir o Sistema de Licenciamento Ambiental do Amazonas. Amazonas, AM, 13 dez. 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=424441>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 19-34, 2008.
- _____, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2009.

_____, Maria Elizete de A.; SCHOR, Tatiana. Resíduos de serviço de saúde no estado do Amazonas: desafios para implantar sua gestão. **InterfacEHS- Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, 2008.

_____, Taiza da Silva; SILVA, Edla Raiane Rodrigues da. O SIGNIFICADO DO TRABALHO PARA OS GARIS: UM ESTUDO SOBRE A INVISIBILIDADE SOCIAL. 2018.

BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso das garis. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 160-183, Londrina, 2015.

BASILE, Rodrigo. **De onde vem a palavra gari?** hoje é o dia dele. Biblioteca Nacional, caderno de notícias. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/onde-vem-palavra-gari-hoje-dia-dele>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BENTES, D. dos S. Outras faces da história: Manaus de 1910-1940. 2008. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

BLACH, Matheus Cássio et al. Pensar o Centro Histórico de Manaus frente ao processo de normatização: relatos, memórias, vidas e vindas. **Temporalidades**, v. 12, n. 1, p. 481-508, 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. NR-6 – Equipamentos de proteção individual. Manual de Legislação Atlas, São Paulo: Atlas, 73ª Edição, 2014.

_____. Classificação Brasileira de Ocupações, editada pela Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações do MET. Disponível em <http://www.mte.gov.br/serv/cbo>, 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 5 de Out. de 1988ª.

_____. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm#art443. acesso em: 25 de out.2021.

_____. Lei no 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento. Diário Oficial da União: Brasília, 08 jan. 2007a.

_____. Lei no 12.305 de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, 02 de ago. de 2010a.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.

BRUSSI, Juliana Araújo Escobar. Invisibilidade e resistência: a ambiguidade do trabalho da mulher gari no Distrito Federal. 2017. 139 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Previdência Social Brasileira. In: AL-CÂNTARA, A. O.; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla. Cristina. (Org.). Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro, p. 265-294, 2016.

CAMPOS, D. F. A PROFISSÃO GARI A LUZ DOS DIREITOS SOCIAIS DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. **Revista de Direito UNIFACEX**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1–19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/689>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. **Anais do VI Seminários CETROS sobre Crise e mundo do trabalho no Brasil**, p. 22-24, 2018.

_____, José Wallaf Nascimento da Costa. **Arqueologia no Centro Histórico de Manaus: a requalificação da Avenida Eduardo Ribeiro**. 2018, 57 p. TCC (Bacharelado em Arqueologia), Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2018.

_____, Márcia Honda Nascimento. **Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e da Praça de São Sebastião**. 2006, 120 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra, Ed. Especial**, Brasília, 2015.

Central Única dos Trabalhadores, disponível em: <http://www.cut.org.br/impri-mir/news/20931c3927503ccd21492b18f3d64214/>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COSTA, Graciete Guerra da. Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano. Brasília: UnB, 2006.

_____, Marcelo Alves da. Condições de trabalho dos coletores de lixo domiciliar no município do Rio de Janeiro. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento Ambiental: controle da poluição urbana e industrial) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

_____, Noélio Martins. A rua como lar: invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus. 2019. 325f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

EIGENHEER, Emílio M. A limpeza urbana através dos tempos. **Porto Alegre: Gráfica Pallotti**, 2009.

FERREIRA, Sabrina Moraes. Analisando a construção do espaço urbano em Manaus: PRO-SAMIM, uma vitrine para o capital?. 2019. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

FRANCISCANI, Jane Stella. A Mulher no Mercado de Trabalho e a Luta pela Valorização. 2010. 38f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis–IMENSA, Assis–SP, 2010.**

GOMES, Renato Emanuel Nogueira. **Novas dinâmicas de consumo:** Sociedade de Consumo. Graduação (Trabalho de economia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 01-20, dez. 2008.

GONÇALVES, Melissa Camargo. Meio ambiente urbano, sustentabilidade e degradação ambiental. **Anais do Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos/ III Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental.** Londrina, 2017. p. 01-10.

GOUVEIA, Valdiney Veloso et al. O sentimento de constrangimento: evidências acerca do contágio emocional e do gênero. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 23, p. 329-337, 2006.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** v. 2, 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HERMIDA, L. D. C. **INFRAESTRUTURA SANITÁRIA PÚBLICA NO CENTRO DE MANAUS - AMAZONAS.** 2016. 15 f. (Graduação) - Curso de Programa Institucional de Iniciação Científica, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

HIRATA, Helena et al. Divisão–relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, v. 15, n. 65, p.39-49, 1995.

_____, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

_____, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos pagu**, p. 139-156, 2002.

IBGE. CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: 2011. 93 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: *liv63405.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 21 de dez. de 2021.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização. Tombamento do Centro Histórico de Manaus. Brasília, 2010.

LEÃO, Guilherme Ricoy; DE ARAÚJO, Wânia Maria. Garis de Belo Horizonte: quem são, como se percebem e como percebem o tratamento recebido pela população. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 75-87, 2018.

MANAUS, Lei Orgânica do Município de Manaus, 18 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://www.cmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/LOMAN-2005-Atualizada-para-Internet.pdf>>. Acesso em: 08 de jul. 2016.

_____. Lei Delegada N° 19. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal De Limpeza Pública – SEMULSP. 31 de julho de 2013. **Lei Delegada 19 2013 de Manaus AM** (leismunicipais.com.br). Acesso em: 21 de dez. de 2021.

_____. Decreto nº 1349, de 9 de novembro de 2011. Aprova o Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos e estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cujo conceito abrange, também, os resíduos sólidos. Disponível em: Decreto 1349 2011 de Manaus AM (leismunicipais.com.br) Acesso: 23 de Ago. de 2021.

_____. Lei nº 761 de 04 de maio de 2004 (d.o.m. 05.05.2004 - nº 992 ano v). Reestrutura a administração do poder executivo municipal, cria, extingue e transforma órgãos e entidades e dá outras providências. Lei Ordinária 761 2004 de Manaus AM (leismunicipais.com.br). acesso em: 23 de out. 2021.

_____. Manauscul. Emanuelle Baires (ed.). **NOTÍCIAS**: Tombamento inclui Centro Histórico de Manaus na lista das cidades históricas do Brasil. 2021. Portaria n141. Disponível em: <https://manauscult.manaus.am.gov.br/noticia/tombamento-inclui-centro-historico-de-manaus-na-lista-das-cidades-historicas-do-brasil/>. Acesso em: 27 nov. 2021.

_____. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Manaus (PMGIRS). 2015. Atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Manaus em obediência ao que determina o Decreto nº 1.349 de 9 de novembro de 2011, em seu art.2º, representada pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública. Paulo Ricardo Rocha Farias (Coordenador), nov.2015. disponível em: PDRS-Manaus. Acesso em: 29 nov. 2021.

_____. SEMULSP. **CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS**: COLETA NO CENTRO. 2021. Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - SEMEF. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/servicos/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MANSANO, S. R. V. Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 49-59, jan-abr 2016. ISSN 1980-6906. Acesso em: 19 dez 2021.

DE LOURDES MARTINS, Daiane et al. INVISIBILIDADES NO ÂMBITO DO TRABALHO DE LIMPEZA: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR. **Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 6, n. 17, p. 994-1034, 2019.

MARTINS, Maria de Fátima. Modelo de monitoramento do nível de sustentabilidade urbana: uma proposta de operacionalização e validação dos seus constructos. 212f. 2012. (Tese de Doutorado em Recursos Naturais), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologias e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2012.

MATOS, Geisimara Soares. “Aformoseamento” da cidade: a normatização do espaço urbano de Manaus no final do século XIX. **Ars Histórica**, n. 15, p. 334-354, 2017.

MEIRA, Flávio Gleison Gomes; GOMES, Almiralva Ferraz; AMARAL, Marcelo Santos. O Trabalho de Gari: Das motivações às expectativas profissionais. **Revista Gestão & Conexões**, v. 8, n. 3, p. 52-71, 2019.

MENDES, Mary Alves. Mulheres chefes de família: entre a sobrevivência e a autonomia. **Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia: IFITEG**, v. 12, n. 6, 2002.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **LA BELLE VITRINE**: o mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890/1900). 2005. 439 f. Tese (Doutorado em História Contemporânea,

História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupação - C.B.O. Gari nº 5142-15. Disponível em: [CBO - Busca por Título - 5.1.7 \(mtebo.gov.br\)](http://mtebo.gov.br) último acesso em 15 dezembro 2021.

MOTTA, Georgina Maria Vêras; DE OLIVEIRA BORGES, Livia. As condições de trabalho dos garis de varrição de ruas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 3, n. 68, p. 75-91, 2016.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, p. 51-64, 2012.

_____, M.M.G. Cooperativismo e inclusão social de catadores de materiais recicláveis em Maceió, 2012. 100f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2012.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Espaço-tempo de Manaus: a natureza das águas na produção do espaço urbano. **Espaço e Cultura**, n. 23, p. 33-42, 2008.

_____, José Aldemir de; MAGALHÃES, Soraia Pereira de. A Circulação na Manaus da Belle Époque: modernização e exclusão. **Mercator–Revista de Geografia da UFC**, ano, v. 2, n. 4, 2003.

_____, Luiz Antonio Pinto de. Dinâmica populacional e social na região amazônica. **CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS**, v. 11, n. 1, 1995.

_____, Sibelle da Silva; GUIMARÃES Márcia Raquel Cavalcante; MAIA, Karla Cristina Ribeiro. Centro Histórico de Manaus/AM: Subsídios para o Reordenamento Turístico: Historic Center of Manaus/AM: Subsidies for Tourist Reorganization. **Revista de Turismo Contemporâneo**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 274–292, 2020.

_____, Wilson José Ferreira de. “Lixo”, Limpeza Urbana e Educação Ambiental na Implantação da Coleta Seletiva de Lixo em Porto Alegre. **ILUMINURAS**, v. 21, n. 55, p. 181-214, 2020.

_____, Margarita; VIEIRA, Clarice; BAETA, Fernanda. Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista. **Ufrj: Instituto de economia**, Rio de Janeiro, v. 05, n. 18, p. 01-30, maio 2021.

PANJOTA, Ramily Frota. ENTRE OS RESTOS: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE MULHERES GARIS EM MANAUS (1985-2015). **Manduarisawa**, v. 1, n. 1, p. 77-97, 2017.

PEREIRA, William Rodrigues. Passado e Presente do Patrimônio Edificado de Manaus: identidade, uso e resignificação como forma de preservação. 2017. 69 f. TCC (Bacharelado em Arqueologia), Escola Superior de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, 2017.

RIBEIRO, Rita Aparecida da Conceição. Um roteiro de visibilidade e invisibilidade na cidade. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 1, n. 1, p. 185-196, 2009.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **ILUMINURAS**, v. 4, n. 7, p.1-22, 2003.

SÁ, Teresa. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 7, p. 91-105, 2010.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. **REIMPR. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo**, 2006.

SCHERER, Elenise Faria. Desemprego, trabalho precário e des-cidadanização na Zona Franca de Manaus. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, n. 1, p. 125-145, 2004.

_____, Elenise; DE OLIVEIRA, José Aldemir (Ed.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Editora Garamond, 2006.

SILVA, Joice de Souza Freitas et al. Relações de gênero no mundo do trabalho: um estudo com mulheres feirantes no interior da Bahia. **XXXVIII Encontro Nacional da ANPAD, Rio de Janeiro. Anais do EnANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD**, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/73/2014_EnANPAD_EOR1695.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____, Luciene de Jesus Maciel da. **PARQUES URBANOS: a natureza na cidade**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília., Brasília, 2003.

_____, Wanderlei Pires da; SANTANA, G. P. Percepção de lixo da população de Manaus (AM): a problemática da reciclagem. Manaus. 2008. 73f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Brasil.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Silvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 2115-2122, 2009.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

STÜRMER, Arthur Breno; DA COSTA, Benhur Pinós. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 50-60, 2017.

VIEIRA, Bianca. Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas públicas. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, p. 1-19, 2017, Florianópolis.

WEIL, Andreza Gomes; PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. Mulheres camelôs do centro histórico de Manaus: Identidade e condições de trabalho na praça da Matriz. **Anais... Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, 2013.